

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	10
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	21
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	22
Demonstração do Valor Adicionado	23

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	55
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	124
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	125
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	127
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	128

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.796.478
Preferenciais	157.727
Total	5.954.205
Em Tesouraria	
Ordinárias	30
Preferenciais	1.812
Total	1.842

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	40.284.045	42.271.744
1.01	Ativo Circulante	7.391.689	8.627.912
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.205.253	949.967
1.01.02	Aplicações Financeiras	179.559	177.869
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	179.559	177.869
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	179.559	177.869
1.01.03	Contas a Receber	1.513.109	1.383.264
1.01.03.01	Clientes	1.513.109	1.383.264
1.01.04	Estoques	47.200	45.305
1.01.06	Tributos a Recuperar	80.474	74.724
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	80.474	74.724
1.01.07	Despesas Antecipadas	158.706	155.513
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.207.388	5.841.270
1.01.08.03	Outros	2.207.388	5.841.270
1.01.08.03.01	Créditos com Controladas	29.954	380.963
1.01.08.03.02	Outros Tributos	453.417	485.428
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.126.227	1.198.219
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	3.499	3.499
1.01.08.03.05	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	3.879	5.174
1.01.08.03.06	Ativos Mantidos para Venda	286.784	3.464.478
1.01.08.03.07	Demais Ativos	303.628	303.509
1.02	Ativo Não Circulante	32.892.356	33.643.832
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.479.574	9.721.728
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.870	4.827
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	4.870	4.827
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	96.706	105.813
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	6.920.386	5.202.853
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	6.920.386	5.202.853
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.457.612	4.408.235
1.02.01.10.03	Outros Tributos	1.132.556	1.232.879
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.240.965	3.092.011
1.02.01.10.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	51.669	50.680
1.02.01.10.06	Demais Ativos	32.422	32.665
1.02.02	Investimentos	12.040.226	14.497.222
1.02.02.01	Participações Societárias	12.040.226	14.497.222
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	12.026.154	14.483.150
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	14.072	14.072
1.02.03	Imobilizado	7.169.043	7.120.511
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.372.805	6.369.139
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	720.000	659.131
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	76.238	92.241
1.02.04	Intangível	2.203.513	2.304.371
1.02.04.01	Intangíveis	2.203.513	2.304.371
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	2.132.964	2.225.787

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1.02.04.01.03	Software	44.952	52.567
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	12.570	12.489
1.02.04.01.05	Outros	13.027	13.528

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	40.284.045	42.271.744
2.01	Passivo Circulante	2.219.318	2.577.353
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	139.524	159.382
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	139.524	159.382
2.01.02	Fornecedores	807.639	1.025.052
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	807.639	1.025.052
2.01.02.01.01	Fornecedores	732.578	788.447
2.01.02.01.02	Fornecedores Sujeitos a Recuperação Judicial	75.061	236.605
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	160.763	319.569
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	160.763	319.569
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.933	5.149
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	154.830	314.420
2.01.05	Outras Obrigações	842.595	786.746
2.01.05.02	Outros	842.595	786.746
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.780	4.761
2.01.05.02.04	Outros Tributos	169.238	172.674
2.01.05.02.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	55.001	54.894
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	1.152
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	4.734	0
2.01.05.02.08	Arrendamentos a Pagar	130.705	114.652
2.01.05.02.09	Demais Obrigações	478.137	438.613
2.01.06	Provisões	268.797	286.604
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	268.797	286.604
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	7.195	7.195
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	83.327	108.652
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	178.275	170.757
2.02	Passivo Não Circulante	26.639.628	22.044.065
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	12.416.393	10.305.594
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	12.416.393	10.305.594
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.782.537	3.680.314
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.633.856	6.625.280
2.02.02	Outras Obrigações	12.027.736	9.687.951
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.110.988	783.404
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	1.110.988	783.404
2.02.02.02	Outros	10.916.748	8.904.547
2.02.02.02.03	Fornecedores Sujeitos a Recuperação Judicial	966.296	935.401
2.02.02.02.04	Programa de Refinanciamento Fiscal	195.557	208.790
2.02.02.02.05	Outros Tributos	541.884	538.308
2.02.02.02.06	Provisão para Patrimônio Líquido Negativo	5.859.152	4.469.749
2.02.02.02.07	Arrendamentos a Pagar	589.873	541.707
2.02.02.02.08	Demais Obrigações	2.763.986	2.210.592
2.02.03	Tributos Diferidos	0	12.085
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	12.085
2.02.04	Provisões	2.195.499	2.038.435
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.195.499	2.038.435
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	146.684	138.998

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	610.450	555.719
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	651.641	633.012
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	786.724	710.706
2.03	Patrimônio Líquido	11.425.099	17.650.326
2.03.01	Capital Social Realizado	32.538.937	32.538.937
2.03.02	Reservas de Capital	3.876.320	3.873.456
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-33.315	-33.315
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.379.234	1.379.234
2.03.02.09	Remuneração Baseada em Ações	2.864	0
2.03.02.10	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-24.008.019	-17.727.954
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-801.073	-801.073
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-181.066	-233.040

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	806.658	995.551
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-680.976	-800.239
3.03	Resultado Bruto	125.682	195.312
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.149.550	-30.517
3.04.01	Despesas com Vendas	-140.746	-215.831
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-217.548	-222.472
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	151.297	887.635
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-65.987	-43.989
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.876.566	-435.860
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-5.023.868	164.795
3.06	Resultado Financeiro	-1.268.282	429.882
3.06.01	Receitas Financeiras	8.119.608	1.133.369
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.387.890	-703.487
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-6.292.150	594.677
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	12.085	-26.274
3.08.01	Corrente	0	-1.805
3.08.02	Diferido	12.085	-24.469
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-6.280.065	568.403
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-6.280.065	568.403
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1,06000	0,10000
3.99.01.02	PN	-1,06000	0,10000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-1,06000	0,10000
3.99.02.02	PN	-1,06000	0,10000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-6.280.065	568.403
4.02	Outros Resultados Abrangentes	51.974	34.188
4.02.01	Ganho de Contabilidade de "hedge"	1.152	11.564
4.02.02	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	50.822	22.624
4.03	Resultado Abrangente do Período	-6.228.091	602.591

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-533.942	-1.224.461
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	14.988	155.759
6.01.01.01	Lucro antes das Tributações	-6.292.150	594.677
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias e Cambiais	5.821.685	67.114
6.01.01.03	Amortização do desconto das dívidas e variações monetárias e cambiais	-5.042.257	291.411
6.01.01.04	Ajuste a Valor Justo de Outros Passivos	34.146	18.488
6.01.01.05	Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	127.581	-59.799
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	381.924	443.128
6.01.01.07	Perdas Esperadas em Contas a Receber de Clientes	15.372	41.432
6.01.01.08	Provisões/(Reversões)	42.990	18.000
6.01.01.09	Equivalência Patrimonial	4.876.566	435.860
6.01.01.10	Perda na Baixa de Ativos Não Circulantes	18.360	5.631
6.01.01.11	Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	15.144	13.028
6.01.01.12	Recuperação de Tributos	-33.128	-1.479.741
6.01.01.13	Atualização Monetária de Provisões/(Reversões)	94.832	39.064
6.01.01.14	Atualização Monetária do Programa de Refinanciamento Fiscal	1.362	2.812
6.01.01.15	Outros	-47.439	-275.346
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-197.494	-754.869
6.01.02.01	Contas a Receber	-145.217	-192.038
6.01.02.02	Estoques	-1.437	6.119
6.01.02.03	Tributos	91.359	-18.972
6.01.02.04	Acréscimos/Decréscimos em Aplicações Financeiras	716	4.656
6.01.02.05	Fornecedores	-338.232	-341.152
6.01.02.06	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-19.858	-12.965
6.01.02.07	Provisões	-25.662	-135.038
6.01.02.08	Outras Contas Ativas e Passivas	240.837	-65.479
6.01.03	Outros	-351.436	-625.351
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos - Dívida	-351.436	-603.211
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Empresa	0	-963
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	0	-21.177
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.818.281	-143.839
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-236.626	-237.255
6.02.02	Créditos com Partes Relacionadas e Debêntures - Recebimentos	365.493	161
6.02.03	(Aumento)/Redução de Investimentos	0	9.603
6.02.04	Caixa Recebido por Redução de Capital em Controlada - PT Participações	2.755.201	0
6.02.05	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-6.621	-17.264
6.02.06	Resgates Judiciais de Depósitos e Bloqueios Judiciais	120.466	100.916
6.02.07	Aumento de Capital em Controladas	-179.632	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-178.982	3.930.724
6.03.02	Recebimentos/(Pagamentos) de Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos	-128.733	46.684
6.03.03	Aumento de Capital	0	4.000.000
6.03.04	Prêmio de Compromisso a Investidores	0	-49.573

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
6.03.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	-14.487	-39.867
6.03.06	Arrendamentos	-35.762	-23.948
6.03.07	Recompra de Ações	0	-2.572
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	149.929	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.255.286	2.562.424
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	949.967	1.669.059
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.205.253	4.231.483

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.538.937	3.873.456	0	-17.727.954	-1.034.113	17.650.326
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.538.937	3.873.456	0	-17.727.954	-1.034.113	17.650.326
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.864	0	0	0	2.864
5.04.08	Remuneração Baseada em Ações	0	2.864	0	0	0	2.864
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.280.065	51.974	-6.228.091
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.280.065	0	-6.280.065
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	51.974	51.974
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	51.974	51.974
5.07	Saldos Finais	32.538.937	3.876.320	0	-24.008.019	-982.139	11.425.099

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.466	3.834.437	0	0	0	4.334.903
5.04.01	Aumentos de Capital	500.466	3.837.009	0	0	0	4.337.475
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-2.572	0	0	0	-2.572
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	568.403	-350.947	217.456
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	568.403	0	568.403
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-350.947	-350.947
5.05.02.06	Custo na Emissão de Ações	0	0	0	0	-385.135	-385.135
5.05.02.07	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	34.188	34.188
5.07	Saldos Finais	32.538.937	12.564.182	0	-16.961.705	-936.735	27.204.679

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	1.198.492	2.159.602
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.059.984	1.313.035
7.01.02	Outras Receitas	153.880	887.999
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-15.372	-41.432
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-487.092	-612.764
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-16.466	-30.584
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-454.188	-553.493
7.02.04	Outros	-16.438	-28.687
7.03	Valor Adicionado Bruto	711.400	1.546.838
7.04	Retenções	-526.071	-511.911
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-381.924	-443.128
7.04.02	Outras	-144.147	-68.783
7.04.02.01	Provisões/Reversões	-137.822	-57.064
7.04.02.02	Outras Despesas	-6.325	-11.719
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	185.329	1.034.927
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.243.042	697.509
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.876.566	-435.860
7.06.02	Receitas Financeiras	8.119.608	1.133.369
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.428.371	1.732.436
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.428.371	1.732.436
7.08.01	Pessoal	80.049	81.717
7.08.01.01	Remuneração Direta	55.185	55.099
7.08.01.02	Benefícios	17.813	18.634
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.340	6.252
7.08.01.04	Outros	1.711	1.732
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	185.484	246.482
7.08.02.01	Federais	-28.602	-13.727
7.08.02.02	Estaduais	207.558	256.839
7.08.02.03	Municipais	6.528	3.370
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.442.903	835.834
7.08.03.01	Juros	9.322.972	718.837
7.08.03.02	Aluguéis	119.931	116.997
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-6.280.065	568.403
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-6.280.065	568.403

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	73.946.557	71.891.822
1.01	Ativo Circulante	19.359.261	17.993.281
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.090.018	2.081.945
1.01.02	Aplicações Financeiras	185.827	183.850
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	185.827	183.850
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	185.827	183.850
1.01.03	Contas a Receber	6.271.414	6.334.526
1.01.03.01	Clientes	6.271.414	6.334.526
1.01.04	Estoques	339.641	326.934
1.01.06	Tributos a Recuperar	529.710	542.726
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	529.710	542.726
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.109.032	670.344
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.833.619	7.852.956
1.01.08.03	Outros	4.833.619	7.852.956
1.01.08.03.01	Outros Tributos	1.073.383	1.089.391
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.462.764	1.514.464
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio	0	426
1.01.08.03.04	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	4.659	5.430
1.01.08.03.05	Ativos Mantidos para Venda	520.389	4.391.090
1.01.08.03.06	Demais Ativos	1.772.424	852.155
1.02	Ativo Não Circulante	54.587.296	53.898.541
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.577.258	10.856.077
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	33.871	33.942
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	33.871	33.942
1.02.01.07	Tributos Diferidos	122.989	99.175
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	122.989	99.175
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	569.796	583.736
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9.850.602	10.139.224
1.02.01.10.03	Outros Tributos	2.787.582	2.995.559
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	6.596.116	6.651.383
1.02.01.10.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	54.933	54.615
1.02.01.10.06	Demais Ativos	411.971	437.667
1.02.02	Investimentos	124.206	133.765
1.02.02.01	Participações Societárias	124.206	133.765
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	48.578	48.578
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	28.322	28.632
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	47.306	56.555
1.02.03	Imobilizado	40.069.755	38.910.834
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	29.427.249	28.846.916
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	8.482.703	7.905.591
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.159.803	2.158.327
1.02.04	Intangível	3.816.077	3.997.865
1.02.04.01	Intangíveis	3.816.077	3.997.865
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	2.838.058	2.967.706

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1.02.04.01.03	Software	851.997	902.256
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	29.490	12.364
1.02.04.01.05	Outros	96.532	115.539

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	73.946.557	71.891.822
2.01	Passivo Circulante	11.523.070	11.835.917
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	815.321	852.585
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	815.321	852.585
2.01.02	Fornecedores	4.951.982	5.593.940
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.951.982	5.593.940
2.01.02.01.01	Fornecedores	4.712.857	4.794.309
2.01.02.01.02	Fornecedores Sujeitos a Recuperação Judicial	239.125	799.631
2.01.03	Obrigações Fiscais	65.011	66.654
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	65.011	66.654
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	65.011	66.654
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	179.380	326.388
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	179.380	326.388
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	24.095	11.968
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	155.285	314.420
2.01.05	Outras Obrigações	4.982.759	4.448.354
2.01.05.02	Outros	4.982.759	4.448.354
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.749	5.731
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	1.152
2.01.05.02.05	Outros Tributos	1.433.801	886.763
2.01.05.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	89.681	86.721
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	80.468	58.582
2.01.05.02.08	Arrendamentos a Pagar	1.611.836	1.510.097
2.01.05.02.09	Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	161.643	494.295
2.01.05.02.10	Demais Obrigações	1.599.581	1.405.013
2.01.06	Provisões	528.617	547.996
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	528.617	547.996
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	21.500	21.758
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	175.081	208.317
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	332.036	317.921
2.02	Passivo Não Circulante	50.825.933	42.259.399
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	24.261.610	17.900.361
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	24.261.610	17.900.361
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	12.157.157	8.693.491
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	12.104.453	9.206.870
2.02.02	Outras Obrigações	21.042.611	19.022.342
2.02.02.02	Outros	21.042.611	19.022.342
2.02.02.02.03	Fornecedores Sujeitos a Recuperação Judicial	3.167.069	3.293.427
2.02.02.02.04	Outros Tributos	1.220.813	1.224.038
2.02.02.02.05	Arrendamentos a Pagar	7.188.796	6.639.929
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	311.408	330.782
2.02.02.02.07	Demais Obrigações	9.154.525	7.534.166
2.02.04	Provisões	5.521.712	5.336.696
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.521.712	5.336.696
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.083.337	1.029.190
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.864.280	1.842.715

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	651.641	633.012
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.922.454	1.831.779
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	11.597.554	17.796.506
2.03.01	Capital Social Realizado	32.538.937	32.538.937
2.03.02	Reservas de Capital	3.876.320	3.873.456
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-33.315	-33.315
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.379.234	1.379.234
2.03.02.09	Remuneração Baseada em Ações	2.864	0
2.03.02.10	Juros Sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-24.008.019	-17.727.954
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-801.073	-801.073
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-181.066	-233.040
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	172.455	146.180

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.748.523	5.130.036
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.665.124	-3.873.469
3.03	Resultado Bruto	1.083.399	1.256.567
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-895.259	-331.618
3.04.01	Despesas com Vendas	-762.856	-868.290
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-713.460	-690.411
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	887.661	1.543.992
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-336.866	-316.284
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	30.262	-625
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	188.140	924.949
3.06	Resultado Financeiro	-6.475.973	-201.730
3.06.01	Receitas Financeiras	3.384.553	1.350.780
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.860.526	-1.552.510
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-6.287.833	723.219
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	34.043	-44.456
3.08.01	Corrente	10.229	-22.393
3.08.02	Diferido	23.814	-22.063
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-6.253.790	678.763
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-6.253.790	678.763
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-6.280.065	568.403
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	26.275	110.360
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1,06000	0,10000
3.99.01.02	PN	-1,06000	0,10000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-1,06000	0,10000
3.99.02.02	PN	-1,06000	0,10000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-6.253.790	678.763
4.02	Outros Resultados Abrangentes	51.974	-94.249
4.02.01	Ganho de Contabilidade de "hedge"	1.152	11.564
4.02.02	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	50.822	-105.813
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-6.201.816	584.514
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-6.228.091	602.591
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	26.275	-18.077

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	525.253	-497.499
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.255.972	1.379.390
6.01.01.01	Lucro antes das Tributações	-6.287.833	723.219
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias e Cambiais	7.757.488	433.911
6.01.01.03	Amortização do desconto das dívidas e variações monetárias e cambiais	-2.217.085	211.792
6.01.01.04	Ajuste a Valor Justo de Outros Passivos	99.955	237.094
6.01.01.05	Operação com Instrumentos Financeiros Derivativos	127.581	-59.799
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	1.711.258	1.689.676
6.01.01.07	Perdas Esperadas em Contas a Receber de Clientes	138.632	136.977
6.01.01.08	Provisões/(Reversões)	21.992	59.391
6.01.01.09	Equivalência Patrimonial	-30.262	625
6.01.01.10	Ganho na Venda de Investimentos	-79.114	0
6.01.01.11	Perda na Baixa de Ativos Não Circulantes	68.228	38.169
6.01.01.12	Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	82.789	34.640
6.01.01.13	Participação de Empregados e Administradores	10.953	13.255
6.01.01.14	Recuperação de Tributos	-136.644	-2.023.644
6.01.01.15	Atualização Monetária de Provisões/(Reversões)	176.190	97.251
6.01.01.16	Atualização Monetária do Programa de Refinanciamento Fiscal	2.475	5.117
6.01.01.17	Outros	-190.631	-218.284
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-312.586	-1.180.025
6.01.02.01	Contas a Receber	-75.501	-253.114
6.01.02.02	Estoques	4.737	18.595
6.01.02.03	Tributos	339.016	218.552
6.01.02.04	Acréscimos/Decréscimos em Aplicações Financeiras	1.061	8.555
6.01.02.05	Fornecedores	-707.858	-214.171
6.01.02.06	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-48.187	-9.465
6.01.02.07	Provisões	-82.253	-185.154
6.01.02.08	Variação de Ativos e Passivos Mantidos para Venda	128.911	-202.356
6.01.02.09	Outras Contas Ativas e Passivas	127.488	-561.467
6.01.03	Outros	-418.133	-696.864
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos - Dívida	-352.134	-604.195
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Empresa	-30.111	-21.035
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	-35.888	-71.634
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.417.520	-1.408.675
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-2.158.288	-1.491.919
6.02.02	(Aumento)/Redução de Investimentos	128.405	-375
6.02.03	Caixa Recebido na Venda de Investimentos - PT Ventures	3.296.147	0
6.02.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-66.068	-80.050
6.02.05	Resgates Judiciais de Depósitos e Bloqueios Judiciais	217.324	163.669
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.885.725	3.550.605
6.03.01	Captações Líquidas de Custos	2.474.387	0
6.03.02	Pagamento de Principal de Empréstimos e Financiamentos e Derivativos	-998	0
6.03.03	Recebimentos/(Pagamentos) de Operações de Instrumentos	-128.733	46.684

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
6.03.04	Aumento de Capital	0	4.000.000
6.03.05	Prêmio de Compromisso a Investidores	0	-49.573
6.03.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	-21.188	-67.128
6.03.07	Arrendamentos	-437.743	-376.806
6.03.08	Recompra de Ações	0	-2.572
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	179.575	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.008.073	1.644.431
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.081.945	4.385.329
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.090.018	6.029.760

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.538.937	3.873.456	0	-17.727.954	-1.034.113	17.650.326	146.180	17.796.506
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.538.937	3.873.456	0	-17.727.954	-1.034.113	17.650.326	146.180	17.796.506
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.864	0	0	0	2.864	0	2.864
5.04.08	Remuneração Baseada em Ações	0	2.864	0	0	0	2.864	0	2.864
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.280.065	51.974	-6.228.091	26.275	-6.201.816
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.280.065	0	-6.280.065	26.275	-6.253.790
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	51.974	51.974	0	51.974
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	51.974	51.974	0	51.974
5.07	Saldos Finais	32.538.937	3.876.320	0	-24.008.019	-982.139	11.425.099	172.455	11.597.554

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320	243.491	22.895.811
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320	243.491	22.895.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.466	3.834.437	0	0	0	4.334.903	0	4.334.903
5.04.01	Aumentos de Capital	500.466	3.837.009	0	0	0	4.337.475	0	4.337.475
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-2.572	0	0	0	-2.572	0	-2.572
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	568.403	-350.947	217.456	-18.077	199.379
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	568.403	0	568.403	110.360	678.763
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-350.947	-350.947	-128.437	-479.384
5.05.02.06	Custo na Emissão de Ações	0	0	0	0	-385.135	-385.135	0	-385.135
5.05.02.07	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	34.188	34.188	-128.437	-94.249
5.07	Saldos Finais	32.538.937	12.564.182	0	-16.961.705	-936.735	27.204.679	225.414	27.430.093

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	6.776.066	8.026.742
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.046.679	6.628.782
7.01.02	Outras Receitas	868.019	1.534.937
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-138.632	-136.977
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.366.396	-2.631.617
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-138.282	-193.061
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.052.271	-2.197.898
7.02.04	Outros	-175.843	-240.658
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.409.670	5.395.125
7.04	Retenções	-1.956.680	-1.891.510
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.711.069	-1.689.676
7.04.02	Outras	-245.611	-201.834
7.04.02.01	Provisões/Reversões	-198.182	-156.642
7.04.02.02	Outras Despesas	-47.429	-45.192
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.452.990	3.503.615
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.414.815	1.350.155
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	30.262	-625
7.06.02	Receitas Financeiras	3.384.553	1.350.780
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.867.805	4.853.770
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.867.805	4.853.770
7.08.01	Pessoal	539.348	535.661
7.08.01.01	Remuneração Direta	373.565	370.993
7.08.01.02	Benefícios	115.300	116.865
7.08.01.03	F.G.T.S.	36.842	34.540
7.08.01.04	Outros	13.641	13.263
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.277.105	1.455.460
7.08.02.01	Federais	156.542	201.512
7.08.02.02	Estaduais	1.048.251	1.182.975
7.08.02.03	Municipais	72.312	70.973
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.305.142	2.183.886
7.08.03.01	Juros	9.720.800	1.521.230
7.08.03.02	Aluguéis	584.342	662.656
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-6.253.790	678.763
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-6.280.065	568.403
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	26.275	110.360

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO TRIMESTRAL OI 1T20



Comentário do Desempenho



Comentário do Desempenho
DESTAQUES 1T20**Divulgação de Resultados**

15 de junho de 2020

Teleconferência em Inglês

16 de junho de 2020

10:00h (Brasília)

09:00h (NY) / 13:00h (UK)

Webcast: [clique aqui](#)

Telefone: US: +1 (646) 843 6054 | +55 (11) 2188-0155

Senha: Oi

Replay disponível até 04/06/2020:

+55 (11) 2188-0400

Senha do Replay: Oi

Teleconferência em Português

16 de junho de 2020

10:00h (Brasília)

09:00h (NY) / 13:00h (UK)

Webcast: [clique aqui](#)

Telefone: +55 (11) 2188-0155 | +1 646 843 6054

Senha: Oi

Replay disponível até 04/06/2020:

+55 (11) 2188-0400

Senha do Replay: Oi

TRADUÇÃO
SIMULTÂNEA**Informações e Resultados Consolidados (Não Auditados)**

Este relatório contempla o desempenho operacional e financeiro da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi S.A.” ou “Oi” ou “Companhia”) – e de suas subsidiárias no primeiro trimestre de 2020.



Comentário do Desempenho
DESTAQUES 1T20



DESTAQUES DAS OPERAÇÕES BRASILEIRAS

OPERACIONAIS

1

MILHÃO DE CLIENTES DE FTTH ALCANÇADOS

97

MIL NOVAS CASAS CONECTADAS A FTTH SÓ NO MÊS DE ABRIL

701

% DE CRESCIMENTO ANUAL DA RECEITA DE FIBRA

12

% DE CRESCIMENTO ANUAL DA RECEITA DO PÓS-PAGO

38

% DE CRESCIMENTO ANUAL DA RECEITA DE TI NO CORPORATIVO

FINANCIAMENTO

1

BILHÃO DE DÓLARES DA VENDA DA UNITEL EM JANEIRO

2,5

BILHÕES DE REAIS DE UM EMPRÉSTIMO PONTE

EFICIÊNCIA E SIMPLIFICAÇÃO

INICIATIVAS DE SIMPLIFICAÇÃO PRODUZINDO REDUÇÃO DE CUSTO EM LINHA COM A META PARA O ANO

OPÇÕES ESTRATÉGICAS

ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES (AGC) PARA ALTERAÇÕES DO PLANO E FLEXIBILIDADE DA COMPANHIA ESPERADA PARA AGOSTO DE 2020.

SONDAGEM DO MERCADO PARA O NEGÓCIO MÓVEL EM ANDAMENTO.

SEPARAÇÃO ESTRUTURAL PARA MAXIMIZAÇÃO DE VALOR: INFRA CO E CLIENT CO

CAMPANHA REGULATÓRIA COMPLETA EM VIGOR PARA IMPACTO FUTURO DO PLC.

Comentário do Desempenho

DESTAQUES 1T20



Sumário

Tabela 1 – Destaques

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	1T20	1T19	4T19	Δ Ano	Δ Tri.
Oi S.A. Consolidado					
Receita Líquida Total	4.749	5.130	4.914	-7,4%	-3,4%
EBITDA de Rotina	1.533	1.627	1.414	-5,8%	8,4%
Margem EBITDA de Rotina (%)	32,3%	31,7%	28,8%	0,6 p.p.	3,5 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido atribuído aos acionistas controladores	-6.280	568	-2.263	-1204,9%	n.m.
Dívida Líquida	18.131	10.107	15.927	79,4%	13,8%
Caixa Disponível	6.310	6.267	2.300	0,7%	174,4%
CAPEX	1.794	1.725	1.991	4,0%	-9,9%

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	1T20	1T19	4T19	Δ Ano	Δ Tri.
BRASIL					
Unidades Geradoras de Receita [Mil]	52.654	56.623	53.428	-7,0%	-1,4%
Residencial	12.068	14.336	12.659	-15,8%	-4,7%
Mobilidade Pessoal	33.946	34.894	34.006	-2,7%	-0,2%
B2B	6.481	6.774	6.591	-4,3%	-1,7%
Telefones públicos	159	619	172	-74,3%	-7,7%
Receita Líquida Total	4.700	5.086	4.862	-7,6%	-3,3%
Receita Líquida de Serviços ⁽¹⁾	4.678	5.038	4.828	-7,1%	-3,1%
Residencial	1.654	1.880	1.724	-12,0%	-4,0%
Mobilidade Pessoal	1.681	1.699	1.743	-1,0%	-3,6%
Cientes	1.623	1.624	1.678	0,0%	-3,2%
B2B	1.317	1.417	1.333	-7,0%	-1,2%
Receita Líquida de Clientes ⁽²⁾	4.582	4.919	4.719	-6,9%	-2,9%
EBITDA de Rotina	1.481	1.616	1.452	-8,3%	2,0%
Margem EBITDA de Rotina (%)	31,5%	31,8%	29,9%	-0,2 p.p.	1,6 p.p.
CAPEX	1.781	1.718	1.979	3,7%	-10,0%
EBITDA de Rotina - CAPEX	-299	-102	-526	193,6%	-43,1%

(1) Exclui receita de aparelhos.

(2) Exclui receita de aparelhos e uso de rede.

Comentário do Desempenho
DESTAQUES 1T20**IFRS 16 - Arrendamentos**

A partir de 01 de janeiro de 2019, a Companhia passou a adotar as normas do IFRS 16 que entraram em vigor. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial.

Portanto, as seções deste documento são apresentadas considerando os impactos da adoção do IFRS 16.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS



Receita Líquida

Tabela 2 – Composição da Receita Líquida

R\$ Milhões	Trimestre			Δ Ano	Δ Tri.
	1T20	1T19	4T19		
Receita Líquida Total Consolidada	4.749	5.130	4.914	-7,4%	-3,4%
Brasil	4.700	5.086	4.862	-7,6%	-3,3%
Residencial	1.654	1.880	1.724	-12,0%	-4,0%
Mobilidade Pessoal	1.702	1.745	1.777	-2,5%	-4,2%
B2B	1.317	1.418	1.333	-7,1%	-1,2%
Outros serviços	26	42	28	-37,9%	-7,3%
Operações Internacionais	49	44	51	11,1%	-4,5%
Brasil					
Receita Líquida de Serviços	4.678	5.038	4.828	-7,1%	-3,1%
Receita Líquida de Clientes	4.582	4.919	4.719	-6,9%	-2,9%

No 1T20, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 4.749 milhões, queda de 7,4% em relação ao 1T19 e de 3,4% em relação ao trimestre anterior. No trimestre, a receita líquida das operações brasileiras ("Brasil") totalizou R\$ 4.700 milhões [-7,6% em comparação com o 1T19 e -3,3% em relação ao 4T19] e a receita líquida das operações internacionais [África e Timor Leste] foi de R\$ 49 milhões, apresentando um crescimento de 11,1% em relação ao 1T19 e queda de 4,5% em relação ao trimestre anterior.

BRASIL

A receita líquida das operações brasileiras totalizou R\$ 4.700 milhões no trimestre, redução de 7,6% na comparação com o 1T19. A exposição aos serviços legados (cobre e DTH) nos segmentos Residencial e B2B e a contínua queda do tráfego de voz são os principais fatores que contribuíram para esse resultado. Por outro lado, o rápido crescimento da receita de FTTH do Residencial, de TI do Corporativo e de dados do segmento de Mobilidade Pessoal, impulsionada pelo forte crescimento do pós-pago, compensaram parcialmente essa queda.

Em relação ao 4T19, houve uma redução de 3,3%, influenciada pelos mesmos fatores que impactaram a comparação anual. Exposição a receitas em declínio – de voz fixa, banda larga de cobre e pré-pago – sendo parcialmente compensada pela expansão dos serviços com perfil de crescimento de receita – Fibra, TI e pós pago.

A receita líquida total de serviços, que exclui a receita de venda de aparelhos, totalizou R\$ 4.678 milhões no 1T20, -7,1% em comparação ao 1T19 e -3,1% em comparação ao 4T19. A receita líquida total de clientes, que exclui a receita de venda de aparelhos e de uso de rede, totalizou R\$ 4.582 milhões no período, -6,9% versus o 1T19 e -2,9% versus o 4T19.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS



Residencial

Tabela 3 – Receita Líquida e UGRs do segmento Residencial

	1T20	1T19	4T19	Δ Ano	Δ Tri.
Residencial					
Receita Líquida [R\$ Milhões]	1.654	1.880	1.724	-12,0%	-4,0%
Cobre	1.058	1.427	1.181	-25,8%	-10,4%
Voz Fixa	651	899	732	-27,6%	-11,1%
Banda Larga	408	529	449	-22,9%	-9,3%
TV DTH	402	429	419	-6,4%	-4,1%
Fibra	194	24	124	711,8%	56,8%
Unidades Geradoras de Receitas [UGRs] - Mil	12.068	14.336	12.659	-15,8%	-4,7%
Cobre	9.058	12.549	10.078	-27,8%	-10,1%
Linhas fixas em serviço	5.887	7.915	6.482	-25,6%	-9,2%
Banda Larga	3.171	4.634	3.596	-31,6%	-11,8%
TV DTH	1.306	1.557	1.393	-16,1%	-6,2%
Fibra	1.704	230	1.188	639,9%	43,5%
Linhas fixas em serviço	792	89	523	787,7%	51,3%
Banda Larga	845	125	606	577,8%	39,4%
IPTV	67	16	59	309,6%	15,1%
Casas Conectadas - FTTH	889	134	632	565,0%	40,6%

A receita líquida do segmento Residencial totalizou R\$ 1.654 milhões no 1T20, uma queda de 12,0% em relação ao 1T19 e queda de 4,0% comparado ao 4T19. Pro-ativamente, a Companhia reduziu os incentivos de vendas de serviços ligados ao cobre, contribuindo para esta queda. Além disso, há uma tendência natural de queda das demandas por serviços de voz e banda larga cobre. A estratégia da Companhia é direcionar esforços e investimentos para a execução do Plano de Expansão da Fibra, que segue como a principal alavanca para a reversão estrutural da trajetória da receita do segmento.

No 1T20, a Companhia seguiu acelerando os investimentos em fibra para levar banda larga de altíssima velocidade até a casa do cliente, oferecendo uma melhor experiência, dando sequência à estratégia de rentabilizar o segmento. O projeto de expansão de Fibra (FTTH) continua apresentando resultados consistentes. Ao final do 1T20, a Companhia alcançou 5,6 milhões de *Homes Passed* e atingiu 944 mil *Homes Connected*, sendo 889 mil no segmento Residencial, superando a marca de 1 milhão de casa conectadas no mês de abril de 2020.

No final do período, a Companhia registrou 12.068 mil UGRs no segmento Residencial, uma queda anual de 15,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior e de 4,7% em relação ao 4T19. Um fator que continuou a contribuir para a aceleração desta queda no 1T20 foi a mudança no perfil das desconexões involuntárias iniciada no 4T19, que antecipou a régua de corte por inadimplência de 120 para 90 dias, impactando principalmente os serviços ligados ao cobre. Já em relação as UGRs de Fibra, apesar de bases menores, observamos a curva ascendente das conexões, finalizando o 1T20 com crescimento significativo de 43,5% em apenas um trimestre.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

ARPU Residencial

O ARPU do segmento Residencial foi de R\$ 81,0 no 1T20, aumento de 4,5% em relação ao 1T19 e de 1,8% na comparação sequencial. Este crescimento, tanto na comparação anual quanto na trimestral, foi impulsionado pelo aumento do ARPU de Banda Larga e de TV paga no período, beneficiados pela mudança do perfil de desconexões involuntárias, além do crescimento do ARPU da Fibra.

Voz Fixa Cobre

A Oi encerrou o 1T20 com 5.887 mil clientes de telefonia fixa no segmento Residencial, redução de 25,6% em comparação ao 1T19 e de 9,2% comparada ao 4T19. A telefonia fixa segue o processo de retração da demanda do mercado e sua crescente substituição pela telefonia móvel, mais especificamente por dados. Como consequência, o ARPU do fixo cobre, considerando a interconexão, apresentou queda de 5,1% na comparação anual, permanecendo em linha em relação ao 4T19.

A Companhia continua reduzindo o foco no cobre, tanto em voz quanto em banda larga, e priorizando os investimentos na aceleração do projeto de fibra, com maior potencial de geração de valor para a Companhia. Com essa estratégia, as receitas dos produtos legados continuam sofrendo uma pressão mais acentuada.

Banda Larga Cobre

A Companhia registrou 3.171 mil UGRs de banda larga fixa cobre no segmento ao final do 1T20, apresentando uma redução de 31,6% versus 1T19 e queda de 11,8% comparado ao 4T19.

A acirrada competição com os players regionais que atuam na oferta de serviços de banda larga em pequenas cidades, fora dos grandes centros urbanos, somada ao impacto da antecipação da régua de corte por inadimplência de 120 para 90 dias foram os principais fatores responsáveis pela queda da base dos serviços ligados ao cobre.

A maior parte da base atual de banda larga da companhia é formada por acessos via cobre [VDSL e ADSL]. Como mencionado acima, a Oi está diminuindo as ações de venda proativa do portfólio de cobre e intensificando a expansão e atividade comercial com foco no FTTH, acelerando a expansão e migração dos clientes para a fibra, principal alavanca para a retomada do crescimento, com base no seu diferencial de infraestrutura.

TV DTH

A base de TV DTH do Residencial encerrou o 1T20 com 1.306 mil UGRs, apresentando uma queda de 16,1% em relação ao 1T19 e redução de 6,2% em comparação ao 4T19.

As desconexões líquidas (*net adds*) de TV paga foram de 251 mil UGRs em relação ao 1T19 e 87 mil UGRs em relação ao 4T19. A penetração da TV paga em residências com telefonia fixa alcançou 22,2% no trimestre, um crescimento anual de 2,5 p.p. e sequencial de 0,7 p.p. O ARPU do produto cresceu 9,3% comparado ao 1T19 e aumentou 2,7% em relação ao 4T19.

A receita líquida de TV apresentou queda de 6,4% comparada ao 1T19 e redução de 4,1% na comparação sequencial. Este resultado refletiu a estratégia da companhia de alocar mais recursos para acelerar os investimentos na Fibra, que segue oferecendo também o serviço de IPTV.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

FIBRA

No 1T20, a Companhia manteve o ritmo dos investimentos de expansão da Fibra, encerrando o trimestre com 5,6 milhões de casas passadas com fibra [*Homes Passed – HP's*]. Neste trimestre a companhia adicionou mais 1 milhão de Homes Passed à sua base. Uma média mensal superior a 340 mil *HP's* por mês. A Oi segue perseguindo os objetivos traçados no plano estratégico de 2019 e pretende chegar a 16 milhões de casas passadas até o final de 2021.

A Companhia encerrou o 1T20 com cerca de 944 mil casas conectadas [*Homes Connected – HC's*] à Fibra, alcançando uma taxa de ocupação de 16,8%. Neste primeiro trimestre de 2020, o Oi Fibra já estava presente em 112 municípios e ao final de abril já estava em 116 municípios. Em abril de 2020, alcançamos 5,99 milhões de *HP's* e superamos a expressiva marca de 1 milhão de casas conectadas [*HC's*], avançando o *take up* [taxa de ocupação] para 17,4%. Este processo de exploração das oportunidades de FTTH tem se mostrado eficaz. No primeiro trimestre de 2020, a companhia mais uma vez teve um resultado positivo. *Net adds* de FTTH foram de 269 mil clientes, quantidade superior aos players brasileiros e também superior a players americanos que ofertaram o FTTH no mesmo período. Em abril, a Companhia registrou 97 mil novos clientes de FTTH, o maior número desde o início do projeto de Fibra.

A companhia acompanha a evolução dos investimentos de fibra e vem aprimorando suas ações de marketing e venda desde o início do projeto e os resultados podem ser observados nas safras de construção de Casas Passadas [*HP's*]. As primeiras safras de outubro de 2018 e janeiro de 2019 alcançaram taxa de ocupação de 15% e 18%, respectivamente, em março de 2020. Já as safras de abril de 2019 e julho de 2019 alcançaram taxa de ocupação de 21,5% e 20,5% ao fim do mesmo período. As safras mais atuais [outubro, novembro e dezembro de 2019] apresentaram taxa de ocupação ainda melhores e já atingem 15% após 4 meses de instalação e 17% após 6 meses. As safras de 2020 possuem médias de taxas de ocupação superiores a 8% ao fim do primeiro mês e quase 13% após 3 meses de instalação. O acompanhamento destes indicadores é crucial na avaliação dos investimentos em FTTH.

Com a estratégia de aceleração da venda de FTTH, a Oi segue comercializando também o IPTV e Voz na Fibra. Ao fim do 1T20, aproximadamente 86% de nossos clientes residenciais possuíam 2 ou mais produtos de FTTH [BL, TV e Voz] enquanto que, ao fim do 1T19, esse percentual era de 68%. Já em abril de 2020, esse percentual alcançou 87%. O ARPU de fibra foi de R\$ 84,5 no 1T20, incremento de 16,8% sobre o 1T19 quando era de R\$ 72,3 reais e de 2,7% na comparação sequencial [R\$ 82,3]. A estratégia de comercialização do Bundle segue em andamento e tem demonstrado resultados satisfatórios.

A receita de Fibra alcançou R\$ 205 milhões no 1T20, destes R\$ 194 milhões provenientes de clientes residenciais e R\$ 11 milhões de pequenas empresas [B2B]. Um robusto crescimento anual de 700,8%, sendo 711,8% dentre os clientes residenciais. Na comparação trimestral, as receitas de Fibra aumentaram em 73 milhões ou 55%. Dentre os clientes residenciais, esse incremento foi de R\$ 70 milhões [57%]. As receitas de Fibra têm ajudado a compensar parcialmente as quedas com as receitas de cobre. Enquanto no 1T19 as receitas de Fibra representavam 1,3% do total de receitas do segmento residencial, no 1T20, já representam 11,7%.

Nas 81 primeiras cidades em que a estratégia de FTTH foi implementada e já apresentam resultados consistentes para fins de comparação, a receita total de banda larga [Fibra + Cobre] cresceu 12% na

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

comparação anual, enquanto nas demais cidades, onde ainda não possuímos o serviço de FTTH, essa receita caiu 14% na comparação anual.

Embora ainda com uma base bem menor, o crescimento anual da receita de Fibra no 1T20 já mais que compensa a queda das receitas de banda larga de cobre e TV DTH no mesmo período. As receitas de banda larga de cobre caíram R\$ 121 milhões na comparação anual, as receitas de TV DTH caíram R\$ 27 milhões no mesmo período, enquanto as receitas de Fibra cresceram R\$ 170 milhões no ano.

Cabe ressaltar que desde o início da pandemia, com o isolamento social e a necessidade de home-office, temos experimentado um aumento significativo na demanda por nossos serviços de banda larga, especificamente, os serviços fornecidos por nossa rede FTTH, tanto de clientes residenciais quanto de B2B, ao estabelecerem operações de trabalho remotas em função do COVID-19.

O foco estratégico da Companhia segue em alavancar a liderança em fibra e infraestrutura, maximizando valor em todos os segmentos de negócios. Atualmente, a Oi possui mais de 388 mil quilômetros de fibra no país.

Mobilidade Pessoal

Tabela 4 – Receita Líquida e UGRs do segmento Mobilidade Pessoal

	1T20	1T19	4T19	Δ Ano	Δ Tri.
Mobilidade Pessoal					
Receita Líquida [R\$ Milhões]	1.702	1.745	1.777	-2,5%	-4,2%
Serviços	1.681	1.699	1.743	-1,0%	-3,6%
Clientes ⁽¹⁾	1.623	1.624	1.678	0,0%	-3,2%
Pré-pago	681	781	760	-12,8%	-10,3%
Pós-pago	930	829	907	12,2%	2,6%
Outros	12	14	11	-14,6%	7,2%
Uso de Rede	57	75	65	-23,3%	-12,4%
Material de Revenda	21	46	34	-54,1%	-37,5%
Unidades Geradoras de Receitas [UGRs] - Mil	33.946	34.894	34.006	-2,7%	-0,2%
Pré-Pago	24.163	26.780	24.479	-9,8%	-1,3%
Pós-Pago ⁽²⁾	9.784	8.114	9.527	20,6%	2,7%

(1) Exclui receita de aparelhos e uso de rede.

(2) Inclui pós-pago, controle, serviços móveis convergentes e 3G (mini-modem).

A receita líquida de Mobilidade Pessoal foi de R\$ 1.702 milhões no 1T20, uma redução de 2,5% em relação ao mesmo período de 2019. Essa redução foi impactada por um cenário mais desafiador no pré-pago, com fechamento de lojas e diminuição dos pontos de inserção de crédito devido ao início da quarentena, parcialmente compensada por um crescimento da base de clientes pós-pago, impulsionado por ofertas regionalizadas mais simples e assertivas e pela migração da base de clientes pré-pagos. Comparado ao 4T19, a receita líquida de Mobilidade Pessoal apresentou queda de 4,2%, refletindo, além dos motivos supracitados, redução das tarifas de interconexão.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

Como visto em trimestre anteriores, o segmento pré-pago continua seguindo a tendência de retração do mercado, impactado pela lenta recuperação econômica, altas taxas de desemprego, pela redução das tarifas de interconexão e também pelo processo de migração de voz para dados. Nesse trimestre, ainda percebemos uma piora no final de março decorrente da pandemia do COVID-19 e início do isolamento social, que culminou em fechamento das lojas, pontos de recarga e menor número de pessoas circulando. Além disso, a Companhia continua o processo de migração de clientes pré-pago para ofertas mais atraentes no pós-pago, contribuindo para a redução do número de usuários pré-pago mas, em contrapartida, beneficiando o crescimento da base de clientes pós-pago com a migração desses para ofertas com ARPU's maiores. Dessa forma, a base de clientes pós-pago cresceu 20,6%, comparado ao ano anterior, e apresentou crescimento trimestral de 2,7%.

O desempenho positivo dos produtos pós-pagos é resultado da estratégia de conversão dos clientes de pré-pago, combinada com o novo portfólio de ofertas da Oi, mais simples e alinhado à tendência do mercado de migração de serviços de voz para dados. O lançamento do novo portfólio foi sustentado pelos contínuos investimentos em cobertura 4G e 4,5G, que proporcionam incremento de capacidade de tráfego na rede, com melhor performance de uso e, conseqüentemente, melhoria substancial da experiência do cliente.

A receita de clientes, que exclui interconexão e aparelhos, foi R\$ 1.623 milhões, em linha com o 1T19 e 3,2% menor que no 4T19.

A receita de uso de rede totalizou R\$ 57 milhões, apresentando queda anual de 23,3% e menor 12,4% em relação ao trimestre anterior. A comparação anual é impactada pela redução das tarifas de VUM. Já as vendas de aparelhos totalizaram R\$ 21 milhões, R\$ 25 milhões menor na comparação com 1T19 e R\$ 13 milhões menor que o 4T19, impactadas pelo fechamento das lojas devido a COVID-19.

A Oi encerrou o primeiro trimestre do ano com 33.946 mil UGRs em Mobilidade Pessoal, queda de 2,7% em relação ao 1T19 ou 948 mil desconexões líquidas, das quais 2.617 mil desconexões no pré-pago compensadas parcialmente por 1.670 mil adições no pós-pago. Na análise sequencial, o número de adições ficou em linha com apresentado no último trimestre de 2019, com o pré-pago apresentando redução de 1,3% e o pós-pago crescendo 2,7%.

A base total de clientes móveis da Oi (Mobilidade Pessoal + B2B) totalizou 36.665 mil UGRs. Desses, 2.719 mil no segmento B2B.

Pré-pago

O segmento pré-pago encerrou o primeiro trimestre de 2020 com 24.163 mil UGRs, redução de 9,8% em relação ao 1T19. Alguns fatores influenciaram estes dados: (i) a política de desconexão de clientes inativos; (ii) a migração de clientes de pré-pago para pós-pago; (iii) a tendência de consolidação de chips no mercado.

O total de recargas apresentou uma retração de 5,3% na comparação anual e de 7,7% na comparação trimestral. Já o número de clientes de recarga diminuiu 13,1% em relação ao 1T19 e 9,3% em relação ao 4T19. As três principais razões para essas reduções, como já citado, foram: (i) encolhimento do mercado de pré-pago; (ii) alta taxa de desemprego, que tem efeito direto na receita do segmento e (iii) o fechamento de lojas e outros pontos de inserção de créditos devido ao Covid-19.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

O impacto na receita, incluindo longa distância, foi de -12,8% na comparação anual e encolhendo 10,3% na comparação sequencial. O ARPU do pré-pago teve retração de 2,9% na comparação anual e de 6,5% em relação ao trimestre anterior.

Pós-pago

A Oi encerrou o 1T20 com 9.784 mil UGRs no pós-pago, crescendo a base em 20,6% comparado ao 1T19 e 2,7% na comparação sequencial, principalmente devido à estratégia de migração de cliente pré-pago para pós-pago e às ofertas mais competitivas. Com isso, as adições brutas cresceram 11,5% no ano e queda de 12,7% na comparação sequencial, resultando em um *net adds* de 1.670 mil UGRs em relação ao 1T19. Assim, o segmento já representa 28,8% da base total de Mobilidade Pessoal.

Os resultados positivos nos físicos refletem-se na receita que, incluindo longa distância, cresceu 12,2% comparada ao 1T19 e 2,6% em relação ao 4T19. As ofertas regionalizadas, simplificação, inovação, intensificação comercial, e o *refarming* da faixa de frequência de 1.8Ghz para o 4G e 4,5G são os principais fatores que continuam possibilitando os resultados positivos do pós-pago, além da estratégia mencionada de aceleração da migração de clientes pré-pago para pós-pago.

Cobertura 2G, 3G, 4G e 4.5G

A cobertura 2G da Oi estava presente em 3.498 municípios (correspondendo a 93% da população urbana do país), no primeiro trimestre de 2020. No mesmo período, a cobertura 3G abrangia 1.650 municípios ou 82% da população urbana brasileira.

O acesso 4G alcançou 1.023 municípios, atingindo 75% da população urbana brasileira. Além disso, a cobertura de 4.5G alcançou 54 municípios, atendendo a cerca de 20% da população urbana.

A Oi atua em parceria com outras operadoras no compartilhamento de rede com intuito de potencializar investimentos e reduzir custos, ao mesmo tempo em que trabalha na melhoria contínua da qualidade dos seus serviços e da experiência do cliente.

ARPU Móvel

O ARPU móvel da Companhia ficou em R\$ 16,2 no 1T20, maior em 0,5% do que o apresentado ao final do 1T19 e 2,5% menor que o do trimestre anterior.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS



B2B

Tabela 5 – Receita Líquida e UGRs do segmento B2B

	1T20	1T19	4T19	Δ Ano	Δ Tri.
B2B					
Receita Líquida [R\$ Milhões]	1.317	1.418	1.333	-7,1%	-1,2%
Corporativo	777	862	812	-9,9%	-4,4%
TI	138	100	126	38,0%	9,6%
Dados	349	410	366	-14,8%	-4,5%
Outras	289	352	320	-17,8%	-9,7%
Atacado	274	256	246	6,9%	11,1%
Pequenas Empresas	267	300	275	-11,2%	-2,8%
Fibra	11	1	8	648,1%	30,8%
Outras	256	299	266	-14,4%	-3,9%
Unidades Geradoras de Receitas [UGRs] - Mil	6.481	6.774	6.591	-4,3%	-1,7%
Corporativo	4.439	4.523	4.506	-1,8%	-1,5%
Atacado	284	291	291	-2,3%	-2,4%
Pequenas Empresas	1.758	1.960	1.794	-10,3%	-2,0%
Fibra	92	15	69	511,0%	33,1%
Outras	1.666	1.945	1.725	-14,4%	-3,4%

No 1T20, a receita líquida do segmento B2B fechou em R\$ 1.317 milhões, uma queda de 7,1% quando comparada ao mesmo período de 2019 e uma queda de 1,2% em relação ao 4T19. O segmento foi impactado pela queda nos serviços legados do Corporativo, principalmente em função da redução do tráfego de voz, intensificado com a política de confinamento e Home Office, implementado pelas empresas para contenção da COVID-19, dos cortes nas tarifas reguladas de interconexão [VU-M] e de ligações fixo-móvel [VC]. Além disso, as receitas de Pequenas Empresas também apresentaram queda no trimestre, principalmente em função da alta exposição às receitas de serviços de cobre. Houve, no entanto, crescimento na receita líquida do Atacado em 6,9% em relação ao 1T19 e de 11,1% comparado ao trimestre anterior, e também um crescimento nas receitas de TI em 38% ano contra ano e 9,6% em relação ao 4T19, compensando em parte a queda da receita no trimestre, porém ambas destacando o foco da estratégia para o crescimento sustentável do B2B.

A Companhia encerrou o 1T20 com 6.481 mil UGRs no segmento, queda de 4,3% no comparativo ano contra ano e de 1,7% em comparação ao 4T19.

Corporativo

Com o lançamento da nova marca “Oi Soluções” para o segmento Corporativo em dezembro de 2019, a Oi pretende ser uma integradora e provedora de soluções digitais de Telecomunicações e TI (Tecnologia da Informação) através de um posicionamento consultivo e customizado. A empresa oferece um portfólio abrangente de soluções de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), impactando o cliente em toda a cadeia de valor, nas áreas de Cloud & Data Center, IoT (Internet das Coisas), Big Data & Analytics, Cibersegurança, Conectividade de Dados e Voz e Gestão, com o objetivo de auxiliar na geração de novas

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

receitas e na contenção de despesas. A empresa hoje possui 57 mil clientes dos setores público e privado, atendidos por mais de 1.500 executivos.

Ao portfólio que já possuía os serviços de Oi WIFI 3.0+, Oi GIS [Gestão Integrada de Serviços], Telepresenças Oi e Marketing Analytics Oi, foram adicionados nesse primeiro trimestre o Oi Gestão 360° [permite que operadora faça a gestão de conectividade, TI, segurança e negócios para o cliente], Smart Cloud 4.0 [Infraestrutura como serviço [IaaS], no formato de nuvem híbrida, possibilitando o desenvolvimento de uma arquitetura de edge, com foco em soluções de IoT e vídeo], e Oi Smart Office 4.0 [solução destinada às empresas que trabalham em sistema de home office, composta por plataformas de colaboração, conectividade e cloud computing].

A receita líquida do Corporativo totalizou R\$ 777 milhões no 1T20, queda de 9,9% no comparativo com o 1T19 e de 4,4% no comparativo com o 4T19, cuja queda ocorreu nas linhas de Dados e Outros, representativas dos serviços legados ofertados pela Companhia. Com o foco em serviços de TI, a Companhia conseguiu aumentar a receitas destes em 38% ano contra ano e 9,6% trimestre contra trimestre. O segmento apresentou queda nas UGRs, diminuindo em 1,8% a base de cliente no comparativo com o 1T19, e 1,5% contra o 4T19.

Atacado

A Companhia tem como objetivo neste segmento se posicionar como principal provedor nacional de rede de transporte e transmissão e facilitador da infraestrutura 5G no Brasil. Isso possibilitará um mix de receitas, com foco nas não reguladas, em áreas como conexões IP, "*fiber to the city [FTTC]*", "*fiber to the ISP [FTTISP]*" e "*fiber to the tower [FTTT]*", oferecendo a sua infraestrutura, extensiva e não replicável, que possibilita à Oi uma qualidade superior no atendimento a empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, provedores de Internet e empresas de infraestrutura envolvidas na cadeia de prestação desses serviços.

No 1T20, a Oi assinou um memorando de entendimento para operação conjunta nos projetos de banda larga por fibra da Mob Telecom. O lançamento deste projeto-piloto foi feito no modelo de franquias, que poderá ser expandido, com o objetivo de crescimento nas receitas não reguladas e na redução dos custos com Opex e Capex.

A receita líquida da companhia no Atacado totalizou R\$ 274 milhões no 1T20, um aumento de 6,9% ano contra ano, e de 11,1% em relação ao 4T19.

Pequenas Empresas

Para o segmento de pequenas empresas, a Companhia utiliza estratégia usada no B2C dadas as suas semelhanças de mercado. A Oi segue regionalizando as ofertas e intensificando suas ações comerciais em conjunto com a abordagem do "Reuso de Rede" para a oferta de FTTH. A queda de 11,2% na receita líquida ano contra ano, e de 2,8% no comparativo com o trimestre anterior, junto com a queda de 10,3% das UGRs no comparativo anual do grupo, estão ligadas a alta exposição às receitas de cobre nesse segmento.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

Custos e Despesas Operacionais

Tabela 6 – Composição dos Custos e Despesas Operacionais de Rotina

R\$ Milhões	1T20	1T19	4T19	Δ Ano	Δ Tri.
Custos e Despesas Operacionais de Rotina					
Brasil	3.218	3.470	3.410	-7,3%	-5,6%
Pessoal	597	594	699	0,5%	-14,6%
Interconexão	111	136	135	-18,3%	-18,1%
Serviços de terceiros	1.414	1.487	1.480	-4,9%	-4,5%
Serviço de manutenção da rede	234	275	232	-14,7%	1,2%
Custos de aparelhos e outros	21	48	34	-56,7%	-40,2%
Publicidade e Propaganda	70	71	162	-1,3%	-56,6%
Aluguéis e seguros	581	661	562	-12,1%	3,3%
Provisões para contingências	25	59	30	-58,3%	-18,4%
Provisão para devedores duvidosos	139	137	61	1,1%	126,9%
Tributos e outras despesas (receitas)	27	3	13	882,6%	110,9%
Operações Internacionais	-3	32	89	-107,9%	-102,9%
OPEX de rotina	3.216	3.503	3.499	-8,2%	-8,1%

No 1T20, os custos e despesas operacionais consolidados de rotina, incluindo as operações internacionais, totalizaram R\$ 3.216 milhões, redução de 8,2% comparando ao mesmo período de 2019 e de 8,1% em relação ao 4T19.

Já o Opex de rotina das operações brasileiras ficou em R\$ 3.218 milhões, uma queda de 7,3% em relação ao 1T19 e de 5,6% em relação ao trimestre anterior. Considerando a taxa de inflação (IPCA) de 3,30% nos últimos 12 meses, este desempenho significou uma redução real de 10,22% em relação ao 1T20.

Como parte do plano estratégico, a Companhia continua atuando em 5 macro frentes de redução de custos e simplificação operacional: (i) Vendas, Marketing e Atendimento; (ii) Processos e Organização; (iii) Suporte ao Negócio; (iv) TI; e (v) Rede e Operações de Campo. As ações resultantes do trabalho nessas frentes começaram a ser implementadas ao longo de 2019 e os impactos financeiros devem ser observados de forma mais relevante ao longo deste ano.

Pessoal

No 1T20, as despesas de pessoal totalizaram R\$ 597 milhões, em linha no comparativo anual (+0,5%) e uma queda de 14,6% quando comparado ao trimestre anterior. Essa redução sequencial ocorreu, principalmente em função das provisões para remuneração variável realizados no 4T19.

Interconexão

Os custos de interconexão das operações brasileiras totalizaram R\$ 111 milhões, uma redução de 18,3% na comparação com o 1T19 e de 18,1% na comparação com o trimestre passado, principalmente em função da redução das tarifas reguladas.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

Serviços de Terceiros

No 1T20, os custos e despesas com serviços de terceiros no Brasil totalizaram R\$ 1.414 milhões, uma queda de 4,9% em relação ao 1T19 e de 4,5% comparando ao 4T19. Debaixo dessa rubrica estão classificadas as despesas de Aquisição de Conteúdo, Relacionamento com Clientes, Faturamento, Vendas, Energia Elétrica e Despesas Gerais. Este resultado é reflexo das ações da Companhia de aceleração dos canais de vendas digitais, da automação e otimização do SAC e das operações do *Call Center* e da redução de despesas com projetos de TI voltados para os produtos legados.

Serviços de Manutenção de Rede

No trimestre, os custos e despesas com serviços de manutenção de rede das operações brasileiras totalizaram R\$ 234 milhões, ficando em linha quando comparado ao 4T19 e apresentando uma queda de 14,7% em relação ao 1T19. Essa queda ocorreu, principalmente como reflexo da expansão do projeto de Fibra e migração de clientes do Cobre para o FTTH reduzindo o custo de manutenção das redes legadas, e por menores gastos com TUP, como resultado da aprovação do PGMU.

Custos de Aparelhos / Outros (CPV)

Os custos de aparelhos das operações brasileiras totalizaram R\$ 21 milhões no trimestre, uma queda de 56,7% quando comparado ao 1T19 e de 40,2% na comparação com o trimestre anterior, principalmente devido ao menor volume na venda de *handset*.

Publicidade e Propaganda

No 1T20, as despesas com publicidade e propaganda atingiram R\$ 70 milhões, ficando praticamente em linha na comparação com o 1T19 e apresentando uma redução de 56,6% em relação ao último trimestre. Na comparação sequencial esta redução refletiu efeitos de sazonalidade, principalmente em função das campanhas para Black Friday e Natal no trimestre anterior.

Aluguéis e Seguros

No 1T20, as despesas com aluguéis e seguros das operações brasileiras totalizaram R\$ 581 milhões, apresentando uma redução de 12,1% no comparativo anual, principalmente devido as renegociações ao longo de 2019 com concessionárias e fornecedores, resultando em menores custos. Já em relação ao 4T19, houve aumento de 3,3%, mostrando uma elevação os custos relacionados a aluguel de postes, torres, equipamentos, sendo atenuado por menores custos com aluguel de espaços físicos e satélites.

Provisões para Contingências

Neste trimestre, as provisões para contingências nas operações brasileiras totalizaram R\$ 25 milhões, uma redução de 58,3% ou R\$ 35 milhões, comparado ao mesmo período do ano anterior. Na comparação sequencial, houve redução de 18,4% ou R\$ 6 milhões, principalmente em função menores entradas de processos judiciais, especialmente nas esferas trabalhista, cível consumidor e cível estratégico.

Provisões para Devedores Duvidosos – PDD

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS



No 1T20, as provisões para devedores duvidosos totalizaram R\$ 139 milhões, ficando em linha na comparação com o 1T19 e apresentando um aumento de 126,9% em relação ao quarto trimestre de 2019, principalmente em função da recuperação de créditos de governos no Corporativo ocorrida no 4T19.

EBITDA

Tabela 7 – EBITDA e Margem EBITDA

	1T20	1T19	4T19	Δ Ano	Δ Tri.
Oi S.A.					
EBITDA de Rotina (R\$ milhões)	1.533	1.627	1.414	-5,8%	8,4%
Brasil	1.481	1.616	1.452	-8,3%	2,0%
Operações Internacionais	52	12	-38	-336,1%	235,4%
Margem EBITDA de Rotina (%)	32,3%	31,7%	28,8%	0,6 p.p.	3,5 p.p.
Brasil	31,5%	31,8%	29,9%	-0,2 p.p.	1,6 p.p.
Operações Internacionais	105,2%	26,8%	-74,2%	78,4 p.p.	179,4 p.p.
Itens Não Rotina (R\$ milhões)	367	987	-117	n.m.	n.m.
EBITDA (R\$ milhões)	1.899	2.615	1.298	-27,4%	46,4%
Brasil	1.566	2.603	1.336	-39,8%	17,2%
Operações Internacionais	333	12	-38	2720,8%	-975,7%
Margem EBITDA (%)	40,0%	51,0%	26,4%	-11,0 p.p.	13,6 p.p.

No 1T20, o EBITDA consolidado de rotina alcançou R\$ 1.533 milhões, apresentando queda de 5,8% em relação ao 1T19 e um aumento de 8,4% na comparação sequencial.

O EBITDA de rotina das operações brasileiras totalizou R\$ 1.481 milhões no 1T20, registrando queda de 8,3% em relação ao 1T19 e crescimento de 2,0% em relação ao 4T19. A margem EBITDA de rotina das operações brasileiras foi de 31,5%, ficando em linha com o 1T19 e apresentando um crescimento sequencial de 1,6 p.p.

Em relação as outras operações internacionais (África e Timor Leste), o EBITDA de rotina totalizou R\$ 52 milhões no trimestre, comparado a R\$ 12 milhões no 1T19 e a R\$ -38 milhões no 4T19.

Os Itens não rotina, no total de R\$ 367 milhões no 1T20, se referem a: (i) ganho com venda de imóveis no valor de R\$ 85 milhões e (ii) ganhos resultantes da venda da PT Ventures no valor de R\$ 282 milhões, nas operações internacionais.

Cabe observar que o EBITDA de rotina considera os efeitos da adoção do IFRS 16. Para efeito de comparação, o EBITDA de rotina das operações brasileiras, desconsiderando os impactos do IFRS 16 no 1T20 seria de R\$ 1.046 milhões.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS



Investimentos

Tabela 8 – Investimentos

R\$ Milhões	1T20	1T19	4T19	Δ Ano	Δ Tri.
Investimentos					
Brasil	1.781	1.718	1.979	3,7%	-10,0%
Fibra ^[1]	1.073	575	883	86,7%	21,5%
Cobre	276	513	441	-46,3%	-37,5%
DTH	18	92	60	-80,2%	-69,5%
Móvel	261	328	368	-20,3%	-29,0%
B2B	153	210	227	-27,2%	-32,7%
Operações Internacionais	13	7	12	77,2%	6,2%
Total	1.794	1.725	1.991	4,0%	-9,9%

[1] Inclui Fibra + Atacado.

No 1T20, os investimentos [Capex] consolidados da Companhia, considerando as operações internacionais, totalizaram R\$ 1.794 milhões, apresentando um crescimento de 4,0% no comparativo anual e uma queda de 9,9% em relação ao trimestre anterior. As operações brasileiras totalizaram R\$ 1.781 milhões no 1T20, um incremento de 3,7% em relação ao 1T19 e queda de 10,0% na comparação sequencial.

A abertura dos investimentos por produto evidencia o direcionamento dos esforços da Companhia em concentrar maiores recursos na continuidade e cumprimento do seu Plano de Estratégico, com foco principal na expansão de FTTH, oferecendo banda larga de alta velocidade até a casa do cliente.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS



Fluxo de Caixa Operacional (EBITDA de rotina – Capex)

Tabela 9 – Fluxo de Caixa Operacional

R\$ Milhões	1T20	1T19	4T19	Δ Ano	Δ Tri.
Oi S.A.					
EBITDA de Rotina	1.533	1.627	1.414	-5,8%	8,4%
Capex	1.794	1.725	1.991	4,0%	-9,9%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina [EBITDA – Capex]	-261	-98	-577	167,4%	-54,7%

Tabela 10 – Fluxo de Caixa Operacional das Operações Brasileiras

R\$ Milhões	1T20	1T19	4T19	Δ Ano	Δ Tri.
Oi S.A.					
EBITDA de Rotina	1.481	1.616	1.452	-8,3%	2,0%
Capex	1.781	1.718	1.979	3,7%	-10,0%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina [EBITDA – Capex]	-299	-102	-526	193,6%	-43,1%

No 1T20, o fluxo de caixa operacional consolidado de rotina [EBITDA de rotina menos Capex] foi negativo em R\$ 261 milhões e, nas operações brasileiras, foi negativo em R\$ 299 milhões, principalmente em função da continuidade da aceleração dos investimentos no período e das receitas menores, que impactaram o Ebitda, conforme mencionado anteriormente nas seções *Receitas* e *Investimentos*.

Depreciação / Amortização

Tabela 11 – Depreciação e Amortização

R\$ Milhões	1T20	1T19	4T19	Δ Ano	Δ Tri.
Depreciação e Amortização					
Total	1.711	1.690	1.703	1,3%	0,5%

As despesas com depreciação e amortização da Companhia totalizaram R\$ 1.711 milhões no 1T20, apresentando um aumento de 1,3% em relação ao 1T19 e permanecendo em linha na comparação com o 4T19.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS FINANCEIROS



Resultados Financeiros

Tabela 12 – Resultado Financeiro (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	1T20	1T19	4T19
Oi S.A. Consolidado			
Juros Líquidos (s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financ.)	-492	-300	-363
Amortização do ajuste a valor justo	-578	-215	-197
Resultado Cambial Líquido (s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financiamentos)	-2.657	-96	259
Outras Receitas / Despesas Financeiras	-2.749	410	-1.857
Resultado Financeiro Líquido Consolidado	-6.476	-202	-2.158

O resultado financeiro líquido consolidado da Oi S.A. totalizou despesas de R\$ 6.476 milhões no trimestre, em comparação a uma despesa de R\$ 2.158 milhões no 4T19 e R\$ 202 milhões no mesmo período do ano anterior.

No trimestre, o aumento das despesas financeiras é explicado, principalmente, pelo impacto negativo da forte depreciação cambial do 1T20, reflexo dos efeitos do avanço da Covid-19, que ganhou escala global no período. O item “Resultado Cambial Líquido” voltou a registrar despesas financeiras no trimestre devido à forte desvalorização do Real vs Dólar de 29,0% no 1T20 vs valorização de 3,2% no trimestre anterior.

O item “Outras Receitas/ Despesas Financeiras” também apresentou aumento das despesas, principalmente em função da variação cambial sobre os passivos onerosos (contratos de transmissão de dados por cabos submarinos e satélites), no montante total de R\$ 1,7 bilhões no 1T20. Estas maiores despesas, nesta linha, foram parcialmente compensadas, por menores atualizações monetárias sobre contingências, em comparação ao trimestre anterior.

Já o item “Juros Líquidos” apresentou elevação em razão dos juros da nova debênture emitida em janeiro deste ano, compensado parcialmente, por menores juros nas dívidas indexadas ao CDI e a TJLP no período. Por último, o item “Amortização do ajuste a valor justo” também foi impactado pela desvalorização cambial do Real vs Dólar no trimestre.

O comparativo anual, por sua vez, mostra despesas financeiras líquidas consolidadas de R\$ 202 milhões no 1T19, explicado por um comportamento de bastante estabilidade da moeda brasileira frente ao Dólar. No 1T19, o Real havia apresentado desvalorização de somente 0,6% vs Dólar, trazendo pouco impacto sobre a parcela da dívida atrelada à moeda estrangeira no item “Resultado Cambial Líquido”. Contribuindo para resultados favoráveis naquele trimestre, o item “Outras Despesas/ Receitas Financeiras” apresentou receitas de R\$ 410 milhões no período, decorrente, principalmente, da atualização monetária do crédito de PIS/COFINS sobre ICMS no valor de R\$ 1.025 milhões.

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO



Lucro [Prejuízo] Líquido

Tabela 13 – Lucro [Prejuízo] Líquido [Oi S.A. Consolidado]

R\$ Milhões	1T20	1T19	4T19	Δ Ano	Δ Tri.
Lucro [Prejuízo] Líquido					
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT)	188	925	-405	n.m.	n.m.
Resultado Financeiro	-6.476	-202	-2.158	n.m.	200,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	34	-44	282	n.m.	n.m.
Lucro [Prejuízo] Líquido das Operações Continuadas	-6.254	679	-2.281	-1021,4%	174,2%
Lucro [Prejuízo] Líquido Consolidado	-6.254	679	-2.281	-1021,4%	174,2%
-atribuído aos acionistas controladores	-6.280	568	-2.263	-1204,9%	177,5%
-atribuído aos acionistas não controladores	26	110	-18	n.m.	-244,2%

No 1T20, o resultado operacional da Companhia antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT) foi de R\$ 188 milhões, comparado ao resultado de R\$ 925 milhões no 1T19 e ao resultado negativo de R\$ 405 milhões do 4T19. A Companhia registrou resultado financeiro líquido negativo de R\$ 6.476 milhões que, conforme mencionado na seção dos *Resultados Financeiro*, foi bastante impactada pelos impactos da variação cambial. Além disso, a Companhia registrou um resultado positivo na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R\$ 34 milhões, resultando em um prejuízo líquido consolidado de R\$ 6.254 milhões.

Comentário do Desempenho

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



Endividamento & Liquidez

Tabela 14 – Endividamento

R\$ Milhões	Mar/20	Mar/19	Dez/19	% Dívida Bruta
Endividamento				
Curto Prazo	179	118	326	0,7%
Longo Prazo	24.262	16.256	17.900	99,3%
Dívida Total	24.441	16.373	18.227	100,0%
Exposição moeda nacional	8.905	7.894	8.705	36,4%
Exposição moeda estrangeira	15.536	8.491	9.521	63,6%
Swap	0	-12	0	0,0%
(-) Caixa	-6.310	-6.267	-2.300	-25,8%
(=) Dívida Líquida	18.131	10.107	15.927	74,2%

A dívida bruta consolidada da Oi S.A. registrou um saldo de R\$ 24.441 milhões no 1T20, representando uma elevação de 34,1% ou R\$ 6.214 milhões em relação ao registrado no 4T19. No comparativo anual, o aumento do endividamento foi de 49,3% ou R\$ 8.068 milhões. A elevação no trimestre e no ano são decorrentes, principalmente, da forte desvalorização do Real vs o Dólar em ambos os períodos, de 29,0% e 33,4%, respectivamente, resultado da forte deterioração nos mercados causado pelo ganho de proporções globais do novo coronavírus. Soma-se a isso os efeitos usuais de *accrual* de juros e da amortização do ajuste a valor presente (AVP), que contribuem para o crescimento da dívida a cada período. Por fim, a emissão de uma debênture privada de aproximadamente R\$ 2.500 milhões, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (PRJ), também contribuiu para o crescimento da dívida.

Ao final do 1T20, a parcela da dívida exposta em moeda estrangeira representava 63,6% da dívida a valor justo. Já o prazo médio consolidado da dívida encontrava-se em aproximadamente 10 anos no trimestre.

A companhia encerrou o trimestre com caixa consolidado de R\$ 6.310 milhões, um aumento de 174,4% em relação ao 4T19 e de 0,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Com isso, sua dívida líquida totalizou R\$ 18.131 milhões no trimestre, 13,8% maior quando comparada ao 4T19, proveniente, principalmente, de uma maior dívida bruta no período. O aumento no caixa ocorreu, principalmente, em razão do recebimento das primeiras parcelas da venda da PT Ventures no valor total de US\$ 1 bilhão, dos quais US\$ 841 milhões já haviam sido recebidos até o final do trimestre, venda esta, também de acordo com o previsto no Plano Estratégico da Companhia. Tal recebimento, juntamente com o desembolso das debêntures, contribuiu para o fortalecimento do caixa, fundamental para viabilizar o elevado nível de investimentos previstos em seu Plano Estratégico.

Comentário do Desempenho

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



Tabela 15 – Posição de Caixa (Operações Brasileiras)

R\$ Milhões

Posição de Caixa 4T19	2.300
Ebitda de rotina	1.481
IFRS16	-435
Capex	-1.781
Capital de giro	-563
Esfera legal	214
Operações financeiras	2.492
Pagamento a Credores RJ	-807
Efeito caixa <i>non core</i>	3.410
Posição de Caixa 1T20	6.310

A companhia encerrou o 1T20 com um saldo de caixa de R\$ 6.310 milhões, apresentando um incremento de R\$ 4.010 milhões no trimestre. Os principais fatores que contribuíram foram: (i) entrada de parte do montante resultante da venda da participação na Unitel, no montante de R\$ 3,3 bilhões e (ii) emissão de debêntures privadas no montante líquido de R\$ 2,5 bilhões. Além disso, houve a finalização do processo da venda do imóvel de Botafogo, no valor de R\$ 121 milhões, dando continuidade ao projeto de venda de ativos *non-core*, em linha com o previsto no Plano de Recuperação Judicial e com o Plano Estratégico da Companhia.

O capital de giro do 1T20 foi impactado negativamente, principalmente pelo giro de pagamentos do Capex que vem aumentando, em função do plano de expansão da fibra.

Na linha de Pagamento a Credores RJ, houve o pagamento dos juros sobre Bond, no montante de R\$ 350 milhões e pagamentos a fornecedores parceiros no total de R\$ 457 milhões, previstos no plano da RJ.

Tabela 16 – Composição da Dívida Bruta

R\$ Milhões

Composição da Dívida Bruta - 1T20	Valor de Face	Ajuste a Valor Justo [AVJ]	Valor Justo
BNDES	4.024	-	4.024
Bancos Locais	9.254	[4.373]	4.881
ECAs	8.714	[5.248]	3.466
Bonds Qualificados	8.751	[928]	7.823
Facility "Não Qualificados"	473	[163]	310
Oferta Geral	5.605	[4.906]	698
Debêntures Privadas [Bridge Loan]	3.276	-	3.276
Outros	[37]	-	[37]
Dívida Bruta Total	40.059	[15.618]	24.441

Comentário do Desempenho

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



Tabela 17 – Demonstração do Resultado do Exercício [Oi S.A. Consolidado]

R\$ Milhões	1T20	1T19	4T19
Receita Operacional Líquida	4.749	5.130	4.914
Custos e Despesas Operacionais	-2.849	-2.515	-3.616
Pessoal	-609	-604	-710
Interconexão	-112	-136	-136
Serviços de terceiros	-1.429	-1.499	-1.504
Serviço de manutenção da rede	-235	-275	-232
Custo de aparelhos e outros	-23	-50	-39
Publicidade e propaganda	-71	-72	-163
Aluguéis e seguros	-584	-663	-562
Provisões para contingências	-22	-59	-30
Provisão para devedores duvidosos	-139	-137	-62
Tributos e outras receitas (despesas)	374	980	-177
EBITDA	1.899	2.615	1.298
Margem %	40,0%	51,0%	26,4%
Depreciações e Amortizações	-1.711	-1.690	-1.703
EBIT	188	925	-405
Despesas Financeiras	-9.861	-1.553	-1.991
Receitas Financeiras	3.385	1.351	-167
Lucro [Prejuízo] Antes dos Impostos	-6.288	723	-2.563
Imposto de Renda e Contribuição Social	34	-44	282
Lucro [Prejuízo] Líquido do Exercício	-6.254	679	-2.281
Margem %	-131,7%	13,2%	-46,4%

Comentário do Desempenho

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



Tabela 18 – Balanço Patrimonial [Oi S.A. Consolidado]

R\$ Milhões	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2019
TOTAL DO ATIVO	73.947	71.892	77.790
Ativo Circulante	19.359	17.993	24.058
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.090	2.082	6.030
Aplicações Financeiras	186	184	198
Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	23
Contas a Receber	6.271	6.335	6.633
Estoques	340	327	300
Tributos Correntes e a Recuperar	530	543	611
Outros Tributos	1.073	1.089	1.716
Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.463	1.514	1.535
Ativos Mantidos para Venda	520	4.391	4.813
Outros Ativos	2.886	1.528	2.199
Ativo Não Circulante	54.587	53.899	53.732
Realizável a Longo Prazo	10.577	10.856	9.943
.Tributos Diferidos e a Recuperar	123	99	25
.Outros Tributos	2.788	2.996	1.889
.Aplicações Financeiras	34	34	37
.Depósitos e Bloqueios Judiciais	6.596	6.651	7.131
.Outros Ativos	1.160	1.175	886
Investimentos	124	134	118
Imobilizado	40.070	38.911	36.929
Intangível	3.816	3.998	6.742
TOTAL DO PASSIVO	73.947	71.892	77.790
Passivo Circulante	11.523	11.836	12.012
Fornecedores	4.952	5.594	5.640
Arrendamentos a Pagar	1.612	1.510	1.422
Empréstimos e Financiamentos	179	326	129
Instrumentos Financeiros	0	1	0
Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios	815	853	910
Provisões	529	548	534
Tributos a Recolher e Diferidos	65	67	51
Outros Tributos	1.434	887	1.363
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	6	6	6
Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	162	494	472
Autorizações e Concessões a Pagar	80	59	120
Outras Contas a Pagar	1.689	1.492	1.365
Passivo Não Circulante	50.826	42.259	38.347
Fornecedores	3.167	3.293	3.238
Arrendamentos a Pagar	7.189	6.640	6.675
Empréstimos e Financiamentos	24.262	17.900	16.256
Outros Tributos	1.221	1.224	634
Provisões	4.870	4.704	4.081
Provisões para Fundo de Pensão	652	633	593
Outras Contas a Pagar	9.466	7.865	6.871
Patrimônio Líquido	11.598	17.797	27.430

Comentário do Desempenho

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



Tabela 19 – EBITDA e Margem EBITDA (Sem impactos do IFRS 16)

	1T20	1T19	4T19	Δ Ano	Δ Tri.
Oi S.A.					
EBITDA de Rotina [R\$ milhões]	1.533	1.627	1.414	-5,8%	8,4%
Brasil	1.481	1.616	1.452	-8,3%	2,0%
Operações Internacionais	52	12	-38	-336,1%	235,4%
Impacto IFRS16	-435	-377	-398	n.m.	n.m.
EBITDA de Rotina sem IFRS16 [R\$ milhões]	1.097	1.251	1.016	-12,3%	7,9%
Brasil	1.046	1.239	1.056	-15,6%	-1,0%
Operações Internacionais	51	12	-40	-337,5%	229,3%
Margem EBITDA de Rotina sem IFRS16 (%)	23,1%	24,4%	20,7%	-1,3 p.p.	2,4 p.p.

Comentário do Desempenho**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES****Em tempo**

As principais tabelas divulgadas neste Relatório de Resultados em formato Excel estarão disponíveis no *website* da Companhia (www.oi.com.br/ri), na seção “Informações Financeiras / Resultados Trimestrais”.

As definições de termos utilizados neste Relatório de Resultados também estão disponíveis no glossário do website da Companhia: https://www.oi.com.br/ri/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=44320



Eventos Subsequentes

- Em 11 de maio de 2020, a Oi comunicou aos acionistas e ao mercado em geral, que na referida data, a agência de classificação de risco Standard & Poors ["S&P"] anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à Companhia reduzindo a classificação de créditos do emissor de "B" para "B-" em escala global e de "brA-" para 'brBBB' em escala nacional. A perspectiva é negativa tanto na escala global quanto nacional.
- Em 27 de maio de 2020, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que na referida data, a agência de classificação de risco Fitch Ratings ["Fitch"] anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à Companhia. A Fitch Ratings rebaixou os ratings da Oi, incluindo o Rating de Emissor de Longo Prazo (LT) em Moeda Estrangeira (FC) de "B-" para "CCC+", o rating de moeda local de longo prazo de "B-" para "CCC+", a classificação nacional de longo prazo de "BB- (bra) / Estável" para "B (bra) / Estável", e as notas de 2025 de "B-" / "RR4" para "CCC+" / "RR4". A perspectiva de classificação nos ratings internacionais foi removida.
- Em 15 de junho de 2020, em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, protocolou perante o "Juízo da RJ" proposta de aditamento ao Plano de Recuperação Judicial homologado, na forma ali prevista, visando, principalmente, à sustentabilidade do seu negócio, por meio da reorganização e simplificação do Grupo Oi do ponto de vista societário e operacional, de forma a assegurar maior flexibilidade e eficiência financeiras.



Comentário do Desempenho

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

INSTRUÇÃO CVM 358, ART. 12: Acionistas controladores direta ou indiretamente e acionistas que elegem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer outra pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo como um grupo ou que representem os mesmos interesses, que atinge um interesse direto ou indireto representando cinco por cento (5%) ou mais de espécie ou classe de ações do capital de uma sociedade anônima de capital aberto, devem notificar a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia do fato, de acordo com o artigo acima.

A Oi recomenda que seus acionistas cumpram com os termos do artigo 12 da Instrução CVM 358, mas não assume qualquer responsabilidade pela divulgação ou não de aquisições ou alienações de terceiros de interesse correspondentes a 5% ou mais de qualquer tipo ou classe de sua participação ou de direitos sobre essas ações ou outros valores mobiliários de sua emissão.

Tabela 20 – Ações do Capital Social da Companhia

	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Em circulação¹
Ordinárias	5.796.477.760	30.595	5.796.444.654
Preferenciais	157.727.241	1.811.755	155.915.481
Total	5.954.205.001	1.842.350	5.952.360.135

Posição acionária em 31/03/2020.

(1) As ações em circulação não consideram as ações detidas em tesouraria e pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Comentário do Desempenho
DISCLAIMER

Rio de Janeiro - 15 de junho de 2020. Este relatório contempla informações financeiras e operacionais consolidadas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi S.A." ou "Oi" ou "Companhia") e suas controladas diretas e indiretas em 31 de março de 2020 que, seguindo instrução da CVM, estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Em função da sazonalidade do setor de serviços de telecomunicações em seus resultados trimestrais, a Companhia irá focar a comparação dos seus resultados financeiros com o mesmo período do ano anterior.

Este relatório contém projeções e/ou estimativas de eventos futuros. As projeções aqui disponíveis foram preparadas de maneira criteriosa, considerando a atual conjuntura baseadas em trabalhos em andamento e suas respectivas estimativas. O uso dos termos "projeta", "estima", "antecipa", "prevê", "planeja", "espera", entre outros, pretende sinalizar possíveis tendências e declarações prospectivas que, evidentemente, envolvem incertezas e riscos, sendo que os resultados futuros podem diferir das expectativas atuais. Estas declarações baseiam-se em diversos pressupostos e fatores, inclusive nas condições econômicas, de mercado e do setor, além de fatores operacionais. Quaisquer alterações nesses pressupostos e fatores podem levar a resultados práticos diferentes das expectativas atuais. Não se deve confiar plenamente nessas declarações prospectivas.

Declarações prospectivas se aplicam somente à data em que foram preparadas, não se obrigando a Companhia a atualizá-las à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros. A Oi não se responsabiliza por operações que sejam realizadas ou por decisões de investimentos que sejam feitos com base nessas projeções e estimativas. As informações financeiras contidas neste documento não foram auditadas, e, portanto, podem diferir dos resultados finais.

Oi – Relações com Investidores

Marcelo Ferreira	+55 (21) 3131-1314	marcelo.asferreira@oi.net.br
Bruno Nader	+55 (21) 3131-1629	bruno.nader@oi.net.br

Notas Explicativas

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial e sociedades controladas

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intrarregional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações (“ANATEL” ou “Agência”).

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da subsidiária integral Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial (“Telemar”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Na África, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações através de subsidiárias e controladas da Africatel Holdings B.V. (“Africatel”), e na Ásia, a Companhia presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom (Nota 30).

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” representativos de ações ordinárias e preferenciais de sua emissão negociados na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

Contratos de concessão

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada Telemar junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado. No final de 2018, a ANATEL publicou a Consulta Pública nº 51/2018 para tratar da revisão dos Contratos de Concessão para o seu último quinquênio (2021/2025). O período de contribuição da Consulta Pública se encerrou no dia 26 de março de 2019, estando o texto em análise pela ANATEL. Vale observar que a Lei nº 13.879/2019 abriu a possibilidade legal de adaptação do regime público para o regime privado de prestação do STFC, que está em fase de regulamentação pela ANATEL, por meio da Consulta Pública 05/2020, assim como a possibilidade de renovações sucessivas da Concessão por períodos de 20 anos.

Em 21 de dezembro de 2018, foi publicado o Decreto nº 9.619/2018, que revogou o Decreto nº 7.512/2011 e aprovou um Novo PGMU (“PGMU IV”). Dentre as determinações do Novo PGMU, destaca-se o fato de que o Novo PGMU apresenta uma redução significativa na planta de terminais de uso público (“TUP”). Em substituição aos TUPs que deixaram de ser obrigatórios, as concessionárias

Notas Explicativas

passarão a implantar, sistemas de acesso fixo sem fio com suporte para conexão em banda larga em determinadas localidades, com prazo final em dezembro de 2023.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ” ou “Plano”), a ANATEL iniciou alguns procedimentos visando monitorar a situação financeira da Companhia, bem como avaliar a sua capacidade em relação ao cumprimento das obrigações inerentes aos termos dos contratos de concessão. Em março de 2019 a ANATEL decidiu, dentre outros pontos, manter o acompanhamento especial da prestação de serviços de telecomunicações pelas empresas integrantes do Grupo Oi para o exercício de 2019, com a imposição de medidas relacionadas à transparência, governança corporativa e controle societário, desempenho econômico-financeiro e operacional, e gestão de ativos e créditos, conforme informado no Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia no dia 8 de maio de 2019.

Em 10 de fevereiro de 2020, conforme informado no Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia, o Conselho Diretor da ANATEL entendeu não subsistir a necessidade do acompanhamento extraordinário com base na decisão expedida em maio de 2019, por considerar ter sido sanado o risco de liquidez de curto prazo da Companhia e suas controladas tendo sido revogadas as obrigações anteriormente imputadas às empresas do Grupo Oi.

Autorização Societária

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na Reunião de Diretoria do dia 12 de junho de 2020, após apreciadas na Reunião do Conselho de Administração do mesmo dia.

Recuperação Judicial

Em 20 de junho de 2016, a Companhia e suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel, Telemar, Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Copart 4” incorporada pela Telemar), Copart 5 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Copart 5” incorporada pela Companhia), Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial (“PTIF”) e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Holanda”) (em conjunto com a Companhia, as “Empresas Oi”) ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Processo de Recuperação Judicial”).

No dia 19 de dezembro de 2017, após a confirmação do quórum necessário dos credores das classes I, II, III e IV, a Assembleia Geral de Credores foi instalada, tendo o plano de recuperação judicial das Empresas Oi (“Plano” ou “PRJ”) sido aprovado por ampla maioria de credores no dia 20 de dezembro de 2017.

Em 8 de janeiro de 2018, o juízo da recuperação judicial (“Juízo da Recuperação Judicial”) proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial às Empresas Oi, a qual foi publicada em 5 de fevereiro de 2018.

Em 31 de julho de 2018, a reestruturação da dívida financeira das Empresas Oi, foi concluída com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ, incluindo a conclusão do primeiro aumento de capital previsto no PRJ Aumento de Capital - Capitalização de Créditos.

Em 25 de janeiro de 2019 a Companhia concluiu o segundo aumento de capital previsto no PRJ (“Aumento de Capital - Novos Recursos”), com a emissão de 3.225.806.451 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, incluindo novas ações ordinárias representadas por

Notas Explicativas

ADSs, de acordo com o PRJ e o acordo de subscrição e compromisso, entre a Companhia, suas controladas e os Investidores “*Backstoppers*”.

Aumento de Capital – Novos Recursos

Exercício de Bônus de Subscrição e “*American Depositary Warrants*” – “*ADWs*”

Em 28 de outubro de 2018, a Companhia iniciou a emissão e a entrega de todos os Bônus de Subscrição e ADWs exercidos por seus titulares. O processo foi concluído em 4 de janeiro de 2019. Todos os Bônus de Subscrição que não foram exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, foram cancelados.

Oferta preferencial e conclusão do Aumento de Capital – Novos Recursos, nos termos do contrato de compromisso

Conforme previsto na Cláusula 6 do PRJ, em 13 de novembro de 2018 a Companhia iniciou uma oferta preferencial de ações ordinárias, registrada junto à SEC nos termos do “*Securities Act*”, no âmbito da qual os titulares de ações ordinárias e preferenciais, incluindo o Depositário de ADS’s – “*American Depositary Shares*” e o “*The Bank of New York Mellon*”, na qualidade de depositário do programa de ADS’s preferenciais, receberam direitos de subscrição transferíveis para cada ação ordinária e preferencial detida a partir de 19 de novembro de 2018.

Os direitos de subscrição expiraram em 4 de janeiro 2019. Em 16 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 1.530.457.356 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham exercido esses direitos em relação às ações ordinárias iniciais. Em 21 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 91.080.933 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham solicitado subscrições de sobras de ações ordinárias. O montante dessas subscrições foi de R\$ 2.011 milhões.

Em 25 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu para os Investidores “*Backstoppers*”, em uma colocação privada, 1.604.268.162 ações ordinárias, correspondentes ao número total de ações ordinárias que foi oferecido na oferta preferencial menos o número total de ações ordinárias iniciais e de sobras de ações ordinárias, nos termos do contrato de compromisso, pelo valor total de R\$ 1.989 milhões (“Saldo de Ações”). Em vista da subscrição e integralização do Saldo de Ações, a Companhia concluiu, nesta data, o Aumento de Capital - Novos Recursos mediante a subscrição e integralização da totalidade das 3.225.806.451 novas ações ordinárias emitidas no Aumento de Capital - Novos Recursos, representando um aporte de novos recursos para a Companhia no valor total de R\$ 4,0 bilhões. Ademais, segundo os termos do contrato de compromisso, nessa data, a Companhia emitiu, a título de remuneração pelos compromissos assumidos no referido contrato, 272.148.705 ações ordinárias em uma colocação privada destinadas aos Investidores “*Backstoppers*”, bem como pagou US\$ 13 milhões a esses investidores. Como resultado da subscrição e integralização das Ações do Aumento de Capital - Novos Recursos e das Ações do Compromisso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 32.538.937.370,00, representado por 5.954.205.001 ações, sendo 5.796.477.760 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Acordo de encerramento de litígios entre a Companhia e a Pharol

Em 8 de fevereiro de 2019, de forma a pôr fim a quaisquer disputas que pudessem prejudicar a implementação do PRJ, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que seu Conselho de Administração aprovou, em conformidade com a Instrução CVM nº 567/2015, a aquisição de 1.800.000 ações preferenciais de emissão da própria Companhia com o objetivo de assegurar o cumprimento de compromisso assumido pela Companhia de transferir ações de sua emissão mantidas

Notas Explicativas

em tesouraria à Bratel, subsidiária integral da Pharol SGPS, S.A., no contexto de acordo celebrado entre elas, objeto de Fato Relevante de 8 de janeiro de 2019 (“Acordo”), em operações cursadas no mercado organizado de bolsa da B3 para a entrega das ações em tesouraria à Bratel, que ocorreria em até quatro dias úteis contados da data de homologação do Acordo pelo Juízo da Recuperação Judicial.

Em 18 de fevereiro de 2019, foi proferida decisão suspendendo o conflito de competência nº 157.099 pelo prazo requerido pelas partes.

Em 3 de abril de 2019, a Companhia divulgou comunicado ao mercado para informar sobre a homologação do Acordo, acima mencionado, em razão do transcurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis da publicação da decisão judicial que a deferiu. Desta forma, conforme determinado no Acordo, iniciou-se, nessa mesma data, o prazo para cumprimento da segunda parte das obrigações previstas para ambas as partes do Acordo, incluindo (a) o pedido de extinção da totalidade dos litígios envolvendo as partes indicados no Acordo e (b) a entrega à Bratel de 33,8 milhões ações da Oi que estavam em sua Tesouraria, sendo 32 milhões ações ordinárias e 1,8 milhões ações preferenciais.

Além disso, aperfeiçoaram-se de forma integral diversas obrigações e direitos das partes descritos no Fato Relevante divulgado pela Oi e no Comunicado divulgado pela Pharol, ambos em 9 de janeiro de 2019.

Modalidade de Pagamento Geral prevista da Cláusula 4.3.6 do Plano – “Bondholders”

Em 20 de maio de 2019, em estrita observância à decisão proferida no âmbito do “Chapter” 15 que determinava que o cancelamento das notas com Lei de Nova York deveria ocorrer até 14 de junho de 2019, a Companhia anunciou que iniciou o procedimento para que os detentores das notas (a) Portugal Telecom International Finance B.V. €500.000.000 4,375% com vencimento em 2017 (ISIN N°: XS0215828913); (b) Portugal Telecom International Finance B.V. €750.000.000 5,875% com vencimento em 2018 (ISIN N°: XS0843939918); (c) Portugal Telecom International Finance B.V.’s €750.000.000 5,00% com vencimento em 2019 (ISIN N°: XS0462994343); (d) Portugal Telecom International Finance B.V.’s €1.000.000.000 4,625% com vencimento em 2020 (ISIN N°: XS0927581842); (e) Portugal Telecom International Finance B.V.’s €500.000.000 4,5% com vencimento em 2025 (ISIN N°: XS0221854200); (f) Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A.’s €600.000.000 5,625% com vencimento em 2021 (ISIN N°: XS1245245045); (g) Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A.’s US\$1.500.000.000 5,75% com vencimento em 2022 (ISIN N°: US10553MAD39); (h) Oi S.A.’s €750.000.000 5,125% com vencimento em 2017 (ISIN N°: XS0569301327); (i) Oi S.A.’s US\$750.000.000 9,500% com vencimento em 2019 (ISIN N°: 87944LAD1); (j) Oi S.A.’s BRL1.100.000.000 9,75% com vencimento em 2016 (ISIN N°: US10553MAC55); e (k) Oi S.A.’s US\$1.000.000.000 5,500% com vencimento em 2020 (ISIN N°: 144A: US87944LAE92) (as “Notas Legadas”) pudessem comprovar seus respectivos direitos para receberem em data futura ou nas datas de pagamento da Companhia de acordo com a Cláusula 4.3.6 do Plano. Em 14 de junho de 2019, as Notas Legadas foram devidamente canceladas.

O procedimento acima detalhado não é aplicável aos detentores das Notas emitidas pela Portugal Telecom International Finance B.V. – em Recuperação Judicial 6,25% com vencimento em 2016 (ISIN N°: PTPTCYOM0008). A Companhia fornecerá, no momento adequado, as informações sobre o procedimento para registro dos beneficiários da Modalidade de Pagamento Geral prevista da Cláusula 4.3.6 do Plano com relação a tal série.

Notas Explicativas

Financiamento Extraconcursal – Cláusula 5.3 do Plano

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que a sua controlada Oi Móvel celebrou escritura de 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, no valor total de até R\$ 2.500.000.000,00 (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente). A Emissão e as Debêntures têm como principais características: (i) Prazo e Data de Vencimento: 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures previstas na Escritura de Debêntures; (ii) Remuneração: variação do dólar norte-americano acrescida de juros de (i) 12,66% (doze inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) ao ano (PIK) durante os primeiros doze meses contados da primeira integralização; e (ii) 13,61% (treze inteiros e sessenta e um centésimos por cento) ao ano, a partir de então; e (iii) Garantias: as Debêntures são integralmente garantidas por garantias reais e fidejussórias prestadas pela Oi Móvel, pela Companhia e por sua controlada Telemar.

A Emissão foi aprovada com fundamento no que prevê a Cláusula 5.3 do Plano e está inserida no contexto de um financiamento extraconcursal, na modalidade “*Debtor in Possession Financing*” (“*DIP Financing*”).

Dando continuidade ao Fato Relevante divulgado em 23 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, em 4 de fevereiro de 2020, informando aos acionistas e mercado em geral da conclusão da subscrição e integralização da Emissão da Oi Móvel, destacada acima, para colocação privada no valor de R\$ 2.500.000.000,00.

Prorrogação da Recuperação Judicial

Em 6 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que as Empresas Oi protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial petição requerendo que a supervisão judicial das Empresas Oi não seja encerrada em 4 de fevereiro de 2020, data que a homologação do Plano completa dois anos.

A medida de não encerramento da supervisão judicial não traz mudanças para a situação atual das Empresas Oi e não tem impacto quanto ao cumprimento do Plano em vigor, nem em relação a créditos correntes e tampouco sobre eventuais novos recursos que vierem a ser acessados pelas Empresas Oi. Vale destacar que a continuidade de supervisão judicial ao fim do período de dois anos é uma medida natural que tem sido aplicada na maior parte dos processos de recuperação judicial.

Não obstante o bom andamento da implementação do Plano, que já concluiu grande parte das etapas estabelecidas no processo e que foram importantes para a recuperação da Companhia, o requerimento apresenta ao Juízo da Recuperação Judicial circunstâncias relacionadas à complexidade inerente à magnitude de seu Processo de Recuperação Judicial e às reformas em curso no ambiente jurídico-regulatório, e que exigem providências ainda a serem implementadas no âmbito do Processo de Recuperação Judicial.

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, em 28 de fevereiro de 2020, as Empresas Oi protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial, uma petição expondo seu interesse em levar para a deliberação de uma nova assembleia geral de credores (“Nova AGC”), um aditamento ao Plano objetivando alcançar maior flexibilidade operacional e financeira para continuar seu projeto de investimento e o cumprimento de seu plano estratégico de transformação (“Plano Estratégico”), ambos já amplamente divulgados ao mercado.

Notas Explicativas

Em linha com o disposto acima, em 6 de março de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante, informando que o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão, nessa mesma data, deferindo o pedido da Companhia para a realização de Nova AGC para deliberação acerca de um aditamento ao Plano, estabelecendo que:

- (i) as Empresas Oi apresentem em juízo, no prazo de 180 dias contados da publicação da decisão, a proposta de aditamento ao PRJ; e
- (ii) o Administrador Judicial organize a Nova AGC, que deverá ocorrer no prazo de 60 dias contados da apresentação da proposta de aditamento ao PRJ.

Nesse sentido, tendo em vista que a decisão acima foi publicada em 11 de março de 2020, a Companhia deverá apresentar ao juízo o aditamento ao PRJ até 8 de setembro de 2020, tendo a Nova AGC previsão de ocorrer em 6 de novembro de 2020.

A proposta de aditamento ao PRJ terá o objetivo de dar maior flexibilidade ao mesmo, com a criação de uma estrutura societária e operacional mais eficiente, visando à maximização do valor da Companhia em benefício de todos os seus “*stakeholders*”. Este movimento está completamente alinhado ao Plano Estratégico, que vem sendo implementado com transparência.

Continuidade das operações

As Informações Trimestrais do período findo em 31 de março de 2020, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PRJ, de modo que os empréstimos e financiamentos foram novados e os respectivos saldos recalculados nos termos e condições do PRJ, incluindo o aumento de capital com Capitalização de Créditos e o aumento de capital com Novos Recursos.

A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas Oi.

A Companhia tem obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se as condições e circunstâncias que, por sua própria natureza, indicam incertezas que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação. Em 31 de março de 2020, e após a implementação do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 11.597.554 (R\$ 11.425.099 na Controladora), o prejuízo do período montava a R\$ 6.253.790 (R\$ 6.280.065 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 7.836.191 (R\$ 5.172.371 na controladora). Em 31 de dezembro de 2019, e após a implementação do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 17.796.506 (R\$ 17.650.326 na Controladora), o prejuízo do exercício montava a R\$ 9.095.107 (R\$ 9.000.434 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 6.157.364 (R\$ 6.050.559 na controladora).

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde anunciou que a COVID-19 era uma emergência de saúde global e em 3 de março de 2020 classificou-a como uma pandemia.

Até a data de encerramento das Informações Trimestrais, a Companhia ainda não consegue quantificar impactos materiais relacionados ao COVID-19, e ainda não é possível precisar a extensão dos impactos de médio e longo prazos nos mercados e no cenário econômico mundial e brasileiro. No entanto, como

Notas Explicativas

a extensão da duração e efeitos desta crise não são conhecidos, existe risco de impactos relevantes nas operações e nas vendas, particularmente na expansão da rede de Fibra (FTTH - “Fiber-To-The-Home”).

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes em alguns contratos de empréstimos e financiamentos, com base em certos indicadores financeiros, dentre eles o Dívida Bruta sobre EBITDA. A Companhia acompanha trimestralmente o atendimento destas condições das cláusulas restritivas, uma vez que o não atingimento de tais indicadores financeiros pode acarretar o vencimento antecipado do saldo devido destas dívidas.

Em consequência da crise financeira causada pela pandemia do COVID-19, a respectiva grande volatilidade do câmbio gerou relevante impacto nestes indicadores. Assim, a Companhia, preventivamente, iniciou conversas junto a seus credores e obteve “waiver” relativo ao potencial descumprimento das obrigações em 31 de março de 2020, eliminando, portanto, as consequências contratualmente previstas pela quebra de “covenants” para o primeiro trimestre de 2020. Vide mais informações nas Notas 3 e 20.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM e que estão em conformidade com as IFRS – “International Financial Reporting Standards” emitidas pelo IASB – “International Accounting Standards Board”. Todas as informações relevantes próprias das Informações Trimestrais, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

(a) Base de elaboração

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 31 de março de 2020 e estão de acordo com o IAS nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 31 de março de 2020 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2019, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações que entraram em vigor posteriormente a 31 de dezembro de 2019, conforme item (b) desta nota explicativa.

Os ativos e passivos relacionados às operações na África são consolidados e apresentados em única linha do balanço como ativos mantidos para venda, em resultado da expectativa e decisão da gestão de manter esses ativos e passivos em venda. No entanto, na demonstração de resultado os

Notas Explicativas

custos/despesas e receitas/ganhos são apresentados pelo método de consolidação integral, devido ao não atendimento dos critérios para classificação como “operação descontinuada” em consonância com o CPC 31 / IFRS 5.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes, bem como requer julgamentos relacionados a esses assuntos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a: (i) Reconhecimento de receita e contas a receber; (ii) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; (iii) Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida; (iv) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração; (v) Valor justo de passivos financeiros; (vi) Provisões; (vii) Valor justo de ativos financeiros; (viii) Imposto de renda e contribuição social diferidos; (ix) Benefícios a empregados, (x) Arrendamentos, (xi) Provisões para contratos onerosos e (xii) Remuneração baseada em ações.

Com relação ao item (iv) acima, os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso ou do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Informações Trimestrais.

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de “*hedge*” (“*hedge accounting*”) e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de “*hedge*” de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/03/2019
Euro	5,7264	4,5305	4,9225	4,2802
Dólar Norte Americano	5,1987	4,0307	4,4657	3,7684
Escudo de Cabo Verde	0,0519	0,0411	0,0447	0,0388
Dobra de São Tomé e Príncipe	0,0002476	0,000192	0,000213	0,000179
Xelim Queniano	0,04954	0,0398	0,0438	0,0374
Metical de Moçambique	0,0764	0,0631	0,0686	0,0602

Informações por segmentos

As informações sobre segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal órgão deliberativo da Companhia, o Conselho de Administração. A Administração monitora e acompanha o desempenho de cada oferta de serviços na visão segmentada por cliente, sendo os resultados analisados de forma consolidada no que tange os recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas (Nota 28).

Reclassificações de saldos contábeis do período comparativo

A Companhia efetuou algumas reclassificações na demonstração do resultado referentes ao período findo em 31 de março de 2019 para melhor comparabilidade, compreensão das transações e saldos nas informações contábeis individuais e consolidadas, do período findo em 31 de março de 2020. Essas reclassificações não afetaram o resultado do período e nem o patrimônio líquido da Companhia naquela data. Abaixo destacamos as reclassificações apresentadas:

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Apresentação atual 31/03/2019	Apresentação original 31/03/2019	Apresentação atual 31/03/2019	Apresentação original 31/03/2019
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(800.239)	(787.455)	(3.873.469)	(3.746.620)
Despesas com vendas			(868.290)	(928.765)
Outras despesas operacionais	(43.989)	(56.773)	(316.284)	(382.658)

(b) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As novas normas, interpretações e emendas emitidas pelo IASB que são efetivas em períodos contábeis futuros e que a Companhia decidiu por não adotar antecipadamente são os seguintes, válidas para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2020:

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IAS 1	Apresentação de Demonstrações Financeiras	1 de janeiro de 2020
IAS 8	Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Erros Contábeis (Emenda - Definição de Material)	1 de janeiro de 2020
IFRS 3	Combinações de negócios (alteração - definição de negócio) Estrutura conceitual revisada para relatórios financeiros	1 de janeiro de 2020

As alterações nas referidas normas não tiveram impactos nas Informações Trimestrais da Companhia.

Notas Explicativas

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são resumidos como segue:

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2020			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	524.527	524.527	1.201.839	1.201.839
Equivalentes de caixa	Valor justo	2.680.726	2.680.726	4.888.179	4.888.179
Aplicações financeiras	Valor justo	184.429	184.429	219.698	219.698
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	6.950.340	6.950.340		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.513.109	1.513.109	6.271.414	6.271.414
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	3.499	3.499		
Ativo financeiro a valor justo	Valor justo			35.247	35.247
Créditos a receber – Venda PT Ventures (i)	Custo amortizado			843.760	843.760
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.773.935	1.773.935	8.119.051	8.119.051
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo				
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2.344.231	2.344.231	9.607.106	9.607.106
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.110.988	1.110.988		
Debêntures públicas	Custo amortizado	2.417.713	2.417.713	3.765.671	3.765.671
Debêntures privadas				3.253.001	3.253.001
“Senior Notes”	Custo amortizado	7.815.212	6.317.539	7.815.212	6.317.539
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	4.780	4.780	5.749	5.749
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	4.734	4.734	80.468	80.468
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	250.558	250.558	401.089	401.089
Arrendamentos a pagar (iv)	Custo amortizado	720.578	720.578	8.800.632	8.799.823

Notas Explicativas

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2019			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	152.465	152.465	575.863	575.863
Equivalentes de caixa	Valor justo	797.502	797.502	1.506.082	1.506.082
Aplicações financeiras	Valor justo	182.696	182.696	217.792	217.792
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	5.583.816	5.583.816		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.383.264	1.383.264	6.334.526	6.334.526
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	3.499	3.499	426	426
Ativo financeiro a valor justo	Valor justo			40.689	40.689
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro mantido para venda (Nota 30)	Valor justo	1.474.699	1.474.699	1.474.699	1.474.699
Dividendos a receber (Nota 30)	Custo amortizado	2.435.014	2.435.014	2.435.014	2.435.014
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.960.453	1.960.453	8.887.367	8.887.367
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.152	1.152	1.152	1.152
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2.060.582	2.060.582	8.354.777	8.354.777
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	783.404	783.404		
Debêntures públicas	Custo amortizado	2.344.962	2.344.962	3.652.353	3.652.353
“Senior Notes”	Custo amortizado	6.219.619	6.565.782	6.219.619	6.565.782
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	4.761	4.761	5.731	5.731
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado			58.582	58.582
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	263.684	263.684	417.503	417.503
Arrendamentos a pagar (iv)	Custo amortizado	656.359	656.359	8.150.026	8.150.026

Para o fechamento do período findo em 31 de março de 2020:

(i) Os saldos de contas a receber e créditos a receber decorrente da venda da PT Ventures têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Os saldos de fornecedores, sujeitos a recuperação judicial, foram ajustados a valor justo, na data da novação dos passivos e estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas (Nota 18).

(ii) Os saldos de empréstimos e financiamentos com o BNDES, Bancos Locais e ECAs correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. Os saldos de empréstimos e financiamentos relacionados aos “Bonds” emitidos no mercado internacional, para os quais existe mercado secundário, o valor de mercado difere do valor contábil.

Notas Explicativas

(iii) As autorizações e concessões a pagar e programa de refinanciamento fiscal estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas e não são percebidos ajustes de valor justo.

(iv) Os arrendamentos a pagar estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas, ajustadas a valor presente.

O nivelamento dos ativos financeiros caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, são detalhados abaixo:

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Nível 1	524.527	152.465	601.797	575.863
Equivalentes de caixa	Nível 1	2.680.726	797.502	4.888.178	1.506.082
Aplicações financeiras	Nível 1	184.429	182.696	219.698	217.792
Ativo financeiro mantido para venda	Nível 3		1.474.699		1.474.699
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2		1.152		1.152

Não ocorreram transferências entre níveis nos períodos de 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Dólares dos Estados Unidos da América e, em menor parte, em Euros.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(b) Ativos mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos mantidos para venda representavam a participação indireta detida pela PT Ventures nos dividendos a receber e no valor justo do investimento financeiro na Unitel, ambos classificados como ativos mantidos para venda. Os ativos provenientes do investimento detido

Notas Explicativas

na PT Ventures estavam avaliados substancialmente pelo valor justo de realização do investimento por venda, ocorrida em 23 de janeiro de 2020. Em 31 de março de 2020, a Companhia detém crédito a receber decorrente da venda da PT Ventures no montante de R\$ 843.760. Para mais informações vide Notas 14 e 30.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente risco de taxa de câmbio. Na data de encerramento do período findo em 31 de março de 2020, tais instrumentos incluem contratos de “*Non Deliverable Forward* (NDF)”. A Companhia não utiliza derivativos para outros fins, que não a proteção destes riscos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos contratados ao longo do ano foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período.

3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo e risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O processo de gestão de riscos na Companhia é realizado em três níveis, considerando sua estrutura consolidada: estratégica, tática e operacional. Na esfera estratégica, a Diretoria da Companhia acorda com o Conselho de Administração, Diretrizes de Risco a serem seguidas. Cabe a um Comitê de Gestão Riscos Financeiros supervisionar o enquadramento da Oi às Políticas. No nível operacional, o gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros se reúne mensalmente e atualmente é composto pela Diretora de Finanças, Diretor de Regulamentação e Assuntos Institucionais, Diretor Jurídico Tributário, Diretor de Controladoria, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Tesouraria. As Políticas de “*Hedge*” e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

Após a aprovação do PRJ, com seus novos fatores de risco mensurados, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Em linha com os pilares da Política de “*Hedge*”, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos “*covenants*” financeiros.

Notas Explicativas

3.2.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de março de 2020, exceto no que diz respeito aos créditos a receber decorrente da venda da PT Ventures (Nota 14), para os quais a Companhia não realiza quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 63,6% (31/12/2019 – 52,3%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas.

Para minimizar esse tipo de risco, após a conclusão da venda da PT Ventures, em janeiro de 2020, a Companhia optou pela manutenção de parte dos recursos recebidos com esta venda em caixa “offshore”, como “hedge” natural tanto para fazer face ao pagamento dos juros em moeda estrangeira a serem feitos em 2020 quanto para a parcela das despesas operacionais da Companhia denominadas em Dólar. A Companhia possui proteção para praticamente 100% do fluxo de caixa destas operações em 2020 através deste “hedge” natural. Em 31 de março de 2020 a Companhia não possuía operações de proteção na modalidade contrato a termo em moeda.

O percentual de cobertura cambial para efeito de “covenants” e resultado financeiro dos Empréstimos e Financiamentos contratados, em que há que se considerar os impactos cambiais sobre o ganho de ajuste a valor justo, é de 45,7%.

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo para os valores da Controladora):

	CONTROLADORA			
	31/03/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	485.540	485.540	108.160	108.160
Equivalentes de caixa				
Créditos com partes relacionadas	6.950.340	6.950.340	5.583.816	5.583.816
Ativos mantidos para venda				
Ativo financeiro mantido para venda			1.474.699	1.474.699
Dividendos a receber			2.435.014	2.435.014
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	9.855.059	9.855.059	7.683.578	7.683.578
Instrumentos financeiros derivativos			1.152	1.152

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	31/03/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	1.102.254	1.102.254	400.874	400.874
Equivalentes de caixa	1.412	1.412	1.096	1.096
Créditos a receber – Venda PT Ventures (Nota 14)	843.760	843.760		
Ativos mantidos para venda				
Ativo financeiro mantido para venda			1.474.699	1.474.699
Dividendos a receber			2.435.014	2.435.014
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	12.259.878	12.259.878	9.521.291	9.521.291
Instrumentos financeiros derivativos			1.152	1.152

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”					
	Notional (US\$)	Vencimento (anos)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			Valor justo		Valor justo	
			Valores a (pagar)/ a receber		Valores a (pagar)/ a receber	
			31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Contratos de “Non Deliverable Forward” USD/R\$ (NDF)				(1.152)		(1.152)

Ao final do ano, as operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial eram principalmente:

Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas ou despesas operacionais em Dólar.

Em 31 de março de 2020 não havia operações de proteção contratadas junto a instituições financeiras na modalidade de contratos de NDF, e neste período foram registrados como resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos, os montantes apresentados abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Operações de termo em moedas – resultado financeiro	127.581	59.799	127.581	59.799
Operações de termo em moedas – resultado operacional	1.152	(1.480)	1.152	(1.480)
Total	128.733	58.319	128.733	58.319

Em outros resultados abrangentes foram registradas as movimentações abaixo referentes aos “hedges” cambiais designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2019	(1.152)	(1.152)
Amortização dos “hedges” ao resultado	1.152	1.152
Saldo em 31/03/2020		

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de risco cambial

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do período findo em 31 de março de 2020, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do período.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de março de 2020. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	31/03/2020	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	5,1987	0%
Euro	5,7264	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	6,4984	25%
Euro	7,1580	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	7,7981	50%
Euro	8,5896	50%

Os efeitos de exposição cambial nos saldos das dívidas denominadas em moeda estrangeira, considerando derivativos e caixa “*offshore*”, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

		31/03/2020					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	11.627.706	14.534.632	17.441.559	23.183.685	28.979.606	34.775.527
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(435.928)	(544.909)	(653.891)	(634.800)	(793.500)	(952.200)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	234.134	292.667	351.201	3.427.193	4.283.991	5.140.789
Caixa em Euro	Queda do Euro	(49.612)	(62.015)	(74.419)	(468.866)	(586.083)	(703.299)
Ajuste a Valor Justo	Queda do Dólar/Euro	(3.061.145)	(3.826.432)	(4.591.718)	(11.062.907)	(13.828.634)	(16.594.360)
Total Ativo/ Passivo atrelado ao câmbio		8.315.155	10.393.943	12.472.732	14.444.305	18.055.380	21.666.457
Total (ganho) perda			2.078.788	4.157.577		3.611.075	7.222.152

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Notas Explicativas

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, no CDI e na Taxa Referencial, no caso das dívidas expressas em Reais em 31 de março de 2020. Após a aprovação do PRJ, a Companhia não mais possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes expressas em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2020, aproximadamente 36,4% (31/12/2019 – 47,5%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	31/03/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	2.680.726	2.680.726	797.502	797.502
Aplicações financeiras	184.429	184.429	182.696	182.696
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	3.833.085	3.833.085	3.724.989	3.724.989

	CONSOLIDADO			
	31/03/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	4.886.766	4.886.766	1.504.986	1.504.986
Aplicações financeiras	219.698	219.698	217.792	217.792
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	12.181.112	12.181.112	8.705.458	8.705.458

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado ao CDI e à TJLP. O risco está associado à elevação dessas taxas. A TJLP vem apresentando sucessivas reduções desde abril de 2019, quando foi fixada em 6,26% até junho daquele ano. De julho a setembro, foi reduzida para 5,95% e de outubro a dezembro, nova redução para 5,57%. De janeiro a março de 2020 a taxa manteve a tendência de queda, encerrando a 5,09%. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário Nacional já havia decidido e anunciado mais uma redução da taxa, desta vez para 4,94% a.a., vigente no período de abril a junho de 2020.

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do período findo em 31 de março de 2020, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI e TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período.

Notas Explicativas

Para efeito da referida Instrução, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

31/03/2020					
Cenários de taxas de juros					
Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP
4,59%	5,57%	5,74%	6,96%	6,89%	8,36%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor justo desses passivos. Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

		31/03/2020					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	2.589.167	3.315.122	4.072.260	4.595.511	5.884.008	7.227.852
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	806.696	953.142	1.104.488	3.013.741	3.557.545	4.118.656
Total Ativo/ Passivo atrelado a taxa de juros		3.395.863	4.268.264	5.176.748	7.609.252	9.441.553	11.346.508
Total (ganho) perda			872.401	1.780.885		1.832.301	3.737.256

3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de março de 2020, aproximadamente 91,4% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Em 24 de janeiro de 2020, a Oi vendeu sua participação na PT Ventures à empresa petroleira local Sonangol por US\$ 1 bilhão. Do valor total, US\$ 699,1 milhões foram pagos pela Sonangol no dia da venda, após ter adiantado o valor de US\$ 60,9 milhões antes da data do fechamento a título de dividendos. O valor remanescente de US\$ 240 milhões deverá ser pago pela Sonangol à Africatel até o

Notas Explicativas

dia 31 de julho de 2020, recursos integralmente garantidos por carta de fiança emitida por banco de primeira linha, sendo assegurado à Africatel um fluxo mínimo mensal de US\$ 40 milhões, a partir de fevereiro de 2020. Até o dia 31 de março de 2020 já haviam sido pagas duas das seis parcelas de US\$ 40 milhões. A ação faz parte do plano estratégico divulgado pela Companhia e visa fortalecer o caixa e contribuir para a realização de seu Plano de CAPEX.

Soma-se a isso a emissão de até R\$ 2,5 bilhões em debêntures simples pela Oi Móvel, não conversíveis em ações, um financiamento extraconcursal, na modalidade de “*DIP Financing*”, em linha com o previsto na Cláusula 5.3 do PRJ da Companhia.

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações) e, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA..... entre 2x e 4,0x

Índice de cobertura de juros (*)..... maior que 1,75

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

A materialização do cenário de “*stress*” cambial, com a expectativa dos efeitos do COVID-19 sobre a economia mundial, contribuiu para uma forte desvalorização do Real, com impacto relevante na dívida bruta da Companhia. Esta elevação, no entanto, representa um impacto puramente contábil, uma vez que o vencimento das dívidas se encontra no longo prazo. Apenas o “*bond*” qualificado possui saídas de caixa em moeda estrangeira para pagamento de juros, o que está protegido através de “*hedge*” natural, com a manutenção de parcela dos recursos da venda da PT Ventures em caixa “*offshore*”.

3.2.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas sem a devida obtenção de “*waiver*” poderia acarretar o vencimento antecipado de outros contratos de empréstimos e financiamentos. Ao final de 31 de março de 2020 não havia risco de vencimento antecipado das dívidas da Companhia.

O risco de vencimento antecipado, decorrente do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados às dívidas, foi mitigado através da obtenção preventiva da carta de “*waiver*” junto aos credores até o encerramento deste trimestre, que está detalhado na Nota 20, na seção “*Covenants*”.

Notas Explicativas

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Receita bruta de vendas e/ou serviços	1.062.328	1.313.249	6.410.471	7.000.889
Deduções da receita bruta	(255.670)	(317.698)	(1.661.948)	(1.870.853)
Tributos	(253.326)	(317.484)	(1.298.156)	(1.498.746)
Outras deduções	(2.344)	(214)	(363.792)	(372.107)
Receitas de vendas e/ou serviços	806.658	995.551	4.748.523	5.130.036

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Receitas de vendas e/ou serviços	806.658	995.551	4.748.523	5.130.036
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(16.466)	(30.584)	(111.669)	(136.491)
Pessoal	(92.534)	(94.101)	(608.555)	(603.761)
Serviços de terceiros	(245.344)	(289.442)	(1.428.979)	(1.499.424)
Serviço de manutenção da rede	(128.875)	(164.333)	(234.686)	(274.928)
Custo de aparelhos e outros			(23.419)	(49.782)
Publicidade e propaganda	(14.818)	(15.985)	(70.894)	(71.832)
Aluguéis e seguros	(119.931)	(116.997)	(584.342)	(662.656)
(Provisões) / Reversões	(42.990)	(18.000)	(21.992)	(59.391)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(15.372)	(41.432)	(138.632)	(136.977)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	(4.772.272)	(209.524)	7.296	(7.354)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (ii)		592.770	366.558	987.185
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(5.448.602)	(387.628)	(2.849.314)	(2.515.411)
Depreciação e amortização	(381.924)	(443.128)	(1.711.069)	(1.689.676)
Total das despesas operacionais	(5.830.526)	(830.756)	(4.560.383)	(4.205.087)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(5.023.868)	164.795	188.140	924.949
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	8.119.608	1.133.369	3.384.553	1.350.780
Despesas financeiras	(9.387.890)	(703.487)	(9.860.526)	(1.552.510)
Total do resultado financeiro	(1.268.282)	429.882	(6.475.973)	(201.730)
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(6.292.150)	594.677	(6.287.833)	723.219
Imposto de renda e contribuição social	12.085	(26.274)	34.043	(44.456)
Lucro (Prejuízo) do período	(6.280.065)	568.403	(6.253.790)	678.763
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	(6.280.065)	568.403	(6.280.065)	568.403
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			26.275	110.360
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(680.976)	(800.239)	(3.665.124)	(3.873.469)
Despesas com vendas	(140.746)	(215.831)	(762.856)	(868.290)
Despesas gerais e administrativas	(217.548)	(222.472)	(713.460)	(690.411)
Outras receitas operacionais	151.297	887.635	887.661	1.543.992
Outras despesas operacionais	(65.987)	(43.989)	(336.866)	(316.284)
Resultado de equivalência patrimonial	(4.876.566)	(435.860)	30.262	(625)
Total das despesas operacionais	(5.830.526)	(830.756)	(4.560.383)	(4.205.087)

Notas Explicativas

- (i) Inclui resultado de equivalência patrimonial.
- (ii) No primeiro trimestre de 2020, representado principalmente por ganho na alienação de imóvel no montante de R\$ 84.920 ((Nota 31(d)) e ganho na alienação do investimento detido na PT Ventures no montante de R\$ 79.114 (Nota 30). No primeiro trimestre de 2019, refere-se ao registro contábil no montante de R\$ 592.770 na controladora e R\$ 987.185 no consolidado, dos créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em 2019 (vide Nota 11).

6. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Receitas financeiras				
Variação monetária e cambial sobre desconto de dívidas com terceiros	823.852	12.100	2.794.815	3.404
Variação monetária e cambial sobre desconto de dívidas com partes relacionadas	5.020.302	(108.186)		
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros ativos (i)	189.063	981.103	165.938	1.219.691
Rendimentos de aplicações financeiras	16.205	56.633	38.874	86.944
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas	1.885.784	150.956		
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	182.646	(54.773)	383.179	(55.368)
Outras receitas	1.756	95.536	1.747	96.109
Total	8.119.608	1.133.369	3.384.553	1.350.780
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Amortização do desconto de dívidas com terceiros	(238.602)	(97.392)	(577.730)	(215.196)
Amortização de desconto de dívidas com partes relacionadas	(563.295)	(97.933)		
Variação monetária e cambial sobre empréstimos com terceiros	(2.623.399)	(45.493)	(5.835.271)	(44.263)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(288.904)	(202.673)	(389.636)	(304.838)
Juros sobre debêntures	(37.033)	(52.672)	(141.246)	(82.042)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas	(4.937.466)	133.977		
Sub-total:	(8.688.699)	(362.186)	(6.943.883)	(646.339)
b) Outros encargos				
Juros sobre arrendamentos	(20.611)	(18.488)	(254.317)	(237.113)
Ganho (Perda) com investimentos financeiros classificados como mantidos para venda	377.129	(77.677)	203.773	122.387
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(37.685)	(65.281)	(93.913)	(122.536)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros passivos (ii)	(755.614)	(132.955)	(2.381.837)	(447.895)
Atualização monetária de (provisões)/reversões	(94.832)	(39.064)	(176.190)	(97.251)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(1.362)	(2.812)	(2.475)	(5.117)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(127.581)	59.799	(127.581)	59.799
Outras despesas (iii)	(38.635)	(64.823)	(84.103)	(178.445)
Sub-total:	(699.191)	(341.301)	(2.916.643)	(906.171)
Total	(9.387.890)	(703.487)	(9.860.526)	(1.552.510)
Resultado financeiro	(1.268.282)	429.882	(6.475.973)	(201.730)

Notas Explicativas

- (i) No primeiro trimestre de 2019, refere-se ao registro contábil no montante de R\$ 875 milhões na controladora e R\$ 1.024 milhões no consolidado, relativos a atualização monetária sobre os créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março e setembro de 2019 (Nota 11).
- (ii) São considerados nessa rubrica os juros relativos ao ajuste a valor presente associados aos passivos de contratos onerosos e fornecedores sujeitos à RJ e respectivas variações cambiais e monetárias.
- (iii) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias e financeiras.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes		(1.805)	10.229	(22.393)
Tributos diferidos (Nota 10)	12.085	(24.469)	23.814	(22.063)
Total	12.085	(26.274)	34.043	(44.456)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(6.292.150)	594.677	(6.287.833)	723.219
IRPJ E CSLL				
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	2.139.331	(202.190)	2.137.863	(245.894)
Equivalência patrimonial	(1.658.032)	(148.192)	10.289	(213)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)		37	18	873
Exclusões (adições) permanentes (ii)	1.783.716	(139.548)	886.341	(237.108)
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (iii)	(2.252.930)	463.619	(2.634.038)	434.826
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior (iv)			(366.430)	3.060
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	12.085	(26.274)	34.043	(44.456)

- (i) Refere-se, basicamente, ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.
- (ii) Os efeitos tributários de adições permanentes estão representados, principalmente, pelos efeitos de variação cambial sobre ajustes a valor justo dos passivos reestruturados incluídos no PRJ.
- (iii) Reversão (provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 10).
- (iv) Efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentam históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

Notas Explicativas

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e contas bancárias	524.527	152.465	1.201.839	575.863
Equivalentes de caixa	2.680.726	797.502	4.888.179	1.506.082
Total	3.205.253	949.967	6.090.018	2.081.945

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Operações compromissadas (i)	2.501.002	619.892	4.483.091	1.192.708
Títulos privados (ii)	83.755	84.467	216.389	134.818
CDB – Certificado de Depósito Bancário	93.161	90.427	183.613	173.854
“Time Deposits”			1.412	1.096
Outros	2.808	2.716	3.674	3.606
Equivalentes de caixa	2.680.726	797.502	4.888.179	1.506.082

(b) Aplicações financeiras de curto e longo prazos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Títulos privados (iii)	168.550	167.084	197.566	196.203
Títulos públicos	15.879	15.612	22.132	21.589
Total	184.429	182.696	219.698	217.792
Circulante	179.559	177.869	185.827	183.850
Não circulante	4.870	4.827	33.871	33.942

- (i) Representado, principalmente, por fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.
- (ii) Representados, principalmente, por letras financeiras do tesouro de bancos privados com remuneração atrelada à taxa CDI e de liquidez imediata.
- (iii) Representados, principalmente, pelos investimentos com rentabilidade atrelada às taxas SELIC e CDB.

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark” o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

Notas Explicativas

9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA ¹		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Serviços faturados	1.487.993	1.348.859	5.854.517	5.910.643
Serviços a faturar	385.802	401.008	823.903	842.726
Aparelhos, acessórios e outros ativos	95.993	95.354	381.750	354.928
Subtotal	1.969.788	1.845.221	7.060.170	7.108.297
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(456.679)	(461.957)	(788.756)	(773.771)
Total	1.513.109	1.383.264	6.271.414	6.334.526

¹ Estes montantes incluem saldos com partes relacionadas conforme Nota 29.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
A vencer	1.675.168	1.617.990	4.918.919	5.118.874
Vencidas até 60 dias	183.412	114.255	631.497	527.459
Vencidas de 61 a 90 dias	20.961	17.282	120.779	104.694
Vencidas de 91 a 120 dias	13.833	12.066	93.165	99.299
Vencidas de 121 a 150 dias	8.866	12.004	75.111	83.083
Vencidas acima de 150 dias	67.548	71.624	1.220.699	1.174.888
Total	1.969.788	1.845.221	7.060.170	7.108.297

As movimentações nas perdas esperadas em contas a receber de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01/01/2019	(461.957)	(773.771)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(15.372)	(138.613)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	20.650	123.628
Saldo em 31/03/2020	(456.679)	(788.756)

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	68.132	13.215	238.089	209.513
CS a recuperar (i)	1.191	3	84.988	81.215
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	11.151	61.506	206.633	251.998
Total circulante	80.474	74.724	529.710	542.726
Tributos diferidos a recuperar				
IR e CS sobre diferenças temporárias ¹			122.989	99.175
Total não circulante			122.989	99.175

¹ Vide quadro de movimentação abaixo.

Notas Explicativas

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar			57.734	54.358
CS a pagar			7.277	12.296
Total circulante			65.011	66.654
Tributos diferidos a recolher				
IR e CS sobre diferenças temporárias ¹		12.085		
Total não circulante		12.085		

¹ Vide quadro de movimentação abaixo.

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos períodos e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		
	Saldo em 31/12/2019	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Saldo em 31/03/2020
Tributos diferidos ativos com relação a:			
Diferenças temporárias			
Provisões	340.441	78.109	418.550
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	121.805	1.146	122.951
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	(13.257)	40	(13.217)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	174.311	(2.014)	172.297
Participação nos lucros	17.153	(3.385)	13.768
Variações cambiais	943.055	2.000.586	2.943.641
Ágio incorporado (i)	1.411.748	(69.899)	1.341.849
Obrigações onerosas	430.764	119.477	550.241
Arrendamentos (IFRS 16)	9.808	1.140	10.948
Outras adições e exclusões temporárias	220.519	(1.873)	218.646
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	3.656.347	2.123.327	5.779.674
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	4.437.246	142.121	4.579.367
Total de tributos diferidos ativos	8.093.593	2.265.448	10.359.041
Tributos diferidos passivos			
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(1.178.218)	(433)	(1.178.651)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(6.927.460)	(2.252.930)	(9.180.390)
Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)	(12.085)	12.085	

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO		
	Saldo em 31/12/2019	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Saldo em 31/03/2020
Tributos diferidos ativos com relação a:			
Diferenças temporárias			
Provisões	1.175.247	17.014	1.192.261
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	164.554	2.389	166.943
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	(14.105)	40	(14.065)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	432.420	4.751	437.171
Participação nos lucros	81.319	(8.896)	72.423
Variações cambiais	1.736.933	1.696.185	3.433.118
Ágio incorporado (i)	1.411.749	(69.900)	1.341.849
Obrigação onerosa	1.977.824	542.669	2.520.493
Arrendamentos (IFRS 16)	92.374	48.563	140.937
Outras adições e exclusões temporárias	860.878	6.689	867.567
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	7.919.193	2.239.504	10.158.697
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	14.762.087	410.881	15.172.968
Total de tributos diferidos ativos	22.681.280	2.650.385	25.331.665
Tributos diferidos passivos			
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(2.297.344)	7.467	(2.289.877)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(20.284.761)	(2.634.038)	(22.918.799)
Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)	99.175	23.814	122.989

- (i) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na Telemar Participações S.A. (“TmarPart”) e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2025.
- (ii) Refere-se, substancialmente, aos efeitos tributários sobre a mais valia de ativos imobilizado e intangível, incorporados da TmarPart.
- (iii) A Companhia, com base no demonstrativo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, e no confronto da estimativa das parcelas anuais de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, procedeu à revisão da sua estimativa de recuperação dos tributos diferidos, tendo identificado e registrado provisão ao valor de recuperação.

O estoque de prejuízos fiscais no Brasil e de controladas no exterior é de aproximadamente R\$ 34.013.564 e R\$ 14.433.424, e correspondem a R\$ 11.564.612 e R\$ 3.608.356 de tributos diferidos ativos, respectivamente, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro.

Notas Explicativas

11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
ICMS a recuperar (i)	238.378	254.684	1.236.637	1.301.684
PIS e COFINS (ii)	1.347.536	1.463.569	2.560.960	2.736.009
Outros	59	54	63.368	47.257
Total	1.585.973	1.718.307	3.860.965	4.084.950
Circulante	453.417	485.428	1.073.383	1.089.391
Não circulante	1.132.556	1.232.879	2.787.582	2.995.559

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
ICMS	135.188	141.147	515.172	526.618
ICMS Convênio nº 69/1998	46.965	46.681	204.420	220.467
PIS e COFINS (iii)	316.426	311.597	576.852	574.063
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão (iv)	204.979	204.219	676.129	669.193
Fistel (v)	736		540.140	
Outros (vi)	6.828	7.338	141.901	120.460
Total	711.122	710.982	2.654.614	2.110.801
Circulante	169.238	172.674	1.433.801	886.763
Não circulante	541.884	538.308	1.220.813	1.224.038

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) A Companhia e suas controladas mantinham ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional.

Em 2019, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas nos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS.

Referidos créditos foram habilitados para compensação pela Secretaria da Receita Federal entre maio e outubro de 2019, de modo que a Companhia vem utilizando-o para quitar tributos federais vincendos desde junho de 2019. O montante total apurado do crédito foi de aproximadamente R\$ 3 bilhões, somados os três processos.

(iii) Refere-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

(iv) A Companhia e suas controladas, Telemar e Oi Móvel ajuizaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 (dois) anos.

(v) Refere-se ao montante devido relativamente à taxa Fistel que, a partir da publicação da Medida Provisória nº 952/2020, teve seu pagamento prorrogado para 31 de agosto de 2020.

Notas Explicativas

(vi) Composto principalmente de atualização monetária de exigibilidade suspensa, além de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota. A Companhia reconhece no ativo circulante o valor que se esperada ser resgatado de depósitos judiciais ou valor que se espera ser compensado de depósitos judiciais contra provisões nos próximos doze meses.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Cíveis	3.245.717	3.201.414	5.114.671	5.027.848
Tributárias	762.471	771.995	2.013.134	2.301.986
Trabalhistas	379.924	337.741	978.187	883.125
Subtotal:	4.388.112	4.311.150	8.105.992	8.212.959
Perda estimada (i)	(20.920)	(20.920)	(47.112)	(47.112)
Total	4.367.192	4.290.230	8.058.880	8.165.847
Circulante	1.126.227	1.198.219	1.462.764	1.514.464
Não circulante	3.240.965	3.092.011	6.596.116	6.651.383

(i) Este valor representa a perda estimada nos saldos de depósitos judiciais, os quais se encontram em processo de conciliação com os extratos obtidos.

13. DESPESAS ANTECIPADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Custos incorridos no cumprimento de contratos (IFRS 15) (i)	222.600	236.319	1.006.311	1.016.337
Fistel (ii)	552		405.312	
Publicidade e propaganda	814	814	51.786	55.695
Seguros	9.676	10.868	27.212	25.807
Fiança bancária	7.811	6.888	26.325	31.297
Outras	13.959	6.437	161.882	124.944
Total	255.412	261.326	1.678.828	1.254.080
Circulante	158.706	155.513	1.109.032	670.344
Não circulante	96.706	105.813	569.796	583.736

(i) Representado por custos de comissões incorridos no cumprimento de contratos. As movimentações ocorridas no período são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01/01/2019	236.319	1.016.337
Custos incorridos	26.207	152.853
Apropriação ao resultado	(39.926)	(162.879)
Saldo em 31/03/2020	222.600	1.006.311

(ii) A Medida Provisória nº 952/2020, em seu art. 1º, inciso I combinado com art. 2º, inciso I, prorrogou para 31 de agosto de 2020 o prazo para pagamento das taxas referentes ao FISTEL.

Notas Explicativas

14. DEMAIS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Aval com partes relacionadas	57.645	56.754		
Créditos a receber – Venda PT Ventures (i)			843.760	
Adiantamentos e valores a recuperar de fornecedores	85.900	124.760	775.659	767.900
Valores a receber com venda de imobilizado	81.998	81.998	303.526	302.947
Valores a receber	51.944	9.589	112.110	53.406
Adiantamentos a empregados	13.789	17.178	71.000	79.830
Outros	44.774	45.895	78.340	85.739
Total	336.050	336.174	2.184.395	1.289.822
Circulante	303.628	303.509	1.772.424	852.155
Não circulante	32.422	32.665	411.971	437.667

- (i) Crédito a receber da Sonangol relativo a venda da PT Ventures, ocorrida em 23 de janeiro de 2020 e a realização deste recebível está prevista para ocorrer até julho de 2020. Para mais informações vide Nota 30.

15. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Investimentos em controladas	12.026.154	14.483.150		
Negócios em conjunto			28.322	28.632
Investimentos em coligadas			48.578	48.578
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.876	31.876
Outros investimentos	3.799	3.799	15.430	24.679
Total	12.040.226	14.497.222	124.206	133.765

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2019	14.497.222	133.765
Equivalência patrimonial (Nota 5)	(4.876.566)	30.262
Reclassificação da equivalência patrimonial para ativos mantidos para venda	(283.201)	(30.804)
Reclassificação da equivalência patrimonial para provisão para patrimônio líquido negativo	1.389.040	
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	179.632	
Reclassificação de/para mantidos para venda (*)	1.134.071	
Outros	28	(9.017)
Saldo em 31/03/2020	12.040.226	124.206

(*) Reclassificação entre ativos mantidos para venda e ativos do investimento PT Participações, considerando que parte dos investimentos diretos e indiretos da PT Participação são operacionais e parte não operacionais, respectivamente.

Notas Explicativas

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas, ajustados para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			31/03/2020			
			Quantidade em milhares de ações		Participação - %	
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do período	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
Telemar	10.927.151	(3.773.785)	154.032.213	189.400.783	100	100
Rio Alto	4.008	5	215.538.129	215.538.129	100	100
Oi Holanda	(1.963.511)	(469.982)	100		100	100
Oi Serviços Financeiros	4.291	1.004	799		100	100
PTIF	(3.836.817)	(917.398)	0,042		100	100
CVTEL	(1.767)	(79)	18		100	100
Carrigans	135		0,100		100	100
PT Participações (*)	1.377.347	283.201	1.000.000		100	100
Serede	(325.847)	(9.028)	24.431.651		17,51	17,51

(*) A participação no patrimônio líquido e no resultado da PT Participações estão representados por: (i) investimentos de R\$ 1.134.071 e receita de equivalência patrimonial de R\$ 284.172, classificados no grupo de investimentos; e (ii) investimentos de R\$ 243.276 e despesa de equivalência patrimonial de R\$ 971, classificados no grupo de ativos mantidos para venda.

	CONTROLADORA					
	Equivalência patrimonial		Valor do investimento		Provisão para patrimônio líquido negativo	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Controladas						
Telemar	(3.773.785)	(360.250)	10.927.151	14.521.304		
Rio Alto	5	48	4.008	4.004		
Oi Holanda	(469.982)	(22.479)			1.963.511	1.493.529
Oi Serviços Financeiros	1.004	1.108	4.291	3.287		
PTIF	(917.398)	(73.421)			3.836.817	2.919.419
CVTEL	(79)	(108)			1.767	1.325
Carrigans			135	107		
Serede	(1.581)	3.511			57.057	55.476
Reclassificação de investimentos mantidos para venda (PT Participações)	284.172		1.134.071			
Resultado não realizado com investidas	2.049	(1.247)	(43.502)	(45.552)		
Subtotal:	(4.875.595)	(452.838)	12.026.154	14.483.150	5.859.152	4.469.749
Investimento em empresas operacionais (PT Participações) (i)	(971)	16.978	243.276	3.421.062		
Total	(4.876.566)	(435.860)	12.269.430	17.904.212	5.859.152	4.469.749

- (i) Resultado de equivalência patrimonial e correspondentes investimentos detidos nas operações em África e Ásia, classificadas como ativos mantidos para venda.

Notas Explicativas

Informações financeiras resumidas

	31/03/2020		
Controladas	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar (1)	32.794.420	21.867.269	1.362.816
Oi Holanda (1)	1.537.902	3.501.413	
PTIF (1)	1.164.480	5.001.297	
Rio Alto	5.361	1.353	
Oi Serviços Financeiros	21.085	16.794	105
CVTEL	6	1.773	
Serede	1.315.677	1.641.524	584.121
PT Participações	1.908.065	530.718	

(1) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

	31/12/2019		31/03/2019
Controladas	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar (i)	34.884.055	20.362.751	1.572.726
Oi Holanda (i)	1.090.870	2.584.399	
PTIF (i)	832.548	3.751.967	
Rio Alto	5.332	1.328	
Oi Serviços Financeiros	21.372	18.085	170
CVTEL	9	1.334	
Serede	1.362.990	1.679.809	590.497
PT Participações	4.597.579	1.176.517	

(1) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

16. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Direito de uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)								
Saldo em 31/12/2019	92.241	6.308.419	25.260.963	6.843.588	1.796.985	709.740	2.297.906	43.309.842
Modificações contratuais						6.186		6.186
Adições	240.455		4.417	22.557		96.822	1.066	365.317
Baixas	(4.320)		(97.991)	(10.795)		(25.641)		(138.747)
Transferências	(252.138)	274	163.620	78.768	534		8.942	
Saldo em 31/03/2020	76.238	6.308.693	25.331.009	6.934.118	1.797.519	787.107	2.307.914	43.542.598
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2019		(6.224.607)	(21.836.073)	(4.786.367)	(1.513.000)	(50.609)	(1.778.675)	(36.189.331)
Despesas de depreciação		(11.317)	(128.412)	(106.579)	(6.494)	(18.502)	(9.670)	(280.974)
Baixas			97.137	3.340		2.004	(5.731)	96.750
Saldo em 31/03/2020		(6.235.924)	(21.867.348)	(4.889.606)	(1.519.494)	(67.107)	(1.794.076)	(36.373.555)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2019	92.241	83.812	3.424.890	2.057.221	283.985	659.131	519.231	7.120.511
Saldo em 31/03/2020	76.238	72.769	3.463.661	2.044.512	278.025	720.000	513.838	7.169.043
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	8%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Direito de Uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)								
Saldo em 31/12/2019	2.158.327	20.213.536	67.333.635	31.993.328	4.236.477	8.835.501	6.806.796	141.577.600
Modificações contratuais						544.878		544.878
Adições	1.731.022		13.544	98.984	482	408.743	8.852	2.261.627
Baixas	(40.956)		(120.221)	(88.444)		(150.471)		(400.092)
Transferências	(1.688.590)	18.125	1.308.601	316.276	6.154		39.434	
Transferência para ativos mantidos para venda							(159)	(159)
Saldo em 31/03/2020	2.159.803	20.231.661	68.535.559	32.320.144	4.243.113	9.638.651	6.854.923	143.983.854
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2019		(19.211.934)	(50.355.582)	(23.495.796)	(2.726.033)	(929.910)	(5.947.511)	(102.666.766)
Despesas de depreciação		(72.846)	(685.656)	(356.738)	(23.256)	(256.336)	(64.357)	(1.459.189)
Baixas			119.007	68.117		30.298	(5.731)	211.691
Transferência para ativos mantidos para venda							165	165
Saldo em 31/03/2020		(19.284.780)	(50.922.231)	(23.784.417)	(2.749.289)	(1.155.948)	(6.017.434)	(103.914.099)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2019	2.158.327	1.001.602	16.978.053	8.497.532	1.510.444	7.905.591	859.285	38.910.834
Saldo em 31/03/2020	2.159.803	946.881	17.613.328	8.535.727	1.493.824	8.482.703	837.489	40.069.755
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	11%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, os bens integrantes do patrimônio das Concessionárias, que sejam indispensáveis à prestação do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado, previstos nos referidos contratos são denominados reversíveis.

Em 31 de março de 2020, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 3.045.733 (31/12/2019 – R\$ 3.040.263), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta a R\$ 9.190.500 (31/12/2019 - R\$ 9.048.877).

No período findo em 31 de março de 2020, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 7% a.a.

Notas Explicativas

Movimentação dos direitos de uso - arrendamentos

	CONTROLADORA				
	Torres	Espaço físico	Veículos	Imóveis	Total
Custo do arrendamento (valor bruto)					
Saldo em 31/12/2019	644.082	39.302	24.806	1.550	709.740
Modificações contratuais	6.691	(226)		(279)	6.186
Adições	31.300	62.758	2.764		96.822
Baixas	(21.743)	(2.218)	(1.680)		(25.641)
Saldo em 31/03/2020	660.330	99.616	25.890	1.271	787.107
Depreciação acumulada					
Saldo em 31/12/2019	(41.441)	(5.814)	(3.143)	(211)	(50.609)
Despesas de depreciação	(12.112)	(3.934)	(2.411)	(45)	(18.502)
Baixas	1.376	371	257		2.004
Saldo em 31/03/2020	(52.177)	(9.377)	(5.297)	(256)	(67.107)
Direito de uso líquido					
Saldo em 31/12/2019	602.641	33.488	21.663	1.339	659.131
Saldo em 31/03/2020	608.153	90.239	20.593	1.015	720.000

	CONSOLIDADO					
	Torres	Espaço físico	Lojas	Veículos	Imóveis	Total
Custo do arrendamento (valor bruto)						
Saldo em 31/12/2019	7.883.920	475.054	129.014	259.266	88.247	8.835.501
Modificações contratuais	532.383	3.891	2.955	(5.991)	11.640	544.878
Adições	205.709	176.368	1.364	25.302		408.743
Baixas	(79.400)	(35.912)	(2.523)	(19.673)	(12.963)	(150.471)
Saldo em 31/03/2020	8.542.612	619.401	130.810	258.904	86.924	9.638.651
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2019	(724.263)	(88.929)	(29.876)	(67.759)	(19.083)	(929.910)
Despesas de depreciação	(189.984)	(28.096)	(8.067)	(25.848)	(4.341)	(256.336)
Baixas	8.265	9.077	684	9.866	2.406	30.298
Saldo em 31/03/2020	(905.982)	(107.948)	(37.259)	(83.741)	(21.018)	(1.155.948)
Direito de uso líquido						
Saldo em 31/12/2019	7.159.657	386.125	99.138	191.507	69.164	7.905.591
Saldo em 31/03/2020	7.636.630	511.453	93.551	175.163	65.906	8.482.703

Notas Explicativas

17. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 31/12/2019	12.489	2.596.764	14.477.394	474.962	17.561.609
Adições	81			11	92
Saldo em 31/03/2020	12.570	2.596.764	14.477.394	474.973	17.561.701
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2019		(2.544.197)	(12.251.607)	(461.434)	(15.257.238)
Despesas de amortização		(7.615)	(92.823)	(512)	(100.950)
Saldo em 31/03/2020		(2.551.812)	(12.344.430)	(461.946)	(15.358.188)
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2019	12.489	52.567	2.225.787	13.528	2.304.371
Saldo em 31/03/2020	12.570	44.952	2.132.964	13.027	2.203.513
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

	CONSOLIDADO				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 31/12/2019	12.364	9.400.583	18.602.742	1.922.834	29.938.523
Adições	53.263	312		2.832	56.407
Transferências	(36.137)	35.149		988	
Saldo em 31/03/2020	29.490	9.436.044	18.602.742	1.926.654	29.994.930
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2019		(8.498.327)	(15.635.036)	(1.807.295)	(25.940.658)
Despesas de amortização		(85.720)	(129.648)	(22.827)	(238.195)
Saldo em 31/03/2020		(8.584.047)	(15.764.684)	(1.830.122)	(26.178.853)
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2019	12.364	902.256	2.967.706	115.539	3.997.865
Saldo em 31/03/2020	29.490	851.997	2.838.058	96.532	3.816.077
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

Notas Explicativas

18. FORNECEDORES

	CONTROLADORA ¹		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
ANATEL (*)	2.364.009	2.340.556	7.647.975	7.572.101
Serviços	573.331	734.669	2.921.470	3.423.011
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	419.725	500.272	2.163.559	2.607.888
Aluguel de postes e direito de passagem	83.481	79.102	130.186	118.966
Outros	22.097	24.656	286.367	289.508
Ajuste a valor presente (**)	(1.688.708)	(1.718.802)	(5.030.506)	(5.124.107)
Total	1.773.935	1.960.453	8.119.051	8.887.367
Circulante	807.639	1.025.052	4.951.982	5.593.940
Não circulante	966.296	935.401	3.167.069	3.293.427
Fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial	1.041.357	1.172.006	3.406.194	4.093.058
Fornecedores não sujeitos à Recuperação Judicial	732.578	788.447	4.712.857	4.794.309
Total	1.773.935	1.960.453	8.119.051	8.887.367

¹ Estes montantes incluem saldos com partes relacionadas conforme Nota 29.

(*) Créditos concursais da Agência Reguladora de gestão da Advocacia Geral da União - AGU a ser liquidado nos termos do PRJ.

(**) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 16,4% a.a. e 17,2% a.a. considerando as maturidades de cada passivo (ANATEL e outras contas a pagar).

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Passivos				
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"		1.152		1.152
Total		1.152		1.152
Circulante		1.152		1.152

Notas Explicativas

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	Vencimento contratual	
					Principal	Juros
"Senior Notes" moeda estrangeira	8.750.856	6.980.817	8.750.856	6.980.817	Jul/2025	Semestral
Debêntures						
Públicas	4.602.269	4.565.236	7.168.419	7.110.737	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Privadas			3.275.795		Jan/2022	Mensal
Instituições financeiras						
Moeda nacional						
BNDES	1.029.648	1.009.982	4.023.991	3.947.137	Mar/2024 a Fev/2033	Mensal
Outros	603.633	599.115	2.085.918	2.071.209	Abr/2020 a Fev/2035	Mensal e Semestral
Moeda estrangeira	1.241.090	957.642	8.713.815	6.725.591	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Financiamento multilateral moeda estrangeira	472.816	360.161	472.816	360.161	Ago/2024 a Fev/2030	Semestral
Oferta Geral						
Moeda nacional	151.988	151.989	207.035	207.035	Fev/2038 a Fev/2042	Parcela Única
Moeda estrangeira	1.397.078	1.086.900	5.397.595	4.239.168	Fev/2038 a Fev/2042	
Mútuo e Debêntures com controladas (Nota 29)	24.026.233	19.088.767				
Subtotal	42.275.611	34.800.609	40.096.240	31.641.855		
Custo de transação incorrido	(12.600)	(12.307)	(36.970)	(13.911)		
Desconto das dívidas (*)	(28.574.867)	(23.379.735)	(15.618.280)	(13.401.195)		
Total	13.688.144	11.408.567	24.440.990	18.226.749		
Circulante	160.763	319.569	179.380	326.388		
Não circulante	13.527.381	11.088.998	24.261.610	17.900.361		

(*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Instituições financeiras	12.294	11.996	13.580	13.306
Debêntures	306	311	23.390	605
Total	12.600	12.307	36.970	13.911
Circulante	1.404	1.404	13.837	1.404
Não circulante	11.196	10.903	23.133	12.507

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Euro	731.937	514.837	427.699	311.309
Dólar Norte Americano (*)	9.123.121	7.168.741	15.085.040	9.209.982
Reais	3.833.086	3.724.989	8.928.251	8.705.458
Total	13.688.144	11.408.567	24.440.990	18.226.749

(*) Considera a Debênture Privada 1ª Emissão da Oi Móvel. Embora seja uma dívida local, captada em Reais, possui capitalização diária atualizada pela variação cambial do Dólar Norte Americano (USD).

Notas Explicativas

Composição da dívida por indexador

	Indexador/Taxa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Taxa pré-fixada	1,75% a.a. – 13,61% a.a.	8.630.245	6.830.365	14.882.482	9.078.998
CDI	80% CDI	2.728.052	2.645.959	4.840.354	4.694.687
TJLP	2,95% a.a. + TJLP	1.029.362	1.009.691	4.022.848	3.945.972
TR	0% a.a.	18.118	16.637	24.680	22.662
Outros	0% a.a.	1.282.367	905.915	670.626	484.430
Total		13.688.144	11.408.567	24.440.990	18.226.749

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação		Desconto das dívidas	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	31/03/2020					
2021	1.008	2.746	1.299	10.710	964.503	1.055.445
2022	219	3.258.638	1.730	2.880	964.503	1.055.445
2023	128.475	360.807	1.730	1.844	963.156	1.053.074
2024	315.283	876.053	1.730	1.844	966.524	1.059.002
2025 e seguintes	41.668.459	35.404.779	4.707	5.855	24.716.181	11.395.314
Total	42.113.444	39.903.023	11.196	23.133	28.574.867	15.618.280

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas Telemar e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas Telemar e Oi Móvel para tais financiamentos. As debêntures privadas emitidas pela Oi Móvel são integralmente garantidas por recebíveis da Companhia e de suas controladas Telemar e Oi Móvel, além do penhor dos direitos de uso de radiofrequência, que somente serão exercidas na ocorrência de inadimplemento. A Companhia e sua controlada Telemar prestam aval para este instrumento. O montante total de garantias é de R\$ 6.270.000.

“Covenants”

De acordo com a Cláusula 17 do Anexo 4.2.4 do PRJ, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a algumas cláusulas restritivas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, com base em indicadores financeiros. A Companhia acompanha estas condições em bases trimestrais. Para o período findo em 31 de março de 2020, em função da forte desvalorização do Real no trimestre devido aos impactos da pandemia do COVID-19 em nível mundial, a Companhia deixou de estar em conformidade com dois destes indicadores, sendo estes: Dívida Bruta sobre EBITDA e [EBITDA - (Imposto de Renda + Contribuição Social)] / [Amortizações + (Despesas Financeiras - Receitas Financeiras) - Disponibilidades do fechamento do exercício anterior]. Até o encerramento do trimestre, a Companhia já havia obtido a carta de “waiver” junto aos credores.

A obtenção da referida carta impede que o não atingimento desses indicadores financeiros acarrete, dentre outras consequências contratualmente previstas, o vencimento antecipado do saldo devido das dívidas da Companhia.

Notas Explicativas

Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	31/12/2019	Captação	Juros e variação monetária e cambial	Amortização do desconto das dívidas	Pagamento de principal e juros	Pagamento de tributos e outros	Transferências e outros	31/03/2020
Empréstimos e Financiamentos	31.641.855	2.499.999	6.364.406		(352.410)	(61.934)	4.324	40.096.240
Desconto das dívidas	(13.401.195)		(2.794.927)	577.730			112	(15.618.280)
Custo de transação	(13.911)						(23.059)	(36.970)
Total empréstimos e financiamentos	18.226.749	2.499.999	3.569.479	577.730	(352.410)	(61.934)	(18.623)	24.440.990

A Companhia realizou pagamentos dos juros dos “*Bonds*” Qualificados, que não possuem carência de juros, em fevereiro de 2020.

Em fevereiro de 2020, foram subscritas as debêntures privadas simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória da Companhia e da Telemar emitidas pela Oi Móvel em valor agregado de R\$ 2.500 milhões. Essa emissão de debêntures possui capitalização diária atualizada pela variação do Dólar norte-americano (USD) e taxa de juros de 12,66% a.a. incorporados ao principal até janeiro de 2021 e, a partir desta data, pagamento de juros à taxa de 13,61% a.a. O vencimento dessa emissão é em janeiro de 2022, caso seja obtido montante agregado de R\$ 5 bilhões com desinvestimentos até julho de 2020, caso contrário, a amortização ocorre mensalmente de agosto de 2020 a janeiro de 2022.

21. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
SMP			68.871	58.582
Concessões do STFC	4.734		11.597	
Total	4.734		80.468	58.582
Circulante	4.734		80.468	58.582

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP, obtidas através de leilões, e concessões de serviços STFC.

22. ARRENDAMENTOS A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Torres	605.695	597.963	7.918.118	7.373.373
Espaço físico	92.648	34.968	532.739	403.485
Lojas			98.971	103.792
Imóveis	1.092	1.403	69.549	72.719
Veículos	21.143	22.025	181.255	196.657
Total	720.578	656.359	8.800.632	8.150.026
Circulante	130.705	114.652	1.611.836	1.510.097
Não circulante	589.873	541.707	7.188.796	6.639.929

Notas Explicativas

Movimentação dos arrendamentos a pagar

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2019	656.359	8.150.026
Novas contratações	96.822	408.743
Cancelamentos	(24.583)	(125.147)
Juros	21.557	259.876
Pagamentos	(35.762)	(437.743)
Modificações contratuais	6.185	544.877
Saldo em 31/03/2020	720.578	8.800.632

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar de longo prazo

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2021	106.252	1.263.581
2022	132.789	1.594.287
2023	121.182	1.467.148
2024	118.847	1.394.947
2025 a 2029	550.947	5.847.335
2030 e exercícios seguintes	484.348	4.187.013
Total	1.514.365	15.754.311
Juros	(924.492)	(8.565.515)
Não circulante	589.873	7.188.796

O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado, através da projeção dos pagamentos futuros fixos, que não consideram inflação projetada, descontados pelas taxas de desconto, que variam de 10,79% a 12,75% a.a.

Contratos não reconhecidos como arrendamentos a pagar

A Companhia optou por não reconhecer um passivo de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (arrendamentos com prazo esperado de 12 meses ou menos) ou para arrendamentos de ativos de baixo valor. Em 31 de março de 2020, tais arrendamentos foram reconhecidos no resultado no montante de R\$ 326 (31/03/2019 – R\$ 1.097), na controladora, e de R\$ 13.180 (31/03/2019 – R\$ 19.338), no consolidado. No período findo em 31 de março de 2020, não ocorreram pagamentos variáveis de arrendamento. Os montantes referentes a 31 de março de 2019 foram de R\$ 69 e R\$ 4.810, na controladora e consolidado, respectivamente.

Informações complementares

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, de 18 de dezembro de 2019 e ao Ofício Circular SNC/SEP01/20, de 5 de fevereiro de 2020, segue abaixo informações complementares:

CONTROLADORA							
Maturidade vencimento	Taxa média desconto	2021	2022	2023	2024	2025 a 2029	Acima de 2029
Até 2023	10,79%	16.400	12.986	1.379			
2024 até 2030	12,27%	11.896	15.861	15.861	14.905	31.238	157
2031 até 2034	12,58%	70.427	93.903	93.903	93.903	469.513	314.066
A partir de 2035	12,75%	7.529	10.039	10.039	10.039	50.196	170.125
Total		106.252	132.789	121.182	118.847	550.947	484.348
Inflação projetada¹		3,29%	4,26%	4,84%	4,86%	4,31%	4,02%

Notas Explicativas

CONSOLIDADO							
Maturidade vencimento	Taxa média desconto	2021	2022	2023	2024	2025 a 2029	Acima de 2029
Até 2023	10,79%	199.395	175.372	48.233			
2024 até 2030	12,27%	593.837	791.783	791.783	767.815	2.711.674	12.245
2031 até 2034	12,58%	291.129	388.172	388.172	388.172	1.940.859	1.232.281
A partir de 2035	12,75%	179.220	238.960	238.960	238.960	1.194.802	2.942.487
Total		1.263.581	1.594.287	1.467.148	1.394.947	5.847.335	4.187.013
Inflação projetada¹		3,29%	4,26%	4,84%	4,86%	4,31%	4,02%

¹Fonte: Anbima

23. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	250.131	263.257	400.662	417.076
PERT (Lei nº 13.496/2017)	427	427	427	427
Total	250.558	263.684	401.089	417.503
Circulante	55.001	54.894	89.681	86.721
Não circulante	195.557	208.790	311.408	330.782

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, pela Medida Provisória nº 766/2017 e pela Lei nº 13.469/2017, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009), levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	31/03/2020				31/12/2019
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	2.700		140.080	142.780	153.790
Imposto de renda	1.300		36.014	37.314	37.995
PIS	35.204		35.027	70.231	72.027
INSS – SAT	580	371	1.888	2.839	3.039
Contribuição social	540	22	10.160	10.722	11.315
CPMF	18.935	2.136	29.563	50.634	50.573
PERT – Demais débitos - RFB	240		187	427	427
Outros	10.827	4.315	71.000	86.142	88.337
Total	70.326	6.844	323.919	401.089	417.503

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2020	41.357	67.954
2021	54.574	86.905
2022	54.574	86.905
2023	54.574	86.905
2024	45.479	72.420
Total	250.558	401.089

Os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial.

Notas Explicativas

24. PROVISÕES

Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Trabalhista				
Horas extras	309.705	288.819	868.416	855.722
Indenizações	65.766	65.378	276.001	299.096
Adicionais diversos	50.241	47.617	223.289	221.743
Estabilidade / Reintegração	78.390	76.508	216.260	215.449
Complemento de aposentadoria	61.149	61.053	107.818	108.827
Diferenças salariais e reflexos	42.432	40.328	98.729	101.573
Honorários advocatícios/periciais	29.388	28.287	55.346	51.193
Verbas rescisórias	8.393	8.647	38.022	38.261
Multas trabalhistas	4.453	4.624	30.505	30.399
Vínculo empregatício	20	197	18.925	18.758
FGTS	5.002	5.115	13.164	13.306
Subsidiariedade	196	182	2.866	3.100
Demais ações	38.642	37.616	90.020	93.605
Total	693.777	664.371	2.039.361	2.051.032
Tributária				
ICMS	78.332	72.286	773.820	746.481
IPTU	58.541	58.541	150.223	150.223
ISS	7	7	70.091	69.208
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	455	453	32.206	23.847
Demais ações	16.544	14.906	78.497	61.189
Total	153.879	146.193	1.104.837	1.050.948
Cível				
ANATEL	130.051	123.625	566.920	570.283
Societário	382.015	397.946	382.015	397.946
Juizado Especial	47.331	47.444	117.943	118.910
Demais ações	405.602	312.448	1.187.612	1.062.561
Total	964.999	881.463	2.254.490	2.149.700
Total das provisões	1.812.655	1.692.027	5.398.688	5.251.680
Circulante	268.797	286.604	528.617	547.996
Não circulante	1.543.858	1.405.423	4.870.071	4.703.684

De acordo com as leis aplicáveis aos processos trabalhistas, tributários e cíveis, os processos judiciais são mensalmente atualizados monetariamente, considerando os índices de correção aplicáveis, sendo os principais índices de atualização o IGPM, TR e SELIC.

Notas Explicativas

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2019	664.371	146.193	881.463	1.692.027
Atualização monetária	29.249	4.150	61.433	94.832
Adições / (Reversões)	(9.144)	3.536	48.598	42.990
Baixas por pagamentos / encerramentos	9.301		(26.495)	(17.194)
Saldo em 31/03/2020	693.777	153.879	964.999	1.812.655

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2019	2.051.032	1.050.948	2.149.700	5.251.680
Atualização monetária	47.598	25.069	103.523	176.190
Adições / (Reversões)	(39.222)	11.243	49.971	21.992
Baixas por pagamentos / encerramentos	(20.047)	16.993	(48.704)	(51.758)
Variação cambial no exterior		584		584
Saldo em 31/03/2020	2.039.361	1.104.837	2.254.490	5.398.688

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Trabalhista	192.890	190.969	745.938	797.927
Tributária	5.429.231	5.468.097	27.791.681	28.416.097
Cível	598.531	612.833	1.683.664	1.667.900
Total	6.220.652	6.271.899	30.221.283	30.881.924

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 31 de março de 2020 corresponde a R\$ 4.589.097 (31/12/2019 - R\$ 4.541.051) na controladora e R\$ 11.966.373 (31/12/2019 - R\$ 11.909.901) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

25. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Obrigação onerosa (i)	1.618.358	1.266.954	7.413.215	5.817.130
Receitas a apropriar (ii)	462.295	478.284	1.723.640	1.704.420
Provisões para indenizações a pagar	889.739	640.661	889.739	640.661
Adiantamentos de clientes	50.061	49.763	308.739	313.163
Consignação a favor de terceiros	13.715	12.037	46.251	41.249
Provisão para desmobilização de ativos	7.195	7.124	18.282	18.101
Outros	200.760	194.382	354.240	404.455
Total	3.242.123	2.649.205	10.754.106	8.939.179
Circulante	478.137	438.613	1.599.581	1.405.013
Não circulante	2.763.986	2.210.592	9.154.525	7.534.166

Notas Explicativas

- (i) A Companhia e suas controladas mantêm um acordo de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul e, também, contrata o fornecimento de capacidade de segmento espacial para fins de prestação do serviço de TV DTH. Dado que (a) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e (b) os custos são inevitáveis, a Companhia e suas controladas, consoante o CPC 25/IAS 37, reconheceram uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída do contrato trazido a valor presente.
- (ii) Valores recebidos antecipadamente pela cessão do direito à operação comercial e uso de ativos de infraestrutura que são reconhecidos na receita pelo período efetivo dos contratos. Incluem também taxas de habilitação/installação do serviço que são reconhecidos na receita de acordo com período de utilização dos serviços pelos clientes.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.538.937 (31/12/2019 - R\$ 32.538.937), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	31/03/2020	31/12/2019
Capital total em ações		
Ações ordinárias	5.796.478	5.796.478
Ações preferenciais	157.727	157.727
Total	5.954.205	5.954.205
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	30	30
Ações preferenciais	1.812	1.812
Total	1.842	1.842
Ações em circulação		
Ações ordinárias	5.796.448	5.796.448
Ações preferenciais	155.915	155.915
Total em circulação	5.952.363	5.952.363

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do prejuízo do exercício de 2019 no montante de R\$ 9.000.434 para absorção pelas reservas de capital.

(b) Ações em tesouraria

Em fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu 1.800.000 ações preferenciais de emissão da própria, por meio de operações em mercado organizado de bolsa, a um custo total de R\$ 2.572, com o objetivo de assegurar o cumprimento de obrigação assumida pela Companhia de transferir ações de sua emissão mantidas em tesouraria à acionista Bratel, subsidiária integral da Pharol, no contexto do acordo celebrado com as duas sociedades (Nota 1).

Em abril de 2019, em face da homologação do acordo firmado entre a Oi e Pharol, foram entregues à Bratel 32.000.000 ações ordinárias e 1.800.000 ações preferenciais totalizando 33.800.000 ações conforme previsto no acordo firmado entre as partes (Nota 1).

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2020, a Companhia mantém a totalidade de suas ações preferenciais em tesouraria dadas em garantia em processos judiciais.

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas, principalmente, pelas reservas descritas abaixo e em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmarPart aprovada em 1 de setembro de 2015, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Outras reservas de capital: representado, principalmente por: (i) R\$ 1.933.200 proveniente de capitalização de reservas de lucros em fevereiro de 2015; (ii) R\$ 3.837.009 relativos ao aumento de capital com novos recursos, conforme mencionado nesta nota no item (a), e R\$ 2.462.799 relativos a absorção de reservas de capital, devido a entrega de ações em tesouraria à Bratel, por força do acordo celebrado, conforme mencionado nesta nota no item (b).

(d) Outros resultados abrangentes

Para fins de apresentação no formulário Empresas.Net da CVM, foram incluídos em outros resultados abrangentes e são apresentados abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31/12/2019	(91.169)	(801.073)	(141.871)	(1.034.113)
Ganho de contabilidade de “hedge”	1.152			1.152
Variação cambial sobre investimento no exterior	50.822			50.822
Saldo em 31/03/2020	(39.195)	(801.073)	(141.871)	(982.139)

(e) Custo de emissão de ações

Conforme mencionado no item (a) desta nota, nos termos do contrato de compromisso com os “Backstoppers”, a Companhia emitiu 272.148.705 novas ações ordinárias, a título de remuneração pelos compromissos assumidos no referido contrato, a um custo de R\$ 337.464, registrado em custo de emissão de ações em contrapartida ao aumento de capital, acrescidos de R\$ 86.180 relativos a gastos incorridos no processo da emissão.

(f) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Em 16 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 1.530.457.356 ações ordinárias aos titulares de direitos de subscrição. Em 21 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 91.080.933 ações ordinárias aos titulares de direitos de subscrição que solicitaram subscrições por excesso de ações ordinárias. Em 25 de janeiro de 2019, 1.604.268.162 Novas Ações Ordinárias foram subscritas e integralizadas. A conclusão do processo de Aumento de Capital, mediante a subscrição e pagamento de todas as 3.225.806.451 Novas Ações Ordinárias emitidas como parte do Aumento de Capital - Novos Fundos, representou uma

Notas Explicativas

contribuição de novos recursos para a Companhia no total de R\$ 4.000.000.000,00. Essa transação gerou impacto no lucro por ação, uma vez que os acionistas foram diluídos.

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do período disponível para os mesmos.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	31/03/2020	31/03/2019
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(6.280.065)	568.403
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(6.115.566)	553.546
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(164.499)	14.857
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	5.796.448	5.764.447
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	154.715
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(1,06)	0,10
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(1,06)	0,10

As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus na forma do seu Estatuto Social.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 31 de março de 2020, as responsabilidades com benefícios de aposentadoria registradas no balanço estão demonstradas a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativos atuariais				
Plano TCSPREV	55.548	55.854	56.064	56.559
Plano CELPREV			219	222
Plano PBS-TNC			3.309	3.264
Total	55.548	55.854	59.592	60.045
Circulante	3.879	5.174	4.659	5.430
Não circulante	51.669	50.680	54.933	54.615

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Passivos atuariais				
Obrigações financeiras - Plano BrTPREV (i)	645.260	626.748	645.260	626.748
Plano PAMEC	6.381	6.264	6.381	6.264
Total	651.641	633.012	651.641	633.012
Não circulante	651.641	633.012	651.641	633.012

- (i) A Companhia possuía contrato de obrigações financeiras firmado com a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. Com a aprovação e homologação do PRJ, o respectivo crédito da Fundação Atlântico com a Oi está sujeito aos termos do PRJ.

Planos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social.

As obrigações no balanço em 31 de março de 2020 foram registradas com base nos estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2019, elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projetada”. As principais premissas consideradas nos estudos atuariais de 31 de dezembro de 2019 e em 31 de março de 2020 após a revisão das taxas de desconto são como segue:

	CONSOLIDADO							
	PLANOS DE PENSÃO						PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMEC	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,64%	7,64%
Taxa estimada de inflação	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%
Índice de aumento salarial nominal estimado	4,00%	4,00%	Por patrocinadora	N/A	8,82%	7,53%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,64%	7,64%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Basic suavizada em 15% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 20% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 20% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo	N/A	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	N/A	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	N/A	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo
Taxa de rotatividade	4,80%	Nula	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício Saldado	Nula	Nula	2%	Nula	Nula
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	55 anos	N/A	57 anos	55 anos	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	6,91%	6,91%

N/A = Não aplicável.

Notas Explicativas

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nos ativos atuariais relativos aos planos de pensão e aposentadoria em 31 de março de 2020:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2019	55.854	60.045
Rendimentos com planos de aposentadoria, líquidos	1.037	1.116
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(1.343)	(1.569)
Saldo em 31/03/2020	55.548	59.592

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com planos de pensão e aposentadoria em 31 de março de 2020:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2019	633.012	633.012
Custos com planos de aposentadoria, líquidos	117	117
Juros do passivo atuarial	18.512	18.512
Saldo em 31/03/2020	651.641	651.641

Remuneração baseada em ações

Um plano de incentivos de longo prazo baseado em ações para os Executivos e para o Conselho de Administração (Plano de Outorga de Ações da Diretoria e Plano de Outorga de Ações do Conselho de Administração) foi submetido e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019.

Não obstante, à luz da manifestação do Ministério Público e de decisão proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial em 24 de abril de 2019 acerca dos novos planos de incentivos de longo prazo, o Conselho de Administração da Oi decidiu e comunicou à Assembleia Geral Extraordinária que os mesmos somente seriam implementados após nova decisão do referido Juízo autorizando sua implementação.

A partir de 17 de dezembro de 2019, com o Acórdão proferido pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RJ no âmbito de Agravo de Instrumento nº 0035453-90.2019.8.19.0000, interposto pelo Ministério Público, foi mantida a decisão de que o Plano de Outorga de Ações, relativamente aos membros do Conselho de Administração, não deve ser implementado até o encerramento da recuperação judicial, e foi autorizada a implementação do referido Plano de Outorga de Ações aos Executivos da Companhia.

Em cumprimento à essa decisão acima mencionada, a Companhia implementou em dezembro de 2019 o novo Plano de Outorga de Ações para a Diretoria, seguindo todas as regras e condições aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2019.

Plano de outorga de ações a executivos

O plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações aos Executivos, visando promover alto engajamento e comprometimento para garantir a realização das metas estratégicas em conformidade aos interesses da Companhia e de seus acionistas no médio e longo prazo.

O plano prevê outorgas de ações anuais ao longo de três anos, representativas de, no máximo, 1,5% das ações do Capital Social da Companhia.

Notas Explicativas

A quantidade de ações por outorga é calculada individualmente com objetivo de manter a competitividade dos executivos em relação ao desempenho de suas funções e serão entregues aos mesmos, desde que a condição de performance do plano seja atingida.

As informações utilizadas na avaliação do plano de outorga de ações a executivos são apresentadas a seguir:

Data da Outorga	Percentual de diluição das ações	Número de ações outorgadas	Parcelas de aquisição do direito ("vesting")	Datas de aquisição do direito ("vesting")	Valor médio da ação na data da outorga	Valor justo estimado na data da aquisição do direito ("vesting") (i)
30/12/2019	0,57%	33.704.937	1/3	30/12/2020	0,95	34.406
			1/3	30/12/2021		
			1/3	30/12/2022		

(i) O valor justo estimado na data da aquisição do direito foi mensurado considerando o valor das ações outorgadas em 30 de dezembro de 2019, corrigido pelo custo médio ponderado de capital de 10,98%, estimado para o período de três anos do programa, trazido a valor presente pelo custo de oportunidade do período de 14,67%, que corresponde ao valor justo da ação.

O valor justo da outorga de ações é apurado com base no período de aquisição de direito e reconhecido à medida que os serviços são prestados. A despesa reconhecida no período findo em 31 de março de 2020 foi de R\$ 2.864.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Conselho de Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que demandem divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios relacionam-se essencialmente às seguintes empresas: Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefônicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefônicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefônicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pelo Conselho de Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

Notas Explicativas

Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 31 de março de 2020 e de 2019 é como segue:

	31/03/2020	31/03/2019
Residencial	1.654.100	1.880.497
Serviços de telefonia fixa	706.944	890.639
Banda larga	515.285	543.552
TV paga	422.563	434.966
Interconexão	9.308	11.340
Mobilidade pessoal	1.702.087	1.745.021
Serviços de telefones móveis	1.623.490	1.623.883
Interconexão	57.296	74.695
Material de revenda (“ <i>Handsets</i> ”, “ <i>sim cards</i> ” e outros acessórios)	21.301	46.443
Empresarial / Corporativo (serviços B2B)	1.313.699	1.418.031
Outros serviços e negócios	29.678	42.414
Receita de vendas e/ou serviços	4.699.564	5.085.963
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(1.695.626)	(1.673.080)
Interconexão	(110.851)	(135.625)
Pessoal	(597.081)	(594.097)
Serviços de terceiros	(1.413.590)	(1.487.149)
Serviços de manutenção de rede	(234.386)	(274.662)
Custo de aparelhos e outros	(20.551)	(47.503)
Publicidade e propaganda	(70.274)	(71.172)
Aluguéis e seguros	(581.016)	(660.810)
Provisões / Reversões	(24.738)	(59.391)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(138.613)	(137.143)
Tributos e outras despesas	(27.320)	(2.781)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	84.920	987.185
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	(129.562)	929.735
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	3.182.962	1.349.339
Despesas financeiras	(9.689.592)	(1.684.038)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(6.636.192)	595.036
Imposto de renda e contribuição social	34.089	(43.507)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(6.602.103)	551.529

Notas Explicativas

Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos períodos findos em 31 de março de 2020 e de 2019, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	31/03/2020	31/03/2019
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	4.699.564	5.085.963
Receitas relativas a outros negócios	48.959	44.073
Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)	4.748.523	5.130.036

Nos períodos findos em 31 de março de 2020 e de 2019, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	31/03/2020	31/03/2019
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	(129.562)	929.735
Outros negócios	317.702	(4.786)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado (Nota 5)	188.140	924.949

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de março de 2020, são como segue:

	31/03/2020				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	71.654.933	61.720.470	40.069.755	3.816.077	2.129.758
Outros, principalmente África	1.908.064	244.973	101.686	32.551	28.530

Notas Explicativas

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	31/03/2020	31/12/2019
Ativo		
Contas a receber	883.103	726.812
BrT Call Center	45.870	45.870
BrT Multimídia	18.036	18.036
Oi Móvel	642.606	499.755
Telemar	170.538	163.151
Serede	6.053	
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	6.950.340	5.583.816
PTIF	4.605.044	3.461.853
Oi Holanda	2.345.296	1.764.575
PT Participações		357.388
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	3.499	3.499
Oi Serviços Financeiros	2.147	2.147
Rio Alto	1.352	1.352
Outros	190.026	164.220
Telemar	92.081	56.697
Oi Móvel	21.038	24.889
Oi Holanda	16.714	15.144
PTIF	1.615	420
CVTEL	142	112
Serede	58.010	66.632
BrT Multimídia	100	
Paggo Administradora	326	326

	CONTROLADORA	
	31/03/2020	31/12/2019
Passivo		
Fornecedores	243.578	324.066
BrT Call Center	43.849	48.889
BrT Multimídia	33.138	58.410
Oi Móvel	131.766	137.150
Telemar	13.200	57.733
Paggo Administradora	21.625	21.811
Serede		73
Empréstimos e financiamentos e debêntures (i)	1.110.988	783.404
Telemar	44.616	39.525
Oi Holanda	1.066.372	743.879
Demais obrigações	58.619	64.656
BrT Call Center		193
Oi Móvel	3.590	1.442
Telemar	32.981	43.940
Dommo	431	
Rio Alto	975	975
Oi Investimentos	12.128	9.592
PT Participações	8.514	8.514

(i) A Companhia contrata mútuos e debêntures com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas.

Notas Explicativas

	CONTROLADORA	
	31/03/2020	31/03/2019
Receitas		
Receita dos serviços prestados	11.139	12.325
BrT Multimídia	135	139
Oi Móvel	7.847	8.918
Telemar	3.069	3.106
Serede	88	162
Outras receitas operacionais	10.779	10.263
BrT Multimídia	1.229	818
Oi Móvel	9.550	9.445
Receitas financeiras	6.907.764	31.171
Telemar	893	2.209
Oi Holanda	5.586.032	(75.338)
PTIF	1.312.734	106.413
PT Participações	8.105	(2.113)

	CONTROLADORA	
	31/03/2020	31/03/2019
Custos e despesas operacionais	(203.775)	(233.013)
BrT Multimídia	(342)	(1.222)
Oi Móvel	(7.909)	(13.804)
Telemar	(2.898)	(3.279)
Paggo Administradora	(220)	(883)
BrT Call Center	(119.123)	(124.922)
Serede	(73.283)	(88.903)
Despesas financeiras	(5.503.837)	29.943
Telemar	(5.091)	(5.091)
Serede	(989)	(1.277)
BrT Call Center	(416)	(519)
BrT Multimídia	(1.672)	(2.090)
Oi Holanda	(5.326.426)	42.151
PTIF	(169.243)	(3.173)
PT Participações		(58)

Linhas de créditos

A Companhia pode conceder linhas de crédito às suas controladas com a finalidade de fornecer capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos, o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2019 – 115% do CDI). No período findo em 31 de março de 2020 não há saldos em aberto entre as empresas do grupo para este fim, uma vez que, de acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos “*intercompany*” em Reais para fins de capital de giro, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras.

As linhas de crédito “*intercompany*” vigentes em 31 de março de 2020 guardam relação com o que foi aprovado no PRJ. Créditos “*intecompany*” não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Reais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais. Adicionalmente, foram criadas linhas de créditos entre a Companhia, a PTIF e a Oi Holanda, uma vez que no âmbito da implementação do PRJ, as dívidas financeiras das Recuperandas foram substancialmente consolidadas na Companhia, tendo esta emitido instrumentos financeiros e de capital para a quitação das dívidas originalmente registradas pelas referidas subsidiárias.

Notas Explicativas

Garantias

A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto.

Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Contas a receber e outros ativos			6.869	7.216
Hispamar				426
Outras entidades			6.869	6.790

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Contas a pagar e outros passivos		706	44.562	74.254
Hispamar		706	40.545	71.841
Outras entidades			4.017	2.413

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Receita				
Receita dos serviços prestados	59		118	59
Hispamar	59		118	
Outras entidades				59
Outras receitas	1		1	
Hispamar	1		1	
Receita financeira			79	111
Outras entidades			79	111

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(303)	(1.541)	(46.653)	(62.914)
Hispamar	(303)	(1.541)	(40.144)	(55.584)
Outras entidades			(6.509)	(7.330)
Despesa financeira		(3)	(22)	(169)
Hispamar		(3)	(21)	(169)
Outras entidades			(1)	

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e a aquisição de conteúdos e o aluguel de infraestrutura dessas entidades.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 31 de março de 2020, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 38.426 (31/03/2019 – R\$ 7.241) na controladora e no consolidado.

Notas Explicativas

30. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

As informações relativas aos ativos mantidos para venda devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativos				
Operações da África (a)	243.276	3.421.062	429.905	4.271.348
Ativos não estratégicos (b)	43.508	43.416	90.484	119.742
Total	286.784	3.464.478	520.389	4.391.090

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Passivos				
Operações da África (a)			149.973	491.225
Passivos não estratégicos (b)			11.670	3.070
Total			161.643	494.295

(a) Operações da África - Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel, representativa à época de 75% do seu capital social, e/ou seus ativos.

Com esse objetivo, a PT Ventures, SGPS, S.A., subsidiária direta da Africatel, alienou e transferiu, em 21 de maio de 2019, após o cumprimento das condições contratuais precedentes, a totalidade das ações de que era titular na Cabo Verde Telecom, S.A. (“CVT”), representativas de 40% do capital social desta, para o Instituto Nacional de Previdência Social e a Empresa Pública ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A., ambos de Cabo Verde, pelo valor total de US\$ 26,3 milhões, na forma do disposto nas cláusulas 3.1.3 e 5.1 do PRJ. Essa alienação gerou um ganho de capital de R\$ 67 milhões, reconhecido no resultado.

Em decorrência da referida alienação de ações, a PT Ventures celebrou com o Estado de Cabo Verde, também naquela data, acordo para encerramento definitivo das arbitragens iniciadas pela PT Ventures contra este último em março de 2015, perante o Centro Internacional para Resolução de Controvérsias sobre Investimentos (“CIRDI”) e a Câmara de Comércio Internacional (“CCI”).

Posteriormente, conforme anunciado ao mercado em Fato Relevante de 24 de janeiro de 2020, a Africatel alienou e transferiu naquela data a totalidade das ações de emissão da PT Ventures para a sociedade angolana Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública – Sonangol E.P., após as devidas aprovações pelo Conselho de Administração da Companhia, pelos órgãos societários competentes da Africatel e pelo Juízo da Recuperação Judicial e conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial e no Plano Estratégico da Companhia.

Na data da transação, a PT Ventures era titular das participações sociais detidas nas companhias angolanas Unitel, S.A. (“Unitel”) (25%) e Multitel – Serviços de Telecomunicações Lda. (40%), bem como de direitos de crédito de dividendos declarados pela Unitel e já vencidos e de um conjunto de direitos decorrentes da decisão final proferida pelo Tribunal Arbitral constituído segundo as Normas de Arbitragem da CCI, no âmbito da arbitragem iniciada pela PT Ventures na CCI contra os demais acionistas da Unitel, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 28 de fevereiro de 2019.

Notas Explicativas

O valor total da transação foi de US\$ 1 bilhão, dos quais: (i) US\$ 699,1 milhões foram pagos à Africatel pela Sonangol no dia 24 de janeiro de 2020; (ii) US\$ 60,9 milhões foram pagos à Africatel antes da transferência das ações da PT Ventures; e (iii) US\$ 240 milhões, integralmente garantidos por carta de fiança emitida por banco de primeira linha, serão pagos incondicionalmente pela Sonangol à Africatel até 31 de julho de 2020, sendo assegurado à Africatel um fluxo mínimo mensal de US\$ 40 milhões, a partir de fevereiro de 2020. A Companhia esclarece que o fluxo assegurado contratualmente, foi devidamente cumprido nos meses de fevereiro a maio de 2020 pela Sonangol.

Em virtude dessa operação, a Companhia se desvinculou dos litígios em curso envolvendo a PT Ventures, a Unitel e seus demais acionistas.

O grupo de ativos e de passivos das operações na África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas, e são consolidados na demonstração de resultados da Companhia desde 5 de maio de 2014. A Companhia mantém seus esforços para vender os ativos remanescentes.

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda das operações na África, estão demonstrados abaixo:

	Operações na África	
	31/03/2020 ¹	31/12/2019 ¹
Ativos mantidos para venda	429.905	4.271.348
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	70.600	63.993
Contas a receber	128.009	113.699
Dividendos a receber (i)		2.435.014
Ativo mantido para venda (i)		1.474.699
Outros ativos	88.524	74.300
Investimentos	9.378	4.916
Imobilizado	100.843	83.400
Intangível	32.551	21.327
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	149.973	491.225
Empréstimos e financiamentos	11.737	11.589
Fornecedores	48.206	37.119
Outros passivos	90.030	442.517
Participação de não controladores (ii)	36.656	146.180
Total dos ativos mantidos para vendas, líquido dos passivos correspondentes – Consolidado	243.276	3.633.943
Eliminações intragrupo		(212.881)
Total de ativos mantidos para venda – Controladora	243.276	3.421.062
Investimentos na África	243.276	3.421.062

¹ As companhias não operacionais passaram a ser consolidadas no balanço patrimonial a partir de 31 de dezembro de 2019. Em 31 de março de 2020, o total desses ativos e passivos é de R\$ 1.478.159 e R\$ 95.000 (31/12/2019 - R\$ 326.229 e R\$ 78.113), respectivamente.

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, representava a participação indireta detida pela PT Ventures nos dividendos a receber e no valor justo do investimento financeiro na Unitel, ambos classificados como ativos mantidos para venda. Os ativos provenientes do investimento detido na PT Ventures estavam avaliados substancialmente pelo valor justo de realização do investimento por venda, ocorrida em 23 de janeiro de 2020, conforme mencionado acima. Em 31 de março de 2020, o crédito a receber decorrente da venda da PT Ventures monta a R\$ 843.760;

Notas Explicativas

- (ii) Representado, principalmente, pela participação de 14% da Samba Luxco no capital social da Africatel e, conseqüentemente, nos seus ativos líquidos.

(b) Ativos não estratégicos

Em 16 de julho de 2019, a Companhia divulgou ao mercado o seu Plano Estratégico, aprovado pelo Conselho de Administração, com foco na melhoria da performance operacional e financeira, através de um modelo de negócio sustentável, com o objetivo de maximizar o valor da Companhia, no contexto do processo de recuperação judicial.

O plano prevê que parte do financiamento da estratégia de investimentos será realizada através da alienação de ativos não estratégicos da Companhia. Tais ativos são compostos, substancialmente, por: (i) investimento na Unitel; (ii) torres; (iii) data center; e (iv) imóveis, dentre outros. A Companhia está empenhada e focada para promover a alienação dos ativos citados, conforme mencionado, inclusive, na Nota 31(d), e tomará todas as medidas necessárias para implementar o referido plano nos próximos períodos.

Em março de 2020, os ativos e passivos associados aos imóveis e torres de telefonia móvel foram apresentados em mantidos para venda, em linha com o Plano Estratégico e intenção da Companhia. A administração avaliou e determinou que os demais ativos não estratégicos não atendem, substancialmente, aos requerimentos de apresentação e mensuração previstos no CPC 31, Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e, portanto, continuam sendo apresentados no grupo de “Ativo imobilizado” (Nota 16).

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Acordos celebrados entre a Companhia, TmarPart e a Pharol relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte

Em 30 de junho de 2014, a Companhia tomou conhecimento, por meio de comunicado ao mercado divulgado pela Pharol, da aplicação de recursos da PTIF e da PT Portugal (ambas, em conjunto, “Subsidiárias da Oi”), sociedades contribuídas pela Pharol à Oi no aumento de capital da Companhia em maio de 2014, em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela Pharol.

Tendo em vista o inadimplemento da Rio Forte com relação aos títulos, a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a Pharol celebraram, em 8 de setembro de 2014, após a obtenção das devidas aprovações societárias, contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os contratos previam (i) a realização de uma permuta (“Permuta”) na qual as Subsidiárias da Oi transfeririam os Títulos à Pharol em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Pharol, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da Pharol (“Opção”).

No dia 31 de março de 2015, a Companhia publicou Fato Relevante relativo à consumação da Permuta.

A Opção se tornou exercível com a consumação da Permuta, a partir de 31 de março de 2015, a qualquer tempo, pelo prazo de seis anos, sendo que o número de ações objeto da Opção será reduzido anualmente, a cada dia 31 de março.

Notas Explicativas

Até 31 de março de 2020, a Pharol não havia exercido a Opção, no todo ou em parte, sobre as Ações Objeto da Opção. Dessa forma, deixaram de estar sujeitas à Opção: (i) a partir de 31 de março de 2016, 4.743.487 ações ordinárias e 9.486.974 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 10% das Ações Objeto da Opção; (ii) a partir de 31 de março de 2017, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das Ações Objeto da Opção; (iii) a partir de 31 de março de 2018, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das Ações Objeto da Opção; (iv) a partir de 31 de março de 2019, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das Ações Objeto da Opção; e (v) a partir de 31 de março de 2020, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das Ações Objeto da Opção. Ainda estão sujeitas à Opção 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, sendo que a Pharol deixará de poder exercer a Opção sobre as mesmas em 31 de março de 2021.

Em 31 de março de 2020, a Opção apresentava um valor justo estimado de R\$ 6 calculados pela Companhia com base no modelo de “*Black-Scholes*” e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

b) Processos Administrativos Sancionadores na CVM

Em dezembro de 2018, tomamos conhecimento de que a CVM, no uso de suas atribuições, instaurou dois processos administrativos sancionadores por atos praticados em conexão com a reestruturação societária anunciada em outubro de 2013 envolvendo a Oi e a Pharol (anteriormente denominada Portugal Telecom), e o aumento de capital via oferta pública de ações da Oi concluído em maio de 2014, em suposta violação à Lei das Sociedades Anônimas, propondo a responsabilização de determinados executivos, diretores e acionistas controladores à época dos fatos.

A Companhia não é parte nestes processos. Em relação aos executivos acusados, se os mesmos forem considerados responsáveis nestes Processos Administrativos Sancionadores, eles estarão sujeitos a uma penalidade, que pode variar de uma advertência à inabilitação temporária, por até 20 anos, para o exercício de cargo de administrador ou de conselheiro fiscal de companhia aberta, de entidade do sistema de distribuição ou de outras entidades que dependam de autorização ou registro na CVM.

c) Operação Mapa da Mina

No dia 10 de dezembro de 2019, a Polícia Federal deflagrou a 69ª fase “Operação Lava Jato”, nomeada de “Operação Mapa da Mina” (Pedido de Busca e Apreensão Criminal n.º 5024872-64.2018.4.04.7000/PR – 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba), tendo como um dos seus principais alvos, Fábio da Silva, filho do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A investigação, que não tem nem a Companhia nem nenhum dos seus atuais administradores como réus, apura suposto repasse suspeito de diversas empresas para as empresas Gamecorp e Grupo Gol, em troca de supostos benefícios junto ao Governo Federal. Em razão de tal investigação, a Companhia sofreu busca e apreensão em prédios dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Desde então, a Companhia tem cooperado com as investigações, apresentando todos os esclarecimentos e documentos que lhe foram até então solicitados. Em 12 de março de 2020, foi concedido Habeas Corpus (Habeas Corpus n.º 5052647-8.2019.4.04.000/PR), no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, determinando a remessa dos autos da referida Operação, para a Seção Judiciária de São Paulo, por não haver conexão entre os fatos narrados na investigação e aqueles apurados na “Operação Lava Jato”. Em âmbito interno, a Companhia informa que, desde 2015, contratou como auditor externo independente, o escritório Tozzini Freire Advogados, a fim de promover investigação forense abordando todas as alegações constantes nos autos do processo, tendo inclusive atualizado estas análises por conta de fatos

Notas Explicativas

novos apontados na Operação Mapa da Mina. Tais investigações foram concluídas sem evidências de atos ilegais cometidos por representantes da Companhia.

A Companhia, dentre as iniciativas realizadas, criou um Comitê Multidisciplinar formado por membros de diversas diretorias, como a diretoria jurídica, “*compliance*”, auditoria interna e contabilidade, visando estabelecer os principais procedimentos a serem realizados, bem como definir um cronograma de atividades relevantes em resposta às alegações da referida investigação envolvendo a Companhia e suas controladas. Neste sentido, o Comitê Multidisciplinar estabeleceu os seguintes procedimentos: (i) contratação de escritório de advocacia renomado, especializado e independente em relação à Companhia e suas controladas para conduzir uma investigação interna sobre alegações contidas nas investigações do MPF e PF; (ii) avaliação por assessor jurídico externo dos resultados da referida investigação interna a ser conduzida pelo escritório de advocacia especializado, se aplicável; (iii) avaliação por assessores jurídicos externos de eventuais impactos legais e regulatórios no âmbito brasileiro e americano, referente a todas as alegações contidas na investigação, considerando a legislação aplicável de combate a corrupção e/ou atos ilegais; (iv) avaliação pela diretoria de “*compliance*” se eventuais fraquezas materiais no ambiente de controles internos no período abrangido nas investigações remanescem no atual cenário de governança e controles internos da Companhia; (v) reuniões periódicas para avaliação do status das avaliações a serem realizadas; (vi) apresentação do resultado de todas as avaliações a serem realizadas aos membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles (“CARC”), ligado ao Conselho de Administração da Companhia. Neste contexto, em fevereiro de 2020, o escritório de advocacia especializado concluiu sua investigação independente interna. Com base em entrevistas, informações e documentos apresentados pela administração da Companhia, bem como pela existência de limitações inerentes dado o período de abrangência da referida investigação (2003 a 2019), não foram identificados indicativos de ilegalidades praticadas pela Companhia, no âmbito das alegações contidas na Investigação do MPF e PF, “Operação Mapa da Mina”. O referido relatório de uso interno foi amplamente discutido e apresentado aos membros do Comitê Multidisciplinar, bem como aos membros do CARC.

d) Compromisso de alienação de imóvel

Conforme divulgado ao mercado em 30 de janeiro e 26 de fevereiro de 2020, a Companhia vendeu imóvel de sua propriedade localizado na Rua General Polidoro nº 99, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, à Alianza Gestão de Recursos Ltda., pelo valor de R\$ 120,5 milhões, no dia 21 de fevereiro de 2020, dando continuidade a seu projeto de venda de ativos “*non-core*”, em linha com o previsto em seu Plano de Recuperação Judicial e em seu Plano Estratégico (Nota 30 (b)).

A operação foi autorizada pelo Juízo da Recuperação Judicial, após a manifestação favorável do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Administrador Judicial. Da mesma forma, a ANATEL confirmou a desvinculação do Imóvel da Relação de Bens Reversíveis da Companhia.

e) Manifestação de terceiros no negócio Móvel da Companhia

Em 10 de março de 2020, a Companhia por meio de fato relevante, divulgou ao mercado em geral que seu assessor financeiro, Bank of America (“BofA”), recebeu manifestações de terceiros interessados no negócio móvel da Companhia. Até o momento, contudo, não há qualquer compromisso da Companhia ou de quaisquer destes terceiros para a efetivação de tal alienação, nem tampouco foi celebrado qualquer instrumento vinculante a respeito. Embora possa haver futuramente uma evolução nas análises para um potencial processo formal de negociação, a Companhia segue analisando todas as alternativas existentes que possam dar mais eficiência à realização do seu Plano Estratégico.

Notas Explicativas

f) Potenciais efeitos da pandemia do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde anunciou que a COVID-19 era uma emergência de saúde global e em 3 de março de 2020 classificou-a como uma pandemia. A pandemia de COVID-19 provocou numerosas mortes e a imposição de medidas de isolamento “em casa”, para além de outras medidas de saúde pública, o fechamento de fronteiras e outras restrições de viagem, causando transtornos econômicos sem precedentes em grande parte do mundo, inclusive no Brasil.

A resposta local, nacional e internacional ao vírus está se desenvolvendo rapidamente, com fluidez e incerteza. Em março e abril de 2020, as autoridades federais, estaduais e municipais no Brasil promoveram e aplicaram medidas de isolamento social e quarentena e promulgaram regulamentos limitando as operações comerciais “não essenciais”. Em meados de março de 2020, o Rio de Janeiro e outros estados brasileiros declararam estado de emergência. De acordo com as recomendações das autoridades, a Companhia fez a transição de uma maioria substancial dos seus funcionários para o “*home office*”.

Embora a pandemia de COVID-19 não tenha efeito nos resultados operacionais históricos da Companhia, esta pode ter muitos efeitos potenciais nas suas atividades comerciais de curto e médio prazo e, conseqüentemente, nos referidos resultados operacionais. Em março de 2020, a Companhia criou uma equipe de resposta à crise para focar na garantia da continuidade total das suas atividades, na saúde e segurança de seus funcionários e na definição de um processo formal para monitorar, analisar e responder aos potenciais impactos da pandemia.

Até a data do presente relatório, a Companhia detectou poucos casos de COVID-19 entre seus funcionários, com a área de recursos humanos monitorando diariamente casos suspeitos ou confirmados. Como medida protetiva, a Companhia instituiu uma política de “*home office*” para todos os seus funcionários cujas funções permitem este tipo de solução (cerca de 84% da sua força de trabalho), os quais têm conseguido cumprir essas funções sem qualquer interrupção de suas atividades. Em relação aos demais colaboradores, tais como técnicos de serviços externos e operadores das centrais de atendimento, por exemplo, a Companhia cumpriu todas as recomendações sanitárias da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde Brasileiro.

O governo brasileiro determinou que o setor de telecomunicações é um serviço essencial, o que permite à Companhia continuar suas atividades de manutenção de campo sem violar as restrições de movimentos que em geral têm sido impostas para combater a pandemia.

Embora o histórico com as operações da Companhia durante uma pandemia e sujeitas às respectivas medidas de saúde pública seja insuficiente para fornecer uma análise significativa do potencial impacto financeiro, a Companhia acredita que a demanda por serviços de telecomunicações, incluindo os serviços prestados durante a pandemia, cresceu significativamente. Para atender a essa demanda e garantir a continuidade de seus serviços, a Companhia reagiu rapidamente na ativação de novos circuitos em sua infraestrutura de “*backbone*” e não sofreu nenhum declínio significativo na operação e confiabilidade de suas redes.

Desde o surgimento da pandemia, a Companhia fechou suas lojas de varejo e muitos de seus canais de distribuição do seu serviço móvel não conseguiram operar, embora alguns de seus pontos de venda físicos, como mercados, farmácias e lojas de conveniência, tenham continuado a funcionar. Como resultado, a Companhia acredita que novas ativações por clientes móveis diminuirão significativamente para o período de quarentena. Entretanto, como o fechamento dessas lojas afeta igualmente todas as operadoras do setor móvel, a Companhia espera que haja uma redução substancial dos níveis de cancelamento de linhas durante esse período. Além disso, a Companhia espera que a

Notas Explicativas

receita com recargas de chips de celular seja adversamente afetada no período de quarentena, uma vez que o número de pontos de venda que oferecem esse serviço foi substancialmente reduzido.

Desde o início da pandemia, a Companhia tem reduzido significativamente seu canal de vendas porta-a-porta para serviços residenciais, incluindo banda larga, mas tem sido capaz de manter seus canais de telemarketing e teleagentes de vendas. A Companhia tem experimentado um aumento significativo na demanda por seus serviços de banda larga, incluindo serviços prestados através de sua cada vez maior rede FTTH, tanto de clientes residenciais como B2B, à medida que estes instituem operações de “*home office*”. Como os canais de vendas para esses serviços dependem menos da presença física nos locais de venda do que dos serviços móveis, a Companhia não espera que a redução de novas ativações ou atualizações nos serviços seja afetada na mesma medida que nos serviços móveis.

A Companhia espera que as medidas de saúde pública adotadas no Brasil tenham impactos significativos sobre a renda e o poder de compra de muitos de seus assinantes, em particular assinantes de baixa renda e PMEs (pequenas e médias empresas), algumas das quais poderão cessar suas operações, embora a Companhia ainda não tenha conseguido coletar dados para analisar a extensão desses impactos. Adicionalmente, a Companhia identificou atrasos no pagamento em alguns de seus clientes corporativos e governamentais. Diante deste contexto, a Companhia espera um aumento nos pagamentos atrasados, na inadimplência de clientes e nas perdas esperadas em recebíveis comerciais. A Companhia instituiu algumas medidas para auxiliar seus clientes durante a pandemia, por exemplo, concedendo a extensão dos prazos de pagamento em até 10 dias, mediante solicitação de seus clientes, e estabelecendo planos de pagamento com alguns deles, que preveem a suspensão da cobrança de juros e de contas em atraso. Essas medidas provavelmente terão um efeito adverso na receita e no fluxo de caixa operacional durante o seu prazo de vigência, embora a Companhia não tenha experiência suficiente com os efeitos dessas medidas para estimar com segurança os efeitos quantitativos das mesmas.

A Companhia não espera efeitos negativos significativos em suas atividades de manutenção em andamento e no projeto de expansão da FTTH como resultado da pandemia e das medidas de saúde pública introduzidas para combatê-la. A Companhia tem sentido alguns efeitos negativos relacionados ao envio de equipes externas, relacionados principalmente à dificuldade de obtenção de hospedagem e refeições e, em alguns casos, à dificuldade de organizar o transporte entre as cidades, devido às restrições de saúde pública. Entretanto, como resultado da determinação de que o setor de telecomunicações é um serviço essencial, as restrições gerais de saúde pública aplicáveis à população em geral não se aplicam aos seus técnicos de campo.

A Companhia continua mantendo comunicações regulares com seus fornecedores de equipamentos para avaliar os impactos da pandemia em sua produção e estoques de modo a garantir que as entregas dos equipamentos continuarão a ser feitas em tempo hábil. Até a data do presente relatório anual, a Companhia não sofreu nenhum impacto negativo em sua cadeia de suprimento de equipamentos e não foi avisada da previsão de eventuais interrupções significativas.

A Companhia continua monitorando os efeitos da COVID-19 e as medidas de saúde pública adotadas no Brasil sobre seus resultados e fluxos de caixa operacionais para avaliar se houve uma redução em seu valor recuperável de algum de seus ativos. Até a data do presente relatório anual, o histórico com as operações da Companhia durante uma pandemia e sujeitas às respectivas medidas de saúde pública é insuficiente para avaliar se será necessário reconhecer uma perda adicional de valor recuperável de seus ativos.

Notas Explicativas

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de Capital de Controlada

Em reunião da Assembleia Geral Extraordinária, no dia 8 de junho de 2020, foi aprovado o aumento de capital da controlada indireta BrT Multimídia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 822.673. O referido aumento de capital foi totalmente integralizado pela acionista, controlada indireta da Companhia, Oi Móvel, mediante contribuição do acervo líquido, objeto do Laudo de Avaliação emitido por empresa especializada, formado por ativos imobilizado e intangível, relacionados ao FTTH (“*Fiber-to-the-Home*”) e de materiais de uso e consumo para aplicação na expansão de FTTH, e pelo saldo de dividendos a pagar a sua controladora.

Em alinhamento com o Plano estratégico, divulgado em julho de 2019, com foco na expansão da rede de fibra ótica, a controlada indireta BrT Multimídia passará a concentrar a infraestrutura de telecomunicações de fibra ótica, com o objetivo de acelerar os investimentos e atingir o maior número de residências que demandam por tal tecnologia com alta velocidade de conexão e qualidade na prestação de serviço, além de se posicionar num papel relevante na criação da principal provedora de infraestrutura para outras operadoras de telecomunicações do País.

b) Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”), em cumprimento ao art. 157, §4º, da Lei nº 6.404/76 (“LSA”) e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 28 de fevereiro de 2020, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, a Companhia protocolou perante o Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro (“Juízo da RJ”) proposta de aditamento ao Plano de Recuperação Judicial homologado (“Aditamento ao PRJ”), na forma ali prevista, visando, principalmente, à sustentabilidade do seu negócio, por meio da reorganização e simplificação do Grupo Oi do ponto de vista societário e operacional, de forma a assegurar maior flexibilidade e eficiência financeiras. Estes ajustes facilitarão, ainda, o acesso da Companhia ao mercado financeiro para a captação de novos recursos necessários ao equacionamento racional de sua dívida e à viabilização da execução não apenas do seu Plano de Recuperação Judicial (o “Plano” ou o “PRJ”), mas também do seu Plano Estratégico, que visa ao reposicionamento da Companhia, à criação de valor para todos os seus *stakeholders* e à sustentabilidade de longo prazo.

O Aditamento ao PRJ ainda será submetido à votação em Assembleia Geral de Credores (“Nova AGC”) e, posteriormente, à homologação pelo Juízo da RJ, podendo, portanto, sofrer ajustes nos seus termos e condições e nas medidas nele previstas.

1. Objetivos do Aditamento ao PRJ.

O Aditamento ao PRJ busca permitir ao Grupo Oi viabilizar a execução de seu plano de longo prazo, com o equacionamento necessário da sua dívida, no contexto atual, e a continuidade de suas atividades seguindo o referido PRJ e o seu Plano Estratégico. A estratégia da Companhia tem como principal objetivo a transformação de seu modelo de negócio, com foco na utilização e rápida ampliação de sua extensa infraestrutura de fibra ótica como diferencial competitivo, incluindo suas redes de transporte (*backbone*, *backhaul* e rede de dados), e redes de acesso primárias e secundárias (*links* dedicados, anéis metropolitanos e redes de acesso FTTH), viabilizando e suportando as necessidades de conexão em alta velocidade e provimento de serviços para seus clientes residenciais, empresariais, corporativos e de governo, bem como o provimento de serviços de infraestrutura para os demais provedores de serviços de telecomunicações do país, incluindo a viabilização de conexões para a nova tecnologia 5G.

Notas Explicativas

A implementação dessa estratégia se dará com a continuidade do processo de alienação de ativos, possibilidade de participação em movimentos de consolidação e alienação de sua operação de comunicações móveis, e com a adoção do modelo conhecido como separação estrutural, que permite a constituição de entidades separadas para investimentos, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações e para o provimento de serviços para seus clientes finais, incluindo as atividades de desenvolvimento de produtos, *marketing*, vendas e atendimento a clientes. Com isso, busca-se tornar o modelo de negócio do Grupo Oi mais sustentável, focado nas suas principais vantagens competitivas, estruturado de maneira eficiente e focada, e assegurar a continuidade do Grupo Oi e o consequente cumprimento dos meios de recuperação e pagamento de todos os créditos concursais.

O Aditamento ao PRJ busca a introdução de flexibilidade para o atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia acima descritos, e tem como objetivos principais, entre outros:

- (i) prever a possibilidade de formação de unidades produtivas isoladas (“UPIs”), mediante a segregação de determinados negócios e ativos do Grupo Oi e a alienação dos mesmos com a segurança e benefícios assegurados pela Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), garantindo assim a maximização do seu valor e a geração dos recursos necessários para o pagamento de credores concursais e das obrigações das Recuperandas;
- (ii) estabelecer melhorias nas condições de pagamento para parte substancial dos pequenos credores, como forma de redução da litigiosidade e de satisfação mais rápida deste tipo de credor, como determinou o Juízo da RJ;
- (iii) permitir a contratação de financiamentos e outras formas de captação adicionais pelas Recuperandas, para manutenção dos investimentos necessários e pagamento dos seus credores; e
- (iv) permitir a segregação, a partir de sociedade integrante do Grupo Oi, de alguns ativos de fibra e infraestrutura, visando criar uma estrutura societária mais flexível e eficiente para acelerar os investimentos na expansão da rede de fibra ótica, podendo esta sociedade acessar o mercado financeiro e de capitais e captar recursos adicionais com custos mais baixos, poupando o uso exclusivo de recursos gerados pela própria operação das Recuperandas e, assim, fortalecendo a sua estrutura operacional.

2. UPIs previstas no Aditamento ao PRJ.

O Aditamento ao PRJ prevê a segregação de 4 (quatro) UPIs distintas dos ativos, passivos e direitos das Recuperandas associados à (a) operação em telefonia e dados no mercado de comunicação móvel (“UPI Ativos Móveis”); (b) infraestrutura passiva (“UPI Torres” e “UPI Data Center”); e (c) operação de redes de telecomunicações (“UPI InfraCo”).

As UPIs serão constituídas sob a forma de sociedades por ações de propósito específico (“SPEs”) e poderão ser alienadas, em modelos distintos para cada natureza de UPI descrita acima, visando ao pagamento de dívidas e à geração de recursos necessários à expansão de sua infraestrutura de fibra e serviços associados, que são o foco principal da estratégia do Grupo Oi. A alienação das UPIs visa permitir à Oi maximizar o valor econômico dos seus investimentos, por meio da expansão de seus serviços de acesso residenciais e empresariais em todo o país, da exploração mais eficiente dos seus elementos de rede e da abertura de novas possibilidades de exploração destas redes para outras empresas operadoras e provedoras de serviços no setor de telecomunicações, observadas a legislação, regulamentação e a necessidade de autorizações das autoridades competentes, quando aplicáveis.

Notas Explicativas

Informações detalhadas sobre a composição de cada UPI e os termos e condições aplicáveis à sua alienação, inclusive aquelas relativas à estrutura e ao preço, estão descritos no Aditamento ao PRJ.

2.1. UPI SPE InfraCo.

A SPE InfraCo reunirá ativos de infraestrutura e fibra relacionados às redes de acesso e transporte do Grupo Oi já aportados em seu capital, sejam cedidos diretamente, sejam cedidos como direito de uso na forma de IRUs (*Indefeasible Rights of Use*), bem como novos investimentos em infraestrutura que ainda serão realizados, tendo como objetivo a aceleração dos investimentos na expansão das suas redes de fibra ótica, a partir de uma estrutura de capital mais flexível e eficiente e maior possibilidade de captação e utilização de novos recursos. A SPE InfraCo, uma vez implementadas as operações previstas no Plano, será uma coligada da Companhia, e buscará no mercado os recursos necessários para o financiamento de seus investimentos, de forma a expandir as atividades do Grupo Oi em fibra ótica e atender a um maior número de clientes de todos os segmentos em todo o país.

O Aditamento ao PRJ prevê a manutenção pela Oi de participação relevante no capital social da SPE InfraCo, com medidas que garantam sua participação ativa na criação e expansão de uma empresa líder nacional em infraestrutura em fibra ótica. A exemplo do que já ocorreu em outros países, a criação da SPE InfraCo segue uma lógica de separação estrutural entre a empresa de serviços e a empresa de infraestrutura, com o objetivo de maximizar o valor dos negócios, através de maior eficiência e inovação, com estratégias claras focadas na experiência do cliente e inovação de produtos e serviços de um lado, e na massificação de infraestrutura de fibra e otimização de sua operação técnica do outro.

A UPI InfraCo será composta por 100% das ações de emissão da SPE que reunirá os ativos e passivos relacionados às atividades de fibra ótica e infraestrutura descritos no Anexo 5.3.4 do Aditamento ao PRJ, que prevê a alienação parcial da UPI InfraCo por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para a alienação parcial do capital votante da SPE InfraCo. Tal procedimento competitivo deve assegurar à Companhia um pagamento mínimo de R\$ 6,5 bilhões, além da garantia, por parte dos novos investidores, do pagamento integral da Dívida InfraCo prevista na Cláusula 5.3.7.1 do Aditamento ao PRJ e do cumprimento do seu plano de investimentos, conforme determinados parâmetros a serem estabelecidos no respectivo Edital do Procedimento Competitivo. Como resultado da alienação parcial da UPI InfraCo, será assegurado ao adquirente uma participação equivalente a 51,0% do capital votante, e não superior a 51,0% do capital econômico da SPE InfraCo, sendo reservado às Recuperandas o direito de, a seu exclusivo critério, determinar a divisão do capital social da SPE InfraCo em ações ordinárias e preferenciais da InfraCo na alienação, observados os limites previstos em lei, garantindo dessa maneira à Companhia a manutenção de participação econômica relevante, até mesmo como garantia para cumprimento de suas obrigações junto a credores do PRJ.

2.2. UPI Ativos Móveis, UPI Torres e UPI Data Center.

A UPI Ativos Móveis será composta por 100% das ações de emissão da SPE que reunirá os ativos e passivos relacionados às atividades de comunicação móvel descritos no Anexo 5.3.1 do Aditamento ao PRJ, que prevê a alienação da UPI Ativos Móveis por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações da SPE Móvel, com o pagamento do preço de, no mínimo, R\$ 15,0 bilhões em dinheiro.

A definição de proposta vencedora se dará pelo maior preço oferecido acima do preço mínimo, resguardada porém a possibilidade de as Recuperandas selecionarem a segunda melhor proposta, desde que com preço, no máximo, 5% inferior àquele apresentado na proposta de maior valor, mediante justificativa fundamentada de que a referida proposta confira maior certeza e segurança jurídicas de

Notas Explicativas

conclusão da alienação da UPI Ativos Móveis na forma como proposta, em face das necessárias aprovações regulatórias e concorrenciais, sem prejuízo, ainda, da não objeção de mais de 50% dos créditos concursais que se manifestem neste sentido nos autos da RJ. O mesmo se aplica no caso de serem recebidas duas propostas abaixo do preço mínimo. O Aditamento ao PRJ prevê ainda a existência de mecanismos para a definição de condições de aprovação de propostas sempre de forma a garantir a maior certeza e segurança jurídicas de concretização da alienação proposta, resguardada, sempre, a não objeção de mais de 50% dos créditos concursais.

A UPI Torres será composta por 100% das ações de emissão da SPE que reunirá os ativos e passivos relacionados às atividades de torres *outdoor* e *indoor* de transmissão e radiofrequência, descritos no Anexo 5.3.2 do Aditamento ao PRJ, que prevê a alienação da UPI Torres por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações da SPE Torres detidas pelas Recuperandas, com o pagamento do preço de, no mínimo, de R\$ 1,0 bilhão em dinheiro.

A UPI *Data Center* será composta por 100% das ações de emissão da SPE que reunirá os ativos e passivos relacionados às atividades de *data center*, descritos no Anexo 5.3.3 do Aditamento ao PRJ, que prevê a alienação da UPI *Data Center* por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações da SPE *Data Center*, com o pagamento do preço de, no mínimo, R\$ 325,0 milhões em dinheiro, dos quais ao menos R\$250 milhões à vista, podendo ser o saldo pago de forma parcelada, observado que o investidor cuja proposta vinculante (obtida em processo de prospecção de mercado realizado pelo Bank of America, assessor financeiro da Oi) serviu de base para a definição do preço mínimo terá o direito de igualar a melhor proposta apresentada no leilão da UPI *Data Center* (*right to match*). Desta forma, a Oi confere maior certeza e segurança jurídicas à realização da alienação pelo preço proposto, permitindo, ainda, que, por meio de um processo competitivo, seja dada a oportunidade a qualquer interessado de oferecer valor superior ao proposto, em benefício das Recuperandas.

3. Pagamento de Credores.

O Aditamento ao PRJ prevê a possibilidade de ajustes nas condições de pagamento de credores concursais e também mecanismos que permitem ou obrigam a Companhia a pagar determinados créditos sujeitos ao Plano em prazo menor do que o previsto no Plano de Recuperação Judicial homologado.

Informações detalhadas sobre as propostas de pagamento previstas com relação a cada classe de credores estão descritas no Aditamento ao PRJ.

3.1 Créditos Trabalhistas.

O Aditamento ao PRJ prevê que credores trabalhistas cujos créditos não tenham sido integralmente quitados até a Nova AGC terão seus créditos até o montante total de R\$ 50,0 mil pagos no prazo máximo de 30 dias da homologação do Aditamento ao PRJ, desde que os referidos créditos trabalhistas (i) constem da relação de credores do administrador judicial; ou (ii) sejam objeto de decisão transitada em julgado que encerrou o respectivo processo e homologou o valor devido ao respectivo credor; ou (iii) no caso dos credores decorrentes de honorários de sucumbência, seja proferida decisão em incidente de habilitação ou impugnação de crédito distribuída até a Nova AGC, desde que realizem opção por essa forma de pagamento.

Notas Explicativas

3.2 Créditos com Garantia Real.

O Aditamento ao PRJ prevê que, na hipótese de alienação da UPI Ativos Móveis, o Grupo Oi terá a obrigação de, em até 30 dias da liquidação, destinar uma parcela da Receita Líquida da Alienação da UPI Ativos Móveis (conforme definida no Aditamento ao PRJ) para antecipar o pagamento de 100,0% do valor remanescente dos Créditos com Garantia Real (conforme condições definidas no Aditamento ao PRJ). Alternativamente, os Credores com Garantia Real poderão optar que o saldo remanescente dos seus respectivos créditos detidos exclusivamente contra a Oi Móvel seja transferido para a SPE Móvel, na forma da Cláusula 4.2.5.2 do Aditamento ao PRJ, ou ainda optar por usar até a totalidade do saldo remanescente dos seus créditos em projetos de financiamento das operações das Recuperandas ou suas coligadas.

3.3 Créditos Quirografários.

3.3.1 Credores Quirografários Classe III.

3.3.1.1 Opção de Pagamento Linear

Nos termos do Aditamento ao PRJ, no prazo de 45 dias da Nova AGC os Credores Quirografários Classe III (conforme definido no Plano), com créditos no valor de até R\$ 3,0 mil que ainda não tenham sido integralmente quitados até a Nova AGC e que tenham distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC poderão optar pelo recebimento integral do valor de seu crédito, na plataforma eletrônica a ser disponibilizada pelo Grupo Oi no endereço eletrônico www.credor.oi.com.br. A opção por receber R\$ 3,0 mil poderá ser exercida, no mesmo prazo, pelos Credores Quirografários Classe III com créditos de valor superior a R\$ 3,0 mil, desde que (i) os créditos ainda não tenham sido integralmente quitados até a Nova AGC; (ii) já tenham distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC; e (iii) no momento da realização da opção, tais credores outorguem às Recuperandas, na mesma plataforma, quitação pelo valor integral dos seus respectivos créditos.

3.3.1.2 Obrigação de Recompra em Eventos de Liquidez

O Aditamento ao PRJ traz uma alteração à Cláusula 5.2 do PRJ para prever a obrigação de pré-pagamento com desconto, pelas Recuperandas, dos credores ali mencionados também na ocorrência de um ou mais Eventos de Liquidez (conforme definidos no Aditamento ao PRJ) nos primeiros 5 anos contados da homologação judicial do PRJ. Para tanto, o Aditamento ao PRJ estabelece que o Grupo Oi deverá destinar 100,0% da Receita Líquida dos Eventos de Liquidez (conforme definida no Aditamento ao PRJ) que ultrapassar o montante de R\$ 6,5 bilhões para, em até 3 rodadas de pagamento, antecipar o pagamento dos créditos detidos pelos Credores Quirografários previstos na referida Cláusula, conforme descrito na Cláusula 5.4 do Aditamento ao PRJ.

3.3.1.3 Empréstimos Credores Parceiros

Nos termos do Aditamento ao PRJ, a Oi ou sua subsidiária SPE InfraCo poderão captar novos recursos por meio de linhas de crédito contratadas com Credores Quirografários, até o montante de R\$ 3,0 bilhões, sendo garantida isonomia e oportunidade para todos os Credores Quirografários, por meio da divulgação prévia de edital contendo todos os termos e condições do empréstimo a ser contratado na respectiva rodada (“Empréstimo Credores Parceiros”). As condições do Empréstimo Credores Parceiros estão descritas na Cláusula 5.6.5.2 do Aditamento ao PRJ. Em contrapartida à participação no Empréstimo Credores Parceiros, cada credor fará jus ao pagamento antecipado do seu respectivo crédito no montante equivalente a 1/3 (um terço) do valor do empréstimo oferecido por tal credor que

Notas Explicativas

seja efetivamente utilizado pela Oi ou SPE InfraCo, nas condições previstas na Cláusula 5.6.5.3 do Aditamento ao PRJ.

3.3.1.4 Leilão Reverso

O Aditamento ao PRJ permite às Recuperandas, a qualquer momento durante o prazo de 5 anos contados da homologação do Aditamento ao PRJ, promover uma ou mais rodadas de pagamento antecipado de Credores Quirografários que oferecerem os respectivos créditos com a maior taxa de deságio em cada rodada realizada (“Leilão Reverso”). Em cada Leilão Reverso, será considerado vencedor o Credor Quirografário que apresentar o maior percentual de deságio sobre o montante total dos seus créditos, e assim sucessivamente, nas condições previstas na Cláusula 4.7.1 do Aditamento ao PRJ.

As condições específicas de cada Leilão Reverso, inclusive eventuais restrições e regras de deságio mínimo para participação, serão detalhadas no respectivo edital a ser divulgado previamente ao Leilão Reverso, no endereço eletrônico www.recjud.com.br, e posteriormente enviado aos Credores Quirografários interessados que realizarem o seu cadastro, na forma prevista na Cláusula 4.7.4 do Aditamento ao PRJ.

3.3.2 Credores Quirografários ME/EPP, listados na Classe IV.

Nos termos do Aditamento ao PRJ, no prazo de 45 dias da Nova AGC os Credores Quirografários ME/EPP, listados na Classe IV (conforme definido no Plano) com créditos no valor de até R\$ 35,0 mil que ainda não tenham sido integralmente quitados até a Nova AGC e que tenham distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC poderão optar pelo recebimento integral do valor de seu crédito, na plataforma eletrônica a ser disponibilizada pelo Grupo Oi no endereço eletrônico www.credor.oi.com.br. A opção por receber R\$35,0 mil poderá ser exercida, no mesmo prazo, pelos Credores Quirografários ME/EPP, listados na Classe IV, com créditos de valor superior a R\$ 35,0 mil, desde que (i) os créditos ainda não tenham sido integralmente quitados até a Nova AGC; (ii) já tenham distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC; e (iii) no momento da realização da opção, tais credores outorguem às Recuperandas, na mesma plataforma, quitação pelo valor integral dos seus respectivos créditos.

4. Encerramento da Recuperação Judicial.

Nos termos do Aditamento ao PRJ, a recuperação judicial será encerrada mediante a liquidação e efetiva transferência da UPI Ativos Móveis para o seu respectivo adquirente, ou em prazo inferior, caso aprovado pelo Juízo da RJ após requerimento das Recuperandas nesse sentido.

5. Atividades da Oi uma vez implementadas as medidas previstas no Aditamento ao PRJ.

Caso implementadas a reestruturação societária realizada para segregar as UPIs e a alienação das UPIs na forma do Aditamento ao PRJ, a Companhia permanecerá com todas as atividades, bens, direitos e obrigações não expressamente transferidos para as UPIs, incluindo determinados ativos de fibra ótica, *backbone* e *backhaul* de fibra e cobre relacionados à rede de transporte do Grupo Oi, clientes residenciais, empresariais e corporativos (inclusive os de natureza pública), além dos serviços Digitais e de TI (Oi Soluções), bem como as operações de manutenção e instalação de campo (SEREDE) e de atendimento a clientes (BTCC).

Com tais medidas, busca-se que este conjunto de ativos seja suficiente para garantir a continuidade das atividades da Companhia e o pagamento de suas dívidas nos termos do Aditamento ao PRJ.

Notas Explicativas

Outras informações a respeito do Aditamento ao PRJ e implementação das medidas nele previstas estão contidas nos documentos divulgados nesta data pela Companhia e disponíveis em seu website (www.oi.com.br/ri) e no Sistema Empresas.NET da CVM (www.cvm.gov.br).

6. Íntegra do Aditamento ao PRJ.

A íntegra do Aditamento ao PRJ encontra-se à disposição dos acionistas da Companhia na sede da Companhia e em seu website (www.oi.com.br/ri), no Sistema Empresas.NET da CVM (www.cvm.gov.br), além do website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Cópia do material apresentado à CVM também será enviada, assim que possível, traduzida para o inglês, à *US Securities and Exchange Commission* conforme o *Form 6-K*.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

Transações não caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Variação entre investimento econômico e financeiro (aquisição de imobilizado e intangível)	31.114	79.410	(253.321)	274.654
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	25.099	35.056	72.081	82.031
Compensação de tributos a recuperar contra tributos a recolher	328.341	280.292	1.162.321	1.020.284
Aumento de capital		337.475		337.475
Aumento de capital em controlada		7.204.105		

Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamentos

As movimentações de encargos financeiros e liquidação de dívidas resultantes de atividades de financiamentos são apresentadas na Nota 20.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Administradores e Acionistas da

Oi S.A – Em Recuperação Judicial

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Oi S.A – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis, individuais e consolidadas, na seção sobre continuidade das operações que informa que as informações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram, entre outros aspectos: (i) cumprimento dos requerimentos previstos no Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) e na Lei nº 11.101/2005; (ii) sucesso na implementação do plano estratégico apresentado ao mercado em julho de 2019; (iii) reversão dos prejuízos acumulados consolidados que, em 31 de março de 2020, totalizaram o montante de R\$ 24.008.019 mil; e (iv) atendimento de cláusulas restritivas de empréstimos e financiamentos (covenants). Em 06 de março de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial deferiu o pedido da Companhia para a realização de Nova Assembleia Geral de Credores (AGC) para deliberação de aditamento ao PRJ para flexibilização de determinadas condições financeiras e operacionais e para extensão do prazo da recuperação judicial, que se encerraria em 04 de fevereiro de 2020. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/F

Esmir de Oliveira

Contador CRC 1 SP 109628/O-0 – S - RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/03/20, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela BDO RCS Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2020.

Rodrigo Modesto de Abreu

Diretor Presidente

Camille Loyo Faria

Diretora de Finanças e Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/03/20, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela BDO RCS Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2020.

Rodrigo Modesto de Abreu

Diretor Presidente

Camille Loyo Faria

Diretora de Finanças e Relações com Investidores